

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**MULHERES LETRADAS E MISSIONÁRIAS DA LUZ  
Formação da Professora nas Escolas Normais Rurais do Ceará -  
1930 a 1960**

**FÁTIMA MARIA LEITÃO ARAÚJO**

**FORTALEZA – CE  
Janeiro – 2006**

**MULHERES LETRADAS E MISSIONÁRIAS DA LUZ: Formação da Professora nas Escolas Normais Rurais do Ceará - 1930 a 1960.**

**DOUTORANDA: Fátima Maria Leitão Araújo**

**ORIENTADOR: Professor Jacques Therrien- Ph.D.**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, como requisito parcial, para obtenção do título de doutora, conforme exigência formal e obrigatória, constante no Estatuto do referido Programa.

# **Fátima Maria Leitão Araújo**

## **MULHERES LETRADAS E MISSIONÁRIAS DA LUZ: Formação da Professora nas Escolas Normais Rurais do Ceará - 1930 a 1960**

Tese apresentada à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará como requisito final para obtenção do título de Doutora em Educação.

**Defesa em 19 de janeiro de 2007**

### **BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. PhD Jacques Therrien – UFC  
( Orientador )

---

Prof.<sup>a</sup> D.<sup>a</sup>. Maria de Lourdes Peixoto Brandão- UFC

---

Prof.<sup>a</sup> D.<sup>a</sup>. Maria do Socorro Lucena Lima- UECE

---

Prof. Dr. Rui Martinho Rodrigues- UFC

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Selva Guimarães Fonseca- UFU

## AGRADECIMENTOS

**Aos meus pais, Sinval Leitão Filho e Elda Lima Leitão**, pela oportunidade de mais uma existência terrena, onde busco incessantemente a essência de mim mesma, a compreensão da grandiosa sabedoria cósmica, tentando explicar razões não mensuráveis pela racionalidade; mas, principalmente, onde consigo ser e fazer e, assim, sentir-me plenamente humana e imortal.

**Ao meu marido, Pedro Augusto**, por ser cúmplice nesta caminhada de desacertos e acertos, de amor e amizade. Pela compreensão de tantas horas que os estudos e as pesquisas me roubaram do seu convívio

**Aos filhos diletos**, Frederico Emmanuel, Carmem Emmanuely, Sinval Augusto(Guga), amores sublimes de minha vida, razão de tudo o que vivi e ainda viverei plenamente. Amigos de minha alma, crianças “grandes” que sempre acalentarei nos braços da imaginação, já que os físicos não mais os comportam, enquanto que do coração emanam as mais belas sinfonias, traduzindo sentimentos indescritíveis ao recurso da escrita ou da oralidade.

**Ao Guilherme**, neto amado, criança iluminada, meu bem querer e meu bem viver, razão de muitas alegrias que me proporcionam juventude.

**Aos meus irmãos**, nas pessoas do Frederico Augusto(Fredinho), irmão mais velho, companheiro da infância e de todas as horas, e Alejandro, irmão mais novo, que ajudei nos primeiros passos desta vida. Amigos para sempre...!!!

Aos meus sogros, **Frederico Mendes de Araújo e Terezinha Teixeira Araújo**, pelo amor, carinho e cuidados para com meus filhos e pelo apoio sempre dispensado nos momentos mais difíceis de nossas vidas.

À **Delane Nogueira**, prima querida, amiga e companheira, com a qual dividi minhas preocupações e reflexões teórico-metodológicas sobre a pesquisa em História da Educação.

**Aos professores de Guaiúba**, ex-alunos, conterrâneos e companheiros dos primeiros passos em busca de afirmação profissional. Amigos sempre agradecidos, amigos a quem sempre serei grata pela prova de amizade imorredoura, pela recíproca admiração e respeito.

À **APAE- Guaiúba**, pelo novo aprendizado conquistado, na tarefa do dever cumprido à causa das pessoas com necessidades educativas especiais de minha terra natal, onde meu filho foi recebido com amor e sem discriminação.

Às **amigas de sempre**, companheiras de todas as horas, **Francimá Rocha, Dnair Stela, Luci Menezes, Stânia Nágila**, por que representam a amizade pura e verdadeira, por chegarem tão devagarinho, sorradeiras, como quem nada queriam e, assim, se estabeleceram no meu coração, provocando em suas batidas o ritmo compassado de um sentimento sublime que nunca o deixará.

À **Dona Alice Gadelha**, exemplo de vida, mulher guerreira, sábia mulher, anjo de luz.

**Aos amigos funcionários da FECLESC-UECE**, por tudo o que representaram e representam na minha vida. Pelo carinho, pela fidelidade aos princípios morais, profissionais e humanos. Pelas palavras, gestos e atitudes nos momentos mais cruciais na tarefa da gestão universitária. Por proporcionarem momentos de alegria e júbilo e, principalmente, por não permitirem que eu perdesse a fé no homem e por ver nas pequenas coisas motivos de muitas felicidades.

**Aos colegas professores da FECLESC-UECE**, pelo incentivo à capacitação docente, pelas contribuições que legaram à minha vida acadêmica, já que o convívio, as discussões teóricas e os embates políticos e ideológicos me proporcionaram maior experiência e inestimável amadurecimento pessoal e profissional.

**À Administração Superior da UECE**, representada pelo Prof. Dr. Manasses Claudino Fonteles, ex-reitor, e Prof. Dr. Jackson Sampaio, ex-pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, pela política séria, competente e comprometida com o crescimento dos seus docentes e da instituição como um todo.

**À CAPES/PQI**, por proporcionar apoio financeiro por meio de concessão de bolsa para realização de minha capacitação docente.

**Aos colegas de turma do Núcleo História, Memória e Política Educacional**, pelo convívio amistoso, pelas trocas de experiências, pelo companheirismo, pelos momentos em que compartilhamos nossas dúvidas e/ou certezas, desânimos e otimismo no processo de busca e construção de nossas produções científicas.

**À Eliana Barroso**, pela cumplicidade em uma caminhada que iniciamos juntas no doutorado, o que resultou em sólida amizade amparada em forte afinidade e visão de mundo e educação.

**Aos funcionários da Pro-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UECE**, Ângela, D. Leni, Aleolita e Jomar (*In memoriam*), pela atenção sempre dispensada, pelo respeito e amizade sempre presente nos momentos que convivemos e dispomos de seus preciosos serviços.

**Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC**, pelos novos conhecimentos adquiridos, pela relação amistosa, pelos exemplos em que nos deram enquanto mestres/pesquisadores.

**À Coordenação e aos funcionários da Secretaria da Pós-Graduação** em Educação-UFC, pelo apoio às nossas demandas acadêmicas e também legais, pelo atendimento e atenção dispensadas sempre que necessitamos.

**Em especial, ao meu orientador,** Prof. PhD. **Jacques Therrien**, pela sua sabedoria, pela eficiente orientação, pelo seu trato gentil e paternal, pelo cuidado e atenção com seus orientandos. Por todo o conteúdo humano e intelectual presentes em sua essência como pesquisador e na *profissão professor*.

**Em particular, à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juraci Cavalcante**, mulher de fibra, pesquisadora responsável e dedicada, intelectual de competência reconhecida, ser humano autêntico e íntegro; pessoa maravilhosa, na qual encontro muita identificação, principalmente no irresistível amor que nutrimos pela história.

**À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Selva Guimarães Fonseca**, pela amizade que vence distância e tempo. Por tudo o que representou e representa em minha vida acadêmica, na definição de caminhos teóricos e metodológicos em minhas pesquisas sobre o Ensino de História e sobre História da Educação. Professora/pesquisadora em quem me espelho para dar passos mais firmes em minha caminhada na docência universitária.

**Aos professores doutores Rui Martinho, Lourdes Brandão e Socorro Lucena**, pelas valiosas contribuições legadas a esta produção acadêmica e, em particular, ao meu crescimento no aprendizado do fazer científico.

## DEDICATÓRIA

Ao Pai educador, amigo imortal, amante da História, Sinval Leitão.

Aos filhos amados, principalmente ao **Guga**, ser especial, eterna criança, presente que Deus enviou ao nosso lar;

Às professoras **Carmusina, Elvira, Heroltides, Maria Assunção e Maria de Lourdes**, mestres ruralistas; sábias mulheres que tão gentilmente me receberam em seus lares... Abriam seus arquivos... Mexeram com lembranças, abrindo o livro de suas vidas, permitindo que folheasse páginas significativas de uma intimidade tão cuidadosamente guardada, momentos registrados na memória.

À minha tia, **Zeneida Araújo Leitão** (*In memoriam*) menina do interior, jovem que não conseguiu realizar o sonho de prosseguir os estudos e que até o crepúsculo da vida brincava com sua frustração, quando pronunciava: "*Sou formada em ciências ocultas e letras apagadas*". As letras se apagaram, o tempo se foi, foste para o infinito, mas a luz está viva como uma estrela no firmamento; é a tua imagem sempre viva na minha memória.



## RESUMO

A presente tese tem por objeto o estudo da proposta de formação docente das escolas normais rurais do Ceará em idos de 1930 a 1960. Propõe responder aos questionamentos acerca da compatibilização entre o ideal preconizado pelos discursos e documentos oficiais e o perfil de professora produzido na prática cotidiana da sala de aula. Os caminhos percorridos a partir da pesquisa, leva a que se entenda a proposta de formação docente das escolas normais rurais do Ceará, analisando a sua inserção no contexto sociopolítico e ideológico do Ceará/Brasil pós-1930 (Era Vargas), além de compreender o significado do projeto escola normal rural na definição de um perfil ideal de educadora para o meio rural. Dessa forma, analisam-se as idéias, experiências, práticas, representações e o lugar reservado às professoras ruralistas naqueles efervescentes anos das primeiras décadas do século XX. A escrita ora apresentada é fruto da persistente busca dos vestígios deixados e dos relatos expressos pelas personagens que fizeram parte da trama cotidiana de histórias que se cruzam, na consecução de idéias e práticas vividas no âmbito da educação escolar daqueles idos. As fontes utilizadas foram de várias naturezas, tais quais: oral, relatórios, arquivos escolares e particulares, documentos oficiais, discursos de autoridades políticas e intelectuais, diretores, professores e ex-alunas, monografias de conclusão de curso, fotografias e fonte hemerográfica. Em tal percurso teórico-metodológico, destaquei a oralidade como importante fonte da pesquisa., haja vista a tentativa de efetivar a (re)construção histórica numa perspectiva da “história vista de baixo”, dando voz às pessoas que tiveram papel central no projeto escolar encetado pelas escolas normais rurais do Ceará. Assim, coloca-se no cerne da história educacional cearense de meados do século XX, a mulher, ou seja, a professora rural, a educadora e missionária que assumiria a árdua tarefa de iluminar o sertão via luz da instrução primária.

**Palavras Chaves:** Educação Rural, Escola Normal Rural, História da Educação, Formação docente, Professora Ruralista.

## ABSTRACT

The present research aims at studying teaching staff formation proposals for Teachers' Training Rural Schools in Ceará from 1930 to 1960. Our purpose is to observe the discrepancies between government discourse and official documents and the everyday teacher-classroom practice. The research has helped us to evaluate teacher formation proposals at Rural Schools belonging to the social political context of post 1930 (President Vargas Era), and understand the role of the project in defining the ideal teacher profile for the rural area. To achieve these goals we have analyzed the ideas, experiences, practices, representations and the place reserved for rural area teachers at the beginning of the 20<sup>th</sup> century. We based our research on oral and written speeches, reports, public and private files and official documents among others. For us, the individual oral speeches were one of the most important sources for the research carried out since one of our concerns was to (re)construct the history from the point of view of teachers at the time period analyzed. Among the people who had an important part in the Teachers Training Rural Schools program we highlight the role played by women teachers, educators and missionaries who had the hard task of enlightening the country areas by means of primary education.

**Key-words:** Rural education, Teachers' Training Rural Schools, History of education, Teaching staff formation, Woman rural teacher.

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	14
<b>2. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL/CEARÁ NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX</b>	27
2.1 Nacionalismo e ruralismo: a cristalização do ideário de reconstrução nacional	38
2.2 Luzes da instrução para um “Brasil Sêcco: Educação rural no Ceará em idos de 1920 a 1930	48
<b>3. ESCOLAS NORMAIS RURAIS: O RURALISMO PEDAGÓGICO IMPREGNANDO OS SERTÕES DO CEARÁ</b>	66
3.1. Sob as bênçãos do Pe. Cícero Romão Batista, nasce a primeira escola normal rural do Brasil	76
3.2. Idéias, práticas e personagens presentes na experiência pioneira: a Escola e seu cotidiano nos escritos escolares	82
3.3. Outras experiências: seguindo os rastros de uma prática exitosa	94
3.3.1 Escola Normal Rural de Limoeiro	95
3.3.2 Colégio Sagrado Coração de Jesus, de Quixadá	98
3.3.3 Escola Normal Rural Santana, de Iguatu	100
3.3.4 Escola Normal Rural de Crateús	103
3.3.5 Escola Normal Rural Joaquim Magalhães, de Itapipoca	105
3.3.6 Escola Normal Rural de Ipu	106
<b>4. EDUCADORAS E MISSIONÁRIAS: FORMAÇÃO DA PROFESSORA RURALISTA EM TEMPO DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO</b>	109
4.1 Idéias e práticas na formação da educadora para o meio rural: histórias de vida de normalistas rurais.	118
4.2 Narrativas de Professoras ruralistas	127
Maria Assunção Gonçalves	127
Carmusina Monte Arrais Freire	132
Maria Elvira Costa de Lima	140

Maria de Lourdes Setúbal Feitosa Freitas	151
Herotildes Helena da Silva Ferreira	157
4.3 Professoras ruralistas: nas narrativas, o encontro de vidas e sentimentos compartilhados em caminhos que se ligam por um ideal educativo	164
4.3.1 Infância interiorana e a instrução escolar	165
4.3.2. Ideal de professora rural: sonhos juvenis, responsabilidades futuras	169
4.3.3. O ideário ruralista: uma proposta de formação docente para o meio rural	172
<b>5. SER PROFESSORA RURAL NO CEARÁ: MULHERES LETRADAS, CANDEEIROS ILUSTRANDO A ESCURIDÃO DO MUNDO RURAL.</b>	177
5.1 Mãe, Professora e Missionária: Família, Escola e Pátria	188
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	206
<b>BIBLIOGRAFIA E FONTES</b>	219
<b>ANEXO</b>	232

## LISTA DE FIGURAS

Turma de normalistas da Escola Normal Rural de Crateús (1950-1955)-foto do álbum de Dona Maria de Lourdes Setúbal Freitas	Capa
Fotografia com alunas da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, veiculada em matéria da Revista O Cruzeiro- 1954	26
Fachada da Escola normal Rural de Juazeiro do Norte- álbum de Dona Assunção Gonçalves	65
Fotos da primeira turma de normalistas da Escola Normal rural de Limoeiro do Norte- 1938/41	95
Fotografia da primeira turma de normalistas do Colégio Sagrado Coração de Jesus-1938/41	98
Fotografia da Escola Normal Rural Senhora Santana- Iguatu, com alunos, professores e direção	100
Fotografia de normalistas da Escola Normal Rural de Crateús-1950/54	103
Fotografia de normalistas com professora da Escola Normal Rural de Limoeiro do Norte	107
Fotografia com normalistas e alunos da escola primária- Escola Normal Rural de Limoeiro do Norte	176
Fotografia de formatura das normalistas de 1938,da Escola Normal rural de Juazeiro do Norte	177
Desfile cívico de alunas da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte- fotografia do álbum de Dona Assunção Gonçalves	188

Deixe que o hoje abrace  
o passado com recordação  
e o amanhã com esperança  
(Carmusina Freire, 2003)

Ler o passado é viver mais uma vez,  
escrever é viver mais duas vezes  
e cantar é viver três vezes.  
(Lourdes Setúbal, 2006)

# 1 INTRODUÇÃO

Que motivos me levam a enveredar pelos caminhos rurais? Ou mais precisamente, o que me conduz ao encontro de uma realidade de mais de meio século atrás, promovendo o agradável e fascinante convívio com expressivas figuras de mulheres, de professoras que se orgulham de seus passados, de suas bem vividas histórias de missionárias de luz? Como se efetivou e se materializou de forma tão intensa um objeto de investigação, hoje razão de prazer, paixão e dúvidas? Enfim, como uma idéia inicialmente ligada a um fio de aparente fragilidade transformou-se em cabo de resistência e de reluzente luz a indicar lugares desconhecidos e ao mesmo tempo fascinantes por seus enigmas? Que magia é proporcionada pelo desconhecido, pela força que surge aparentemente do nada e se transforma em tudo, em tudo que se transforma em desafio que excita no exercício da descoberta e do desejo de penetrar outros lugares, de outros tempos, de outros personagens, de pessoas que deixaram suas marcas, que fizeram história e que legaram contribuições indeléveis, apesar de imperceptíveis, muitas vezes, aos olhares descuidados dos que não gostam do passado?

Desde os verdes anos pisando o *chão do mundo rural*, as temáticas da história local tinham presença marcante nas conversas familiares. Em seus relatos sobre a infância no então Distrito de Guaiúba, em Pacatuba, meu pai, Sinval Leitão Filho, exaltava a figura de suas professoras, em particular, da professora Mercedes Severo, “severa até no nome”. Assim, a mestra da escola

primária, em idos de 1940, era lembrada com carinho e muita admiração, a despeito da rigidez e austeridade que lhes eram tão peculiares.

Como qualquer temática de pesquisa tem uma relação dinâmica com o pesquisador, com sua história de vida e/ ou seu percurso profissional, situo-me nesta relação de reciprocidade. Rumo no intuito de desvendar caminhos e histórias vividas nos escaninhos da história educacional cearense, motivando-me não somente pela razão, mas, também, por sentimentos e necessidades de crescimento de uma pesquisadora movida por desejos e prazeres, pois a pesquisa deve proporcionar prazer. O prazer da pesquisa é força que permite alcançar o inatingível, a matéria bruta que se passa a esculpir, pouco a pouco produzindo a obra de arte, fruto da tarefa não muito fácil de ir às fontes, garimpar pedras preciosas, desvendar realidades e fatos encobertos pelo tempo e pelo aparente esquecimento.

Assim, ao relacionar minha história de vida ao objeto que ora constitui pesquisa de tese de doutoramento, faço isto a partir da experiência vivenciada no meio rural desde a mais tenra idade. Freqüentei os bancos escolares do precário meio rural. Os primeiros passos escolares foram dados no então recém-fundado jardim de infância do Patronato da Divina Providência, surgido nos anos 1960 como parte do movimento em prol da Educação Rural de Guaiúba. Além disso, a experiência de alfabetização e instrução primária na casa da professora leiga, a convivência com a mãe e duas tias que se ocupavam dos misteres da educação primária naquela pequena gleba, local peculiar pela beleza natural de seus rios e



cachoeiras a ornamentar a austera serra da Aratanha, proporcionaram-me familiaridade e ao mesmo tempo apego às coisas e fazeres do meio sertanejo.

E foi neste mesmo lugar onde iniciei minha vida profissional. Primeiro como professora da criançada da Fazenda Terra Seca. Recém-casada, ainda cursando o então 2º grau, nos finais dos anos de 1970, sentia-me na obrigação de educar os filhos dos moradores daquela fazenda, em virtude da dificuldade de deslocamento para a escola rural mais próxima. Exercitava a vontade de encaminhar uma dezena de crianças no mundo das letras e do saber, mesmo enfrentando a insegurança e a ignorância quanto aos afazeres de uma verdadeira mestra. Não tinha currículo, orientação pedagógica e muito menos formalização nos moldes do sistema escolar vigente. Existiam apenas uma mesa grande, crianças de várias idades e níveis cognitivos, uma pretensa professora movida pelo dever cidadão, ou cívico? Ou apenas uma jovem mulher que cresceu e se alimentou do sonho de que só por meio do saber escolar haveria de conquistar um lugar ao sol, ou protegido do inclemente sol de nossos sertões cearenses?

A segunda experiência ocorreu ao tornar-me professora de Estudos Sociais, História e Geografia no Centro Educacional Manuel Baltazar - CNEC - Guaiúba, ao tempo em que realizava o curso de Licenciatura em História, 1983/1987. Voltava como professora à Escola onde galguei o primeiro ano escolar (Jardim de Infância) e onde cursei as quatro séries terminais do então Primeiro Grau, nos anos de 1970. Iniciara uma caminhada que se intensificava com outros compromissos assumidos concomitantemente; Colégio Agrícola Juvenal Galeno, em Pacatuba, Escola Estadual de Guaiúba, Supervisão de

Educação da Secretaria de Educação de Guaiúba e Colégio Cearense Sagrado Coração, em Fortaleza.

Depois de dez anos como professora do Ensino de Primeiro e Segundo Graus, adentro o meio universitário como professora do curso de História da Faculdade de Educação e Letras do Sertão Central - FECLESC, em Quixadá. Reencontre-me com minhas origens rurais, a partir do contato com a clientela oriunda das cidades do Sertão Central e circunvizinhanças. Experiências ricas foram intensamente vividas. O contato com professores da zona rural, em cursos de formação de professores para o Ensino Fundamental, promovidos pela UECE, permitiram-me penetrar a intimidade dos professores-alunos que, na elaboração de seus memoriais acadêmicos, desenharam o mapa geográfico da sofrida vida sertaneja, dos flagelos sociais e da crua realidade a qual estavam submetidas as escolas rurais.

Tais relatos povoaram a minha imaginação, trazendo retratos de mulheres, perfis de educadoras, das mestras corajosas e firmes em seus propósitos educativos; mulheres que desafiavam dificuldades, que realizavam o milagre, a mágica de transformar terras estéreis em oásis da esperança, a mover destinos futuros de quem bebia da cristalina água, do pote depositário de um tesouro tão desejado, o saber. Os cenários descritos nos memoriais faziam-me visualizar as mestras inesquecíveis das professoras graduandas; percebendo-as não como a representação viva do autoritarismo, da austeridade extremada de mestras que não dispensavam a palmatória ou os outros instrumentos repressores. A professora ressurgia, então, nas páginas das histórias particulares,

como um ente querido, admirado e respeitado. Era a saudosa regente que lhes ensinara o “B - A BÃ”.

O conhecimento mais detalhado dessa realidade conduzia-me a uma infinidade de perguntas às quais tentava responder a partir do presente. Como as dúvidas aguçam a curiosidade, crescia dentro de mim o desejo de enveredar pelas veredas da vida educacional do Ceará rural. De início, pensei em um objeto de pesquisa que me conduzisse aos anos de 1970. Ao entrar em contato com a história da escola normal rural de Quixadá, ou Colégio do Sagrado Coração, nasceu uma paixão, uma irresistível força impulsionando-me no elevado propósito de conhecer, entender e escrever a história da formação das professoras rurais a partir da década de 1930. Recuando no tempo, talvez busque entender o porquê dos descaminhos, e descaso para com a educação rural ao longo da história educacional do País; porquê de tal temática ainda trazer tantas controvérsias e fazer parte do debate educacional presente no final do século XX, atravessando o novo milênio, compondo o elenco de questões mal resolvidas e que necessitam de revisão no âmbito das políticas educacionais.

Portanto, o presente estudo busca compreender e analisar a proposta de formação docente das escolas normais rurais do Ceará em idos de 1930 a 1960. Proponho um exercício que tenta responder ao questionamento acerca da compatibilização entre o ideal preconizado pelos discursos e documentos oficiais e o perfil de professora produzido na prática cotidiana da sala de aula. Neste sentido, os objetivos que traço para dar conta da problemática apresentada, são:

- entender a proposta de formação docente das escolas normais rurais do Ceará, analisando a sua inserção no contexto sociopolítico e ideológico do Ceará/ Brasil pós-1930 (Era Vargas);
- Identificar e analisar as ideologias e filosofias subjacentes aos programas e práticas pedagógicas das escolas de formação de professores rurais; e
- reconstituir trajetórias escolares e profissionais a partir da história de vida de normalistas e professoras primárias da zona rural, para compreender o significado do projeto escola normal rural na definição de um perfil ideal de educadora, preconizado pelas políticas, ideologias e filosofias educacionais de então.

Para a realização deste trabalho, fundamento-me nos paradigmas da história social. Como anota Eric Hobsbawn, o historiador social deverá ter a nítida convicção de que

Os aspectos sociais ou societais (sic) da essência do homem não podem ser separados dos outros aspectos de seu ser, exceto à custa da tautologia ou da extrema banalização. Não podem ser separados, mais que por um momento, dos modos pelos quais os homens obtêm seu sustento e seu ambiente material. Nem por um só momento podem ser separados de suas idéias, já que suas mútuas relações são expressas e formuladas em linguagem que implica conceitos no momento mesmo em que abrem a boca. (1998, p. 87)

Neste sentido, os caminhos para a elaboração da escrita que ora realizo foram definidos a partir da persistente busca dos vestígios deixados e dos relatos expressos pelas personagens que fizeram parte da trama cotidiana de histórias que se cruzam, na consecução de idéias e práticas vividas no âmbito da educação escolar em idos de 1930 a 1960. As fontes utilizadas foram de várias naturezas, tais quais: oral, relatórios, arquivos escolares e particulares,

documentos oficiais, discursos de autoridades políticas e intelectuais, diretores, professores e normalistas rurais, trabalhos de conclusão de curso, fotografia e fonte hemerográfica.

Em tal percurso teórico-metodológico, destaquei a oralidade como uma imprescindível fonte de pesquisa, haja vista a tentativa de efetivar a (re) constituição histórica numa perspectiva da “história vista de baixo”, dando voz às pessoas que tiveram papel central no projeto escolar encetado pelas escolas normais rurais do Ceará. Assim, situa no cerne da história educacional cearense de meados do século XX, a mulher, ou seja, a professora rural, a educadora e missionária que assumiria a árdua tarefa de iluminar o sertão via luz da instrução primária.

A história oral forneceria, de forma mais fidedigna, respostas às perguntas que me propus esclarecer. Muito mais do que isso, ela favorece a vivificação da própria história, por intermédio da memória que se materializa na fala de sábias mulheres, que hoje, contando suas 70 ou mais de 90 primaveras, emocionam-se ao constatarem que são possuidoras de experiências importantes e significativas, que fizeram história que precisam ser lembradas e conhecidas por uma geração cuja tendência é desprezar o passado. De acordo com Joutard (2000, p.33);

... oral nos revela o indescritível, toda uma série de realidades que raramente aparecem nos documentos escritos, seja porque são consideradas "muito insignificantes"- é o mundo da cotidianidade- ou inconfessáveis, ou porque são impossíveis de transmitir pela escrita [...].

Utilizando-me da história oral, pus-me a registrar a voz de normalistas e professoras egressas das escolas normais rurais do Ceará. Seguindo os rastros de Ecléa Bosi, em sua preciosa obra, *Memória e Sociedade - Lembrança de Velhos* - a intenção é registrar a voz e, por meio dela, a vida e pensamento de seres que já trabalharam por seus contemporâneos e por nós. Dessa forma, este registro "alcança uma memória pessoal que, como se buscará mostrar. é também uma memória social, familiar e grupal [...]" ( BOSI, 1999. p.37).

Paul Thompson questiona, em sua obra *A Voz do Passado - História Oral*, como realmente avaliar a contribuição da história oral, ao que responde:

...a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história. Enquanto os historiadores estudam os atores da história a distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projetos da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma erudita de ficção. A evidência oral, transformando os "objetos" de estudo em "sujeitos", contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira. (1998, p.137).

Na lição de Thompson, toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas é somente a fonte oral que permite "*desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta...*" (1998, p.197). Assim, a despeito das controvérsias em relação à história oral, a realço como fonte primordial de pesquisa, confirmando, porém, a importância das vertentes documentais e jornalísticas, sem as quais não seriam possíveis o aprofundamento nem a fundamentação do objeto estudado.

Por conseguinte, minha pretensão repousa em, utilizando o recurso da história de vida de ex-alunas e professoras rurais, entender o pensamento, as idéias, as práticas, o querer e o fazer pedagógicos, o entendimento de educação, instrução, de homem, cidadão, de Estado-Nação vigentes no tempo histórico por elas vivido. Essas personagens mais do que qualquer teórico ou autoridade educacional da época, podem nos dizer sobre o que era e o que representara para a sociedade a escola normal rural, qual o tipo de formação recebida, qual a repercussão de tal formação na prática educacional e na vida pessoal de cada uma. E, ainda, no que se refere ao contributo dessa proposta de formação docente para definir um “modelo” ou ideal de sociedade pretendidos.

Dessa forma, pretendo compreender o que representou a escola de formação da professora rural para uma mudança nos caminhos da instrução cearense de então e de uma possível transformação na vida campesina. Enfim, qual o papel exercido por essa instituição para mudanças efetivas em uma sociedade que vivia momentos de profundas reformas socioeconômicas, políticas e ideológicas no contexto de uma nação em marcha “ *para frente!*! *A subir!* *A subir!* *A sambar!* (VILLA LOBOS, apud LENHARO, 1986, p.53).

Em decorrência deste recorte teórico-metodológico, não elegi uma escola como amostragem, mas escolas que tiveram destaque na execução de um ideário de formação de professora rural. Por conseguinte, poderia ter escolhido a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte como amostra da pesquisa, por ter sido a pioneira e gozar de maior prestígio regional e nacionalmente. O objetivo, porém, é dar voz às professoras de outras cidades, de outras escolas equiparadas à

escola-mãe, com o intuito de sentir a repercussão do ideário impresso por um modelo de formação de professora primária, bem como as intenções implícitas e explícitas nas políticas educacionais à época.

Neste mágico processo de ouvir e registrar, histórias vão surgindo e dando um colorido jamais visto em narrações e documentos escritos. O pesquisador que vive a experiência da história oral pode entender a descrição de Bosi (op cit, p.90) sobre a atitude do narrador:

Suas mãos, experimentadas no trabalho, fazem gestos que sustentam a história, que dão asas aos fatos principiados pela voz. Tira segredos e lições que estavam dentro das coisas, faz uma sopa deliciosa das pedras do chão, como no conto da Carochinha. A arte de narrar é uma relação alma, olho e mão: assim transforma o narrador sua matéria, a vida humana.

As vidas humanas aqui mencionadas e transformadas em narrativas revelam facetas de um contexto educacional peculiar e *sui generis* da história cearense. Reforçando os fatos revelados pelas vozes, um significativo acervo documental descortinou idéias, experiências e ações que compuseram uma maneira de ser e fazer nas instituições formadoras do professorado rural.

No esforço de empreender tarefa tão instigante, fruto de um profundo mergulho nas fontes, recobradas em um verdadeiro trabalho de garimpagem de pedras submersas no mar da indiferença e desprezo para com o passado, apresento o fruto de toda essa caminhada que resultou na materialização das letras do presente trabalho, estruturado em seis capítulos, de acordo com que se segue:



O Capítulo 1 configura a presente introdução, enquanto no Capítulo 2 - Caminhos e descaminhos da Educação Rural no Brasil/Ceará na primeira metade do século XX, apresento o estado da questão, discussões em torno do percurso da educação rural no Brasil e no Ceará, dando ênfase ao ruralismo pedagógico, pensamento e práticas vigentes no Brasil, principalmente a partir das primeiras décadas do século XX, tendo grande repercussão nos discursos e políticas educacionais cearenses dos anos de 1930 aos anos de 1950.

Capítulo 3 - Escolas normais rurais: o ruralismo pedagógico impregnando os sertões do Ceará, onde dedico toda atenção ao projeto de Escola Normal Rural, historiando sua gênese e fundação no Ceará, focalizando as idéias, práticas e personagens presentes no cotidiano da escola pioneira, ou seja, a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte. Além da ênfase na Escola-mãe, traço breve perfil de escolas que seguiram o rastro da escola de Juazeiro do Norte, as quais estão contempladas como uma amostra significativa do universo pesquisado.

Capítulo 4 - Educadoras e missionárias: formação da professora rural em tempo de feminização do magistério primário, capítulo dedicado ao relato das histórias de vida de ex-alunas das escolas normais rurais cearenses, onde se descortinam idéias, experiências, vivências, trajetórias de professoras que se imbuíram do ideário ruralista e que expõem histórias de uma experiência peculiar nos caminhos da formação docente do Ceará.

Capítulo 5 - Ser professora rural no Ceará: mulheres letradas, candeeiros ilustrando a escuridão dos sertões, espaço dedicado às análises acerca do que era ser professora ruralista, o que isso representou na vida das narradoras e o qual o lugar/papel dessas professoras no cerne das políticas educacionais e no universo ideológico do Ceará/Brasil de então. Aqui tento elaborar minha tese sobre o Ser Professora Rural nos efervescentes anos de meados do século XX.

Capítulo 6 – Sem a pretensão de finalizar a discussão em torno de uma temática de tanta envergadura, teço, em fim, as Considerações finais.



## *Capítulo II*

*Caminhos e descaminhos da  
educação rural no Brasil/Ceará na  
primeira metade do século XX*

**Alunas da ENRJN – Revista O Cruzeiro, 1954**

## 2 CAMINHOS E DESCAMINHOS DA EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL/CEARÁ NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

O estudo a cerca do papel social e cultural das escolas normais rurais do Ceará na primeira metade do século XX requer a compreensão dos ideais e práticas que se fizeram presentes em um país que buscava afirmação como Estado Nação. O apelo nacionalista e os ideais modernistas fazem emergir novas demandas e necessidades para acelerar os passos na busca do desenvolvimento e progresso do Brasil republicano. Em tal contexto, movimentos e projetos se apresentarão como opções para solucionar problemas cruciais à inserção do Estado brasileiro no cenário das nações mais desenvolvidas econômica e culturalmente do mundo.

O objeto em foco tem por demarcação temporal os anos de 1930. As raízes da preocupação com a educação rural, no entanto, bem como o esboço de projetos e programas com o fito de atingir as populações do campo, remonta às duas primeiras décadas do século XX. Assim, na primeira dezena do referido século, foram criados os patronatos agrícolas, com o intuito de formar “cidadãos úteis”,<sup>1</sup> principalmente a partir de 1918. Já os anos de 1920 se caracterizam pela efetivação de reformas educacionais em vários estados brasileiros, com o objetivo de resolver o grave estado educacional do País, perfil que contrariava a pretensão do Brasil de despontar como nação desenvolvida e próspera. Diante desse

---

<sup>1</sup> A este respeito, ler o trabalho de OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. *Formar Cidadãos Úteis: os Patronatos Agrícolas e a Infância Pobre na Primeira República*. São Paulo: CDAPH, 2003.

quadro, qual era a real situação do Brasil nas primeiras décadas do século XX e qual o lugar reservado à educação no meio rural?

O Brasil, no adentrar do século XX, apresenta significativo aumento da população urbana, fenômeno já observado na última dezena do século anterior. A concentração urbana verificada durante a Primeira República resultará em mudanças sociais de grande significação para a sociedade da época. Para Jorge Nagle (2001, p.39):

O urbanismo e suas concomitantes mudanças socioculturais vão fornecer novas perspectivas para pensar o “novo Brasil”, desligado das componentes do mito fisiocrata. O deslumbramento com os novos engenhos humanos produzido pela ciência e pela tecnologia, que constituem os novos valores introduzidos pelo ambiente citadino, dá origem, tanto ao otimismo com que se antecipa a futura civilização brasileira, como vai apurar os quadros do pensamento social. À medida que a difusão dos novos valores urbanos se processa, desenvolve-se mais uma ideologia para conservar e justificar o *status quo*. Trata-se do ruralismo.

O ruralismo ganha espaço na sociedade brasileira de então, caracterizando-se por ser uma ideologia que pregava e se fazia a partir da aversão ao industrialismo e ao urbanismo. Originário do domínio coronelista, o ruralismo sustentava-se em idéias que contrapunham os mundos campesino e citadino. Tal visão situava a vida campesina como *locus* ideal para a formação de homens perfeitos nos aspectos físico, moral e social. Nesse sentido, o ruralismo fundamentava-se, primordialmente:

...na exaltação das vantagens “naturais” da vida rural, difunde uma atitude pessimista, que encobre interesses contrariados pelo meio citadino. Este é acusado de artificial, destruidor da solidariedade “natural” do homem. Por isso o urbanismo é tido como um processo de degeneração e desintegração social; com ele se inicia o declínio da civilização. (NAGLE, 2001, p. 40)

A despeito do confronto e da acirrada dicotomia entre os setores agrário-exportador e o urbano-industrial, a República Velha perseguia o intuito de inserir o Brasil na Modernidade do século XX. Para tanto, fazia-se urgente a escolarização de seu povo, já que pela instrução se formaria o cidadão moral e civicamente, preparando as bases do progresso e elevação da sociedade brasileira, igualando-a às mais progressivas civilizações do mundo. Para tal intento, a educação passa a ser vista como fator essencial para inscrever o Brasil no rol das nações mais desenvolvidas do mundo capitalista. No tempo em que se punha a educação como algo premente para o progresso nacional, a escolarização brasileira ainda era privilégio das camadas sociais mais elevadas, concentrando-se nos centros urbanos.

As duas primeiras décadas do século XX assinalam o desenvolvimento e estruturação das idéias nacionalistas no Brasil. O elevado índice de analfabetismo atingira os brios da intelectualidade brasileira, que passou a reivindicar políticas públicas para solucionar o ponto nevrálgico de uma sociedade marcada pelo subdesenvolvimento. Portanto, é sintomático o fato de as primeiras manifestações nacionalistas aparecerem no campo educacional, o que corrobora a já tão propalada idéia de que o desenvolvimento socioeconômico brasileiro estaria atrelado à elevação cultural de suas populações.

O forte apelo em favor da educação contrastava-se com a estrutura sociopolítica da Primeira República. Os ideais liberais de educação redentora refletiam uma preocupação com a adequação do discurso educacional ao discurso político, o que constituía grande desafio diante de um regime político

arraigado a uma estrutura de dominação oligárquica, fortemente amparado em práticas como o voto de cabresto, fraudes eleitorais e em uma rede de influências e poderes que se entrelaçavam a partir da relação Poder Central *versus* Poder local, aprofundando o modelo de administração centralizadora e elitista, consubstanciada na chamada Política dos Governadores. Para Nagle (2001, p.13);

A década final da Primeira República significa um ponto de encruzilhada: ao mesmo tempo, existem condições objetivas distintas que começam a se radicalizar pela sua transformação em condições contraditórias, quando o esforço para a manutenção da ordem política tradicional começa a ser contrabalançado pelo esforço para alteração. Nesse tempo, a configuração da sociedade política brasileira propunha muitos obstáculos para que as novas condições se traduzissem em novos tipos de realização política...

A essa política oligárquica em decadência impõe-se nova concepção e compreensão de realidade sociopolítica, levada a cabo pelo movimento tenentista e que resultará no Movimento de 1930. Esse período transitório entre a República Oligárquica é a etapa denominada por alguns Democracia Populista, “encerra transformações profundas na estrutura de classe da sociedade brasileira, na configuração do Estado e no sistema econômico no Brasil”. (FORJAZ, 1988, p.5).

Neste contexto marcado por uma estrutura social e política obsoleta diante de uma projeção que se pretendia de nação desenvolvida, as atenções se voltarão para a educação rural, haja vista o intenso movimento migratório interno dos anos 1910/1920, momento em que grande parte da população rural abandona o campo em busca das cidades, onde o processo de industrialização iniciava-se de modo mais ampliado. Para Nagle (2001), neste cenário histórico, o fenômeno do ruralismo penetrou os modos de pensamento sobre a escolarização,

embora não tenha sido tão intenso nos padrões de funcionamento da escola brasileira. Ressalta, ainda, o referido autor, que, da mesma forma que na corrente nacionalista se encontram determinadas orientações ruralistas, muitas vezes o fenômeno de ruralização do ensino esteve fundamentado em orientações nacionalistas. De acordo com suas palavras;

Isso ocorreu porque o nacionalismo representou um esforço de exaltação da terra e da gente brasileira, mas de maneira que à palavra “terra” correspondesse, quase que exclusivamente, por um processo de reinterpretação, um conteúdo de natureza fisiocrática. Nesse sentido, “terra” se traduziu por “produtos da terra” e, por meio disso, “terra” e “agricultura” tornaram-se termos sinônimos. É por esse caminho que a ruralização do ensino significou, na década de 1920, a colaboração da escola, na tarefa de formar a mentalidade de acordo com as características da ideologia do Brasil-país-essencialmente-agrícola”, o que importava, também, em operar como instrumento de fixação do homem no campo. ( NAGLE,2001, p.302 ).

Assim, o ruralismo pedagógico, que pretendia fixar o homem no campo, idéia em destaque nos anos 1920, voltará a ter importância na década de 30, já que o movimento “revolucionário” de 1930 – fortemente centrado na visão liberal- trouxera à sociedade brasileira uma nova forma interpretativa do processo produtivo e econômico, o que se refletia na ênfase da escolarização urbana, que assumiria a sua função de suporte para a industrialização. Até esse período, o processo escolar rural permaneceu inalterado, apenas reforçando a percepção distorcida da contradição cidade-campo como algo “natural” (cf. MAIA, apud LEITE, 1999).

Maria Julieta Costa Calazans, analisando a história da escola pública no meio rural, acentua que, embora a trajetória da formação escolar brasileira apresentasse eventos dispersos que já denotassem intenções de dotar as populações rurais de escola desde o século XIX, é notório que, “só a partir de



1930 ocorreram programas de escolarização consideradas relevantes para as populações do campo”, (1993, p.17). É possível concordar com a afirmação da renomada especialista em educação do campo, porém é deveras importante acrescentar que as duas primeiras décadas do século XX representam o momento de efervescência de idéias, projetos e reformas educacionais que tentavam ajustar a sociedade às novas demandas econômicas e sociais, que se impunham como necessárias mudanças ante um mundo em constante transformação. Portanto, concordando com Jorge Nagle (2001, p.304), vemos que

...a ruralização do ensino, na década de 1920, constitui mais uma ideologia em desenvolvimento. Isso quer dizer que vai progressivamente se estruturando como um corpo de idéias por meio dos quais são encobertos determinados interesses, mas de maneira que, nesse decênio, os resultados práticos ainda não se manifestaram inteiramente, no sentido de fornecerem uma conformação especial às instituições escolares.

Em tal perspectiva, a década de 1920 constituiu o período de construção de alicerces para a efetivação de um sistema educacional brasileiro, que até então só existira de forma fragmentária e desvinculado das necessidades e da identidade do povo brasileiro. Neste período marcado pelo *otimismo pedagógico*, preparam-se as bases de programas educacionais que passam a contemplar as camadas populacionais rurais, haja vista a idéia do Brasil como um país potencialmente agrícola. Assim, conforme Maria de Lourdes P. Brandão (1997), a educação rural passou a ser assumida e articulada pelos intelectuais da educação, sendo ponto em discussão da III Conferência Nacional de Educação, em 1929, ganhando espaço e apoio do governo. Em um contexto marcado pelas idéias modernistas, nacionalistas e cientificistas, o ensino primário e a garantia do acesso à escola são apontados como solução para os problemas nacionais.

...consequentemente, neste clima de euforia, a escolarização no campo passou a ser concebida como “salvadora da pátria”. O espaço vivido incorporava os desencontros de uma nação em fase de desenvolvimento, onde se imprimia um estilo de vida ruralista cujo interesse básico centrava-se no comércio do café e na manutenção do poder. Demarcam-se as “ligas contra o analfabetismo” como instrumento político eleitoral, movimento este atropelado pelo otimismo pedagógico, típico dos anos 20, e do apogeu da 2ª República; um ideário escolanovista que centrava suas preocupações na organização interna das escolas e no redirecionamento dos padrões didático-pedagógicos. (BRANDÃO, 1997, p. 44).

Por conseguinte, o *ruralismo pedagógico*, idéia em ebulição desde os anos de 1920, encontrará terreno fértil para a proliferação de seu ideário no período pós-movimento de 1930, haja vista a expansão do ensino brasileiro, motivado por uma fase mais consolidada do desenvolvimento urbano-industrial da sociedade brasileira. Em tal cenário há de se perceber a ameaça que se fazia presente quanto ao aumento do fluxo migratório campo-cidade, ocasionando graves problemas de ordem econômica e social, com os quais deveria o Estado arcar.

A partir de 1930 acentua-se no Brasil o processo de industrialização, ocasionando uma aceleração do crescimento urbano. Centros urbanos de médio e grande porte, começam a se formar refletindo o início do processo de migração do campo para a cidade. No entanto, ainda em 1930, 2/3 da população situavam-se no setor rural. A diferenciação dos padrões da vida rural e urbano começa a se acentuar. Este desajuste refletia-se já, nos índices de alfabetização e consumo apresentados pela população rural. Essas populações urbanas já contavam com algumas medidas protetoras da legislação social e trabalhista e do amparo à saúde. De forma inversa, as populações rurais continuavam desprovidas de necessárias possibilidades de ensino escolar. Era uma população analfabeta, subalimentada, exposta a graves endemias e com um nível mínimo de renda, sem qualquer amparo da política social. ( WERTHEIN et BORDENAVE, 1981, p.178).

Eram já evidentes as marcas dessas mudanças, que se refletiam principalmente em problemáticas relacionadas à redução da produtividade agrícola em decorrência do êxodo rural. A corrida para a cidade acarretava graves questões, como desemprego, deficiências sanitárias, surgimento de favelas,

dentre outras. Esse novo cenário despertaria natural preocupação nos dirigentes políticos quanto à definição de programas educacionais que atingissem o meio rural. Alguns pontos deveriam ser delineados para nortear programas educacionais rurais, com o objetivo de superar os problemas advindos da realidade que se configurava no Brasil de então. Segundo Calazans, Castro e Silva( Apud WERTHEIN e BORDENAVE, 1981), três pontos pelos quais deveriam se pautar os programas educacionais para o meio rural, sanando as problemáticas há pouco citadas , seriam, para a classe política, os seguintes:

A) elevação dos padrões da população rural[...] através da mecanização dos processos agrícolas como forma de superar a escassez da mão-de-obra, uso de fertilizantes, corretivos e inseticidas( política de conservação do solo), emprego de métodos modernos de cultura( rotação e diversificação) e, organização da colonização rural em grande escala...;

B) organização de um sistema adequado de amparo social, sobretudo de assistência médico-social, preventiva e curativa, elevando os padrões higiênico-físicos das populações;

C) elevação substancial e imediata dos deficientes padrões culturais relevados pela alta taxa de analfabetismo, carência de prédios escolares, distribuição da rede de ensino, falta de professores, etc. (Op. cit, p. 179).

Dessa forma, os programas educacionais surgidos naquele período tinham por meta a solução dos problemas que se acumulavam em decorrência do cada vez mais acelerado fenômeno do urbanismo, fruto da substituição do sistema agrário-comercial para o urbano-industrial. A educação seria criada e mantida para atender a essas novas demandas. É nesta perspectiva que os três pontos acima citados, pensados e apresentados com a tarefa de nortear a educação rural, assumem importância capital, já que davam conta das três dimensões do problema, quais sejam: “ *técnica ( relativa às condições objetivas*

*da agricultura), humana ( relativa às condições físicas daquelas populações) e culturais (relativa às deficiências culturais e educacionais daquelas populações)”* (CALAZANS et al, op.cit, p. 179).

Os processos educacionais haveriam de responder aos reclamos do Estado Nação emergente, não apenas nos setores econômico e social, mas também em sua configuração ideológica. Para esse mister, as idéias nacionalistas passam a imprimir suas marcas no delineamento da política educacional. E, dessa forma, o ruralismo pedagógico dos anos 30 assume feição extremamente nacionalista, associada a uma visão reformista e modernizadora de educação. O ideário nacionalista caminhava lado a lado com as idéias escolanovistas. O arcabouço teórico da Escola Nova fornece, pois, as bases sobre as quais se apóiam as concepções, projetos e práticas pedagógicas surgidas na década de 1930 e multiplicadas nas duas décadas seguintes.

Na compreensão de Julieta Calazans, houve uma multiplicidade de projetos e programas na área da educação rural no Brasil, nas décadas de 40 e 50 do século XX. Nos anos 40, *“surgiram programas de destaque, tanto sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura como do Ministério da Educação e Saúde* (1993, p.21). Reforçando a amplitude de ações voltadas para o meio rural nessa década, explica a autora:

A “educação rural” sob o patrocínio de programas norte-americanos tomou um grande impulso a partir do funcionamento da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR). “ O progresso na nossa agricultura depende, em grande parte, da educação do homem do campo(...) Uma obra de educação rural não pode, portanto, ficar “adstrita” ao ensino técnico nas poucas escolas

destinadas ao preparo profissional dos trabalhadores da agricultura(...) (IDEM, p. 21)<sup>2</sup>.

Dando prosseguimento a esse quadro de otimização das atividades agrárias, tendo por base o suporte educacional, surgem outros trabalhos e órgãos com o objetivo de atender as demandas do “novo” Brasil. Nos programas de educação rural ligados ao CBAR, havia três suprogramas: Centro de Treinamento; Semanas Ruralistas e Clubes Agrícolas. Além dos programas mais diretamente ligados à educação, se colocava em prática, concomitantemente, uma política de extensão e incentivo às atividades rurais. Neste sentido: “*Em meados dos anos 50 há uma grande ampliação de associações tipo ACAR ou ANCAR (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural) pelos estados do Centro-Sul e do Nordeste do País.* (IBDEM, p. 24).

Por conseguinte, a política educacional brasileira, a partir da década de 1930, caracterizam-se pela efervescência de idéias, tratados e teses que trazem a marca da filosofia da Escola Nova. Imbuídos do espírito escolanovista, educadores, intelectuais e dirigentes políticos traçam as metas e as condições concretas para a criação de uma escola “*que impregnasse o espírito do brasileiro, antes mesmo de lhe dar a técnica do trabalho racional no amanhã dos campos, de alto e profundo sentimento ruralista, capaz de lhe nortear a ação para a conquista da terra dadivosa e de seus tesouros*”( SOUSA, in Calazans, 1993, P. 26).<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Na citação extraída de CALAZANS, sobre o trecho colocado entre aspas pela autora, entenda-se como idéias expressas no documento de criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais- CBAR, em virtude do acordo firmado entre os governos do Brasil ( Ministério da Agricultura) e dos Estados Unidos da América do Norte.

<sup>3</sup> Calazans cita tese escrita por Moreira de Sousa nos Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, ocorrido em 1942.

O ano de 1934 foi deveras significativo para a concretização do projeto de escola rural que há algum tempo se formulava e se propagava como modelo ideal. Além da nova Constituição brasileira efusivamente festejada na imprensa nacional por consolidar o novo modelo político, dois eventos educacionais de grande porte ocorreram no mesmo período e tinham por principal foco a educação rural, ou seja, a preocupação com a ruralização do ensino como forma de garantir o progresso nacional. Tais eventos foram o 6º Congresso Nacional de Educação, sediado na cidade de Fortaleza-Ceará, em fevereiro de 1934, e o Primeiro Congresso Brasileiro do Ensino Regional, ocorrido em Salvador-Bahia, no mês de novembro do mesmo ano. Quanto ao Primeiro Congresso Brasileiro do Ensino Regional, nada mais sugestivo do que a escolha da Cidade de Salvador para sediá-lo, pois, de acordo com Joaquim Alves, representante do Ceará no certame:

... cidade das mais importante do Brasil, por seu progresso e cultura [...]. A velha capital dos estudantes conserva, em seus monumentos seculares, a história viva da nacionalidade de que foi berço. A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, escolhendo-a para a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Ensino Regional, reuniu, no coração do Brasil, Brasileiros do Sul, do Centro e do Norte". (O Povo, 14 de dezembro de 1934, p. 3).

A finalidade desse Congresso foi em estabelecer diretrizes gerais que pudessem ser seguidas pelos governos da União e dos Estados, “ *estudando, em seus princípios fundamentais, o problema da ruralização do ensino, por ser o que mais de perto interessa a vida nacional*”. (IDEM, p. 3). A conclusão geral do importante conclave, conforme o que noticiou o jornal O Povo de 04 de dezembro de 1934, *representou o ponto de partida para políticas mais efetivas no setor da educação rural*. Assim, as discussões que emergiram dos dois importantes congressos apenas colaboravam ou refletiam a nova realidade sociopolítica que

se anunciava com a promulgação da Constituição de 1934 e a exigência que dela emanava quanto à urgência de se elaborar o Plano Nacional de Educação.

A ideologia do ruralismo pedagógico passa a se firmar em um novo contexto da vida nacional. Os anos de 1930 propiciarão a que se definam novos rumos à educação brasileira. A instrução é vista desde então como instrumento eficaz para a “elevação espiritual” popular no estabelecimento do caráter e unidade nacionais. Assim, nacionalismo e ruralismo se mesclarão na premência de justificarem o fortalecimento de um Estado-Nação que acabara de se inaugurar. No novo momento da vida política brasileira, Alberto Torres e Sud Mennucci legarão suas contribuições para a teorização dos lastros que sustentariam a grandiosidade desse País em busca de seu desenvolvimento e de sua unidade nacional.

## **2.1 Nacionalismo e ruralismo: a cristalização do ideário de reconstrução nacional**

Abrimos um parêntese para uma melhor compreensão do contexto ideológico responsável pela definição dos rumos educacionais do Brasil a partir dos anos de 1930. Entender a educação rural e, particularmente, a elaboração de um modelo de escola para formação de professores para o meio rural, requer nossa atenção para os ideários nacionalistas e ruralistas que permearam as três primeiras décadas do século XX. Quanto a estes ideais, as páginas, amareladas pelo tempo, de documentos escolares, relatórios e livros escritos no período, além de depoimentos de professoras e diretoras que vivenciaram aquela realidade,

fazem emergir a insistente presença de dois importantes intelectuais: Alberto Torres<sup>4</sup> e Sud Mennuncci.

O nacionalismo, que marcara as duas primeiras décadas do século XX, caracterizava-se por um sentimento de inferioridade da Nação brasileira em relação aos grandes Estados mundiais. O desenvolvimento do Brasil se fazia emergente e a sua inserção na Modernidade do mundo o situa no palco de movimentos artístico-culturais, como a Semana de Arte Moderna, em 1922; em movimentos que impunham a bandeira da Educação Nova como alternativa para a definição dos rumos da educação e efetivação de um plano nacional de Educação e, no plano político-institucional, a constituição de uma sociedade política estável e calcada em forte sentimento de nacionalidade. Neste projeto ideológico, Alberto Torres foi um intelectual que se destacou no mister de imprimir uma identidade nacional para a sociedade brasileira. Sua teoria política é decisivamente de feição autoritária, mas que vislumbra de forma otimista o futuro do Estado brasileiro.

Na Introdução de sua obra *O Problema Nacional Brasileiro*, em 1914, Alberto Torres expressa sua preocupação com os destinos da economia de nosso País, já que em sua óptica toda a circulação econômica nele existente “*é obra, assim, de uma federação de feitorias, que, desde as vendas do interior até às*

---

<sup>4</sup> Sociólogo fluminense, com grande atuação política e intelectual nas duas primeiras décadas do Século XX. Participou da campanha abolicionista e do movimento republicano, também exercendo a presidência do Estado do Rio de Janeiro. Foi o ideólogo do nacionalismo. Sua formação tem por base teórica o Positivismo, expressão do século XIX.” Uma de suas matrizes é a obra de Spencer”, mas nunca se filiou a nenhum autor ou nenhuma escola. De Spencer adotou a linha nacionalista, de Bérghson bebeu de seu intuicionismo. Dentre suas obras destacam-se: *Vers la paix* (1909), *Lê problème mondial*(1913), *O Problema nacional brasileiro e A Organização nacional* ( 1914). Ver o que escreve Francisco Iglêsias, no Prefácio à Terceira Edição de *O Problema Nacional brasileiro*. Coleção Temas Brasileiros, Brasília: UnB, 1982.



*casas de importação e de exportação, as estradas de ferro, as fábricas, o comércio intermediário e os bancos - em mãos, quase totalmente, de estrangeiros*” não fazem senão remeter para o Exterior a quase totalidade dos frutos do solo brasileiro. Tal realidade, para esse estudioso, acarretava perdas imensas para a terra, além de provocar o abatimento e desmoralização do seu povo e, com esse sentimento, apresenta de forma enfática a importância do conhecimento da realidade em que se encontrava a Nação brasileira, objeto de seu estudo sobre as mazelas nacionais:

Sínteses do estudo sincero das nossas coisas, estas verdades devem servir de base a toda ação patriótica, fundada na única forma legítima do otimismo: o otimismo firmado na confiança e na esperança, que começa por apurar a verdade, para cumprir o dever de agir, não se contentando com se forrar, alimentando e propagando ilusões, da obrigação de advertir, de emendar, de melhorar.

Assim, esgotada a terra, deixamos, também, de formar nação. Abandonando a terra, e não cuidando da nação, abandonamos a Pátria, porque a Pátria é a terra, como habitat, mas principalmente, para o sentimento e para a razão, a nação, isto é, a gente. Fora disto, a palavra “Pátria” não exprime senão uma imagem supersticiosa \_\_como as de qualquer culto fetichista\_\_ ou uma falsidade convencional. (TORRES, 1982, p.17)

Apesar de todo esse arcabouço ideológico a imprimir a história do Brasil nos primeiros anos do século XX, principalmente nos anos 1920, a sua estruturação se dará de forma mais efetiva nos anos de 1930. Inclusive é nesse período que a obra de Alberto Torres encontrará maior ressonância. É incontestável a presença do pensamento desse intelectual na ideologia do tenentismo, porém, não só o tenentismo bebeu na fonte de Alberto Torres, pois ele é quase unanimemente considerado como o principal inspirador do pensamento autoritário brasileiro das décadas de 1920 e 1930: *“Diferentes correntes político-ideológicas atuantes na conjuntura posterior a 30 (e até antagônicas) invocam a paternidade de Alberto Torres: integralistas, católicos e a*

*grande maioria de intelectuais da época, entre os quais Oliveira Viana*” (FORJAZ, 1988, p. 53).

Alberto Torres foi, portanto, a grande fonte de inspiração dos tenentes e intelectuais que com ele compartilhavam da preocupação com a organização e a unidade nacionais, dada a amplitude e diversidade do Brasil, bem como de seu caráter de “Nação nova”, haja vista que *“o problema da unidade nacional apresenta-se como a questão culminante do nosso futuro”*. (cf. FORJAZ, p.53 ). O pensamento de Alberto Torres tinha por característica marcante a presença simultânea do nacionalismo e do ruralismo. Enquadrando-se em uma visão fisiocrática de economia, via na produção agrícola a essência da economia nacional. Conforme o seu pensamento, a agricultura era a atividade por excelência. Considerava-a uma atividade prioritária em relação às demais, vistas como atividades econômicas secundárias. Ao comparar a evolução social e econômica de um país a um ciclo biológico, afirmara que o desenvolvimento histórico do Brasil ocorreu como um processo anormal de crescimento. Conforme suas próprias palavras,

Nas velhas nacionalidades de fundação normal e de lenta evolução gradativa, o regime conservador da economia, operando permutas quase todas internas, manteve dentro dos territórios o valor dos frutos extraídos da terra, transformando-se em indústrias supletórias de novas riquezas e valorizando as riquezas consolidadas. (TORRES, 1933 In FORJAZ, 1988, p. 54 ).

Alberto Torres faz severas críticas à estrutura política do Brasil em sua primeira fase republicana, o chamado período da Primeira República. A crítica do autor é fruto das decepções por ele vivenciadas no cotidiano de suas atividades políticas. Para Sousa (2005, p. 303), *“Torres passou da prática à teoria,*

*escrevendo sua obra após ter exercido diversos cargos públicos*". Assumindo uma postura antiliberal, só enxergava solução para a vida nacional no cerne da esfera política. O papel do Estado é fundamental para assegurar a justiça social, suprimindo as imperfeições do modelo de concorrência espontânea. Caberia ao Estado formar o povo, " formar o homem nacional é o primeiro dever do Estado Moderno". (TORRES, In SOUSA, op. cit, p. 323).

Dessa forma, dedica-se Torres ao estudo da identidade nacional para explicar a realidade brasileira. Apesar de ser muito criticado pela formulação de um pensamento político autoritário, muitos intelectuais o seguiram e se apoiaram em suas idéias, principalmente no que diz respeito ao nacionalismo e à preocupação com a "organização nacional", ou seja, "*pela ênfase na necessidade de integrar e assimilar: integração geográfica pela expansão das vias de comunicação e pelo povoamento dos espaços vazios. Integração étnica através da educação e elevação espiritual*". ( LUZ, 1969, Apud SOUSA, 2005, p. 308 ).

Torres parte do estudo da identidade nacional para explicar a realidade brasileira. Adotou uma "*concepção psicológica da sociedade, segundo a qual os nossos males poderiam ser erradicados mediante a transformação do caráter nacional*" (cf. RAMOS, Apud SOUZA, 2005, p. 308). Sua idéia era a de que a organização do País deveria ser outorgada de cima para baixo. Acentua categoricamente que no Brasil identidade nacional e cultura genuinamente brasileira são coisas ainda inexistentes. A nacionalidade brasileira é algo ainda por fazer e torna-se algo de grande urgência e vital, já que:

O nacionalismo se não é uma aspiração, nem um programa, para povos formados, se, de fato, exprime em alguns uma exacerbação do patriotismo, é de necessidade elementar para um povo jovem, que jamais chegará à idade da vida dinâmica, sem fazer-se “nação”, isto é, sem formar a base estável, o arcabouço anatômico, o corpo estrutural da sociedade política. (TORRES, 1982, p. 43).

Assim, o caráter nacional nasceria do reconhecimento da ignorância sobre o Brasil, da superação da inconsciência mental que sempre foi alimentada pelas elites brasileiras. Caberia aos intelectuais a importante tarefa de elaborar o conhecimento responsável pela criação da unidade nacional. A regeneração do povo brasileiro é delegada, pois, a uma elite intelectual e de políticos comprometidos com o projeto de organização nacional. Neste aspecto, é marcante a sua identificação com o Brasil rural, ou seja, em sua visão, a brasilidade está latente naquele meio. Formula, pois, a idéia de dualidade entre país legal e país real. O dualismo entre sociedade urbana e rural é associado à existência de um país legal que seria o “*país urbano*”, “*sibarita*” e *cosmopolita*, enquanto o país rural é o meio rural, onde jaz o cerne da brasilidade”. (cf. SOUZA, op. cit, p. 308).

Por ser o pensamento de Alberto Torres a grande fonte de inspiração dos intelectuais e ideólogos do Estado Novo e do Integralismo no Brasil dos anos de 1930 e 1940, muitas celeumas surgem em relação à filiação de seu pensamento ao movimento integralista. Oliveira Viana, um dos principais intelectuais a defender e justificar a presença de um Estado centralizado no Brasil, fundamenta seu pensamento a partir das idéias do Sociólogo que finca as bases do pensamento nacionalista, que guiará a vida nacional brasileira, a partir da organização de uma nova ordem política. Para Oliveira Vianna, é possível condensar, numa formula sintética, o pensamento revisionista de Alberto Torres:

-§ O povo brasileiro, por motivos peculiares à sua formação e evolução, não tem, como aliás não têm muitos outros povos, capacidade de direção política;

-§ Mas, o Brasil precisa realizar desde já, por uma série de razões poderosas e urgentes, uma alta política de caráter profundamente orgânico e nacional. Esta política, porém, só pode ser feita por iniciativa do Estado:

-§ Logo, tudo depende de uma reforma constitucional que organize o Estado num sentido que o capacite para este fim superior e necessário". (VIANA, 1947, p.62).

Imbuído do ideário corajosamente exposto por Torres que, para ele, *se mostra absolutamente despido de qualquer respeito pelos bordões clássicos do nosso direito público, pois não é ele dos que entoam antífonas no coro pregoeiro da Democracia* (idem, p.64). Suas “nobres, altas, poderosas idéias”, para Oliveira Viana, devem ser absorvidas pelas novas gerações, pois,

Das páginas de seus grandes livros, em que elas se condensam, tão profundamente impregnados das virtudes singelas da nossa raça e das fragancias do nosso solo, ressuma uma consoladora confiança em nós mesmos, nos nossos destinos, na nossa reabilitação, na melhoria e triunfo final do nosso povo.

Nestas idéias e nestas páginas, deve embeber-se a nossa geração atual, cética, frívola, incrédula, despreocupada, leviana. Na sua eloquência, na sua serenidade, na sua tranqüila beleza, o que elas dizem, como sendo a expressão do nosso dever para com o futuro, \_\_a nós, os da agora,\_\_é que, na interpretação que buscarmos às nossas instituições, na solução que procurarmos aos nossos problemas, o que é principal, o que é imprescindível, o que é necessário fazer, antes de tudo, é \_\_ não esquecer o Brasil.( VIANA, op. Cit, p. 272).

Seguindo, também, o legado de Alberto Torres, o educador paulista Sud Mennucci <sup>5</sup> colocará em destaque idéias sobre o estabelecimento de um

---

<sup>5</sup>. Educador Paulista de Piracicaba ( 1892- 1948). Assumiu vários cargos públicos, dentre eles o de Diretor do Ensino no Estado de São Paulo ( de 1931-1932; de 1933-1934 e em 1943). Um de seus ídolos era Alberto Torres. Considerado o “pai do ruralismo pedagógico” do Brasil, escreveu várias obras, sendo a mais importante, A Crise Brasileira da Educação, de 1930. Como não foi possível o acesso às suas obras, fundamentei minha análise na dissertação de Mestrado de Isabel Cristina R. Matos, com o título A Concepção de Educação em Sud Mennucci. UNICAMP, 2004. Segundo essa autora as obras de Mennucci estão espalhadas, tendo sido necessária uma pesquisa para encontrá-las. Consegui seu intento

projeto escolar para o Brasil, somando seus esforços aos intelectuais que nos anos de 1930 conduziram os rumos do ruralismo pedagógico no País. Ao elaborar seu entendimento de educação, Mennucci parte da premissa de que o Brasil passava por grande crise no setor educacional. Relaciona a crise da educação com as descobertas científicas e a ascensão da indústria que àquele tempo começara a chegar ao Brasil, ocasionando a modificação do regime de trabalho.

Em sua obra *Crise Brasileira de Educação*, escrita em 1930, Sud Mennucci acentua que o projeto educacional brasileiro tinha por foco ou principal preocupação a vida urbana, desconsiderando a “vocação agrícola brasileira”. Esse fato era responsável pela desarmonia entre a escola e o organismo social do País. Ressalta, ainda, que tal crise está associada à “herança escravista de antipatia pelo trabalho”, tornando-se imprescindível a reabilitação do conceito de trabalho, principalmente o trabalho do campo, de tal forma a enobrecê-lo, o que se daria através da educação. (Cf. MATOS, 2004, p.105).

Assim, Mennucci alertava para os problemas acarretados pela ausência de uma educação rural e profissionalizante. Na sua visão, o ensino até então existente era inadequado à realidade brasileira. O Brasil haveria de criar a própria estrutura escolar, desvinculando-se dos modelos estrangeiros.

---

principalmente no acervo particular de seu sobrinho neto, Rolph Mennucci; outras foram encontradas no Instituto de Estudos Educacionais Sud Mennucci, mantido pelo Centro do Professorado Paulista, no qual foi este educador presidente por 17 anos; outras obras foram localizadas na Biblioteca do Instituto de Estudos de Linguagem e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Tive acesso aos artigos de Rolph Mennucci via *site*, além de comentários de escritores cearenses sobre o referido educador e de discurso por ele proferido para a primeira turma de professoras rurais de Juazeiro do Norte, 1937. Acessei o *site* de Rolph Mennucci Giesbrecht- [www. Estacoesferrovias.com.br](http://www.Estacoesferrovias.com.br)

Eu (Sud) não estou convencido de que as lentes da escola ativa, pelo menos como a apresentada entre nós, sirvam ao caso clínico nacional. Tenho, pois, que procurar a solução em outra parte. E a solução só pode vir, no meu entender, da elaboração de uma escola brasileira. (MENNUNCCI, 1930b, Apud MATOS, op cit., p.48).

Para esse educador, a escola existente no Brasil não era integralmente nacional, pois não respeitava as diferenças regionais presentes na imensidão que era o Brasil. A escola nacional deveria levar o brasileiro a se tornar o homem adaptado ao meio em que vivia, fornecendo-lhe uma mudança de mentalidade capaz de fazê-lo sentir e acreditar em sua força criadora, na busca crescente da melhoria de vida.

Percebendo a crescente onda migratória do campo para cidade, analisara que o êxodo do campo *“prendia-se a vários fatores, sendo que o principal seria a dificuldade de obtenção da posse da terra, vinculada com o trabalho escravo e a idéia de escravidão”*. (MATOS, Op. Cit, p.49). Desse modo, defendia o autor o fim do sistema latifundiário no Brasil, propondo a repartição do país em pequenos lotes, *“o modelo mais convincente, porque insufla no agricultor o apego pelo torrão que lhe dá sustento, e, por contragolpe, fixa a estabilidade da vida nacional* (Idem, p 49). O projeto minifundiário, entretanto, proposto pelo educador ruralista deveria ocorrer sem conflitos, haja vista *“a multiplicação das oportunidades de aquisição da terra ser algo que deveria partir de iniciativas governamentais, individuais e corporações, tarefa que deveria ser encampada por todos de forma “pacífica” e espontânea”*. (ID, IDEM, p. 49).

Portanto, na entrada da década de 1930, em um país que se anunciava novo, era imperioso se criar uma consciência agrícola contra o sentido urbano

dominante. Esta conscientização deveria ocorrer pelo preparo do meio físico e pela tarefa educativa das escolas primárias rurais. Como realizar tão importante tarefa, se o professor enviado à escola rural era “neófito”, inexperiente, imbuído de preconceito urbanista? *Faltava ao mestre primário a consciência da necessidade vital que há em manter o brasileiro no meio rural para produzir e exportar. “País que não exporta, é país que não existe”.* (MENNUCCI, Apud MATOS, op. cit, p.50).

No Brasil, a formação do professor era citadina. Era necessário se criar um tipo de professor para o meio rural. Para esse mister, a solução apontada pelo Educador paulista era a criação de uma escola normal para a formação de professores rurais. Assim, a proposta de uma escola normal rural perpassa a sua obra educacional, ideal pelo qual lutaria durante a sua vida pública. De acordo com Matos (2004), para Mennucci, uma escola normal rural deveria formar um profissional entendido de agricultura, de enfermagem e *“uma convicção inabalável de que precisaria ali, no campo, ser um incentivador do progresso. “O aparelhamento educativo deveria apresentar armas para enfrentar a luta econômica do país, isto é, incentivar sua vocação agrícola...”*(Op. cit, p.50). Neste sentido, alguns pontos do pensamento de Mennucci sobre a missão do professor rural, de acordo com Matos (Op. cit,p. 51-52), são dignos de menção:

- a) o professor poderia mudar a mentalidade do habitante rural, mas ele não tinha consciência plena de sua missão nem das necessidades reais da economia do país; assim estava sendo incapaz de deter o êxodo rural;



- b) mesmo com a posse da terra e com o professor identificado ao meio rural, a frente do êxodo rural não estaria estancada. A carência do conforto seria suficiente para determinar o recrudescimento desse êxodo(...);
- c) na prática, defendia Mennucci (Apud MATOS, idem, p.51) a idéia de *“que seria necessário fazer com que estas soluções ocorressem simultaneamente: a posse da terra e o conforto ao homem do campo, rompendo o seu isolamento com o mundo circundante, integrando-o a pátria”*.

A concepção educativa de Sud Mennucci é materializada no projeto que idealizara referente à criação de uma escola de formação de professores para o meio rural. O Ceará concretiza esse ideal com a fundação da primeira Escola Normal Rural do Brasil. Juazeiro do Norte parte na dianteira no esforço que se empreendia no sentido de levar a “luz” do conhecimento para as terras secas dos campos cearenses, sequiosas não só da água necessária ao alimento do solo, mas também de opções viáveis para o seu desenvolvimento econômico e cultural, tirando do atraso e da ignorância as populações rurais.

## **2.2 Luzes da instrução para um “Brasil Sêcco: Educação rural no Ceará em idos de 1920 a 1930**

Em 1926, publicara Lourenço Filho a sua obra *Joazeiro do Padre Cícero - Scenas e Quadros do Fanatismo no Nordeste*, onde apresenta de forma contraditória uma “fisionomia” ou sociologia das populações sertanejas do ceará, enfocando, primordialmente, o povo de Juazeiro do Norte. A análise do educador paulista oscila, pois, entre um perfil de selvagens homens submersos nos porões

da insanidade e do fanatismo, ao ser de comprovada força em sua heróica luta de sobrevivência ante a dura realidade da seca, ou seja: “*O homem do sertão, o “Mane Xique-Xique”, o rude e ignorante, é o homem de luta e valor*”. (LOURENÇO FILHO, 2002, p 143 ).

Referida obra traz uma radiografia da realidade sertaneja da região cearense do Cariri que se retirando a particularidade do fenômeno político-religioso em torno da figura enigmática do Padre Cícero Romão Batista, é o retrato do Ceará, principalmente no que se refere às questões culturais e educacionais. Neste aspecto, uma afirmação nela contida me reporta ao quadro educacional dos anos de 1920:

No Ceará, como em todos os demais estados da região, a situação da população pode ser assim resumida: vinte por cento sabe ler; o resto não sabe. Mas é o povo ignorante que lavra a terra, planta, colhe, cuida do gado, extrai as riquezas naturais e as faz transportar para os centros consumidores. A população letrada faz estéril burocracia, quando não criminosa politicagem [...]( LOURENÇO FILHO, 2002, 143).

Lourenço Filho escreve sua obra após passagem pelo Ceará em missão que o imortalizou, não só na história educacional cearense, como também conferiu-lhe notoriedade em todo o País. A Reforma de 1922 teve repercussão grandiosa, pois representou, de acordo com o que Carlos Moharcha afirma no prefácio de Juazeiro de Padre Cícero (2002, p. 12 ), “*um marco histórico na trajetória da educação brasileira, sendo considerada uma das primeiras manifestações do movimento da Escola Nova no Brasil*”.

A análise apaixonada de Moharcha sobre o brilhantismo de Lourenço Filho, como um dos precursores da Escola Nova no Brasil, é uma tônica nas

páginas da história educacional cearense. Há uma tendência em se colocar todo o mérito da Reforma de 1922 na pessoa de Lourenço Filho. Para Nagle( p.193), “a reforma cearense” foi fruto quase exclusivo da atuação de um só homem, Lourenço Filho...”. Apoiando-se em tal visão, Raimundo Frota de Sá Nogueira, em seu livro *A Prática de Lourenço Filho no Estado do Ceará* ( 2001, p.117) anota:

A Lei 1953/22 recebeu do reformador sua formulação, sua influência, e ninguém, na época, seria tão qualificado no Ceará, em termos de doutrina educacional, conhecimento pedagógico, sistema escolar e dotado de tamanha experiência em educação, planejamento e reforma de ensino quanto o professor Lourenço Filho”. ( 2001, p.117)

Juraci Maia Cavalcante empreende uma reviravolta no que diz respeito à cristalização de uma versão sobre a Reforma Educacional de 22. A partir de cuidadosa consulta à Historiografia nacional e local, desmistifica uma “interpretação viciada” da Reforma “Lourenço Filho” (CAVALCANTE, 2000). Ao anunciar a sua tese sobre a presença e a influência de João Hippolyto de Azevedo e Sá, então diretor da Escola Normal de Fortaleza, na Reforma Educacional de 1922, explica que se deparou com uma disputa ferrenha pelo poder. A luta travada entre dois importantes educadores - João Hippolyto e Joaquim Moreira de Sousa- definira um “*certo modo de contar aquele importante acontecimento da História educacional do Ceará*”. (op.cit, p. 66).

Moreira de Sousa, historiador oficial da dita reforma, logo tratou de enaltecer a figura de Lourenço Filho, silenciando sobre o papel desempenhado por João Hippolyto, maior responsável pela vinda do Educador paulista para o Ceará. Ao levantar a polêmica em torno do esquecimento ou do total desaparecimento do então ilustre diretor da Escola Normal, no movimento

reformista de 1922, Juraci Cavalcante assinala não menosprezar a atuação do conceituado educador:

Com isso, não estou a levantar dúvidas sobre os possíveis méritos de Lourenço Filho como educador e reformador. Causa-me contudo, estranhamento, o modo apologético com que Moreira de Sousa trata a ação educativa do professor paulista no Ceará. Desde que entrei em contato com tais explicações acerca do significado da Reforma Lourenço Filho na história educacional do Ceará, me intrigou o culto personalista e o tom exagerado com que a mesma era lida. Imaginava que a vinda de Lourenço Filho para Fortaleza estava, antes de mais nada, aliada a uma “vontade político-pedagógica” local. Desse modo, o próprio convite para que viesse trabalhar como educador no Ceará, já indicava a circulação de idéias e anseios modernizantes no meio educacional local, no início dos anos de 1920 (Op.Cit., p.75) .

A escrita de Moreira de Sousa denota uma análise exacerbada em relação às contribuições do Educador paulista. Há uma preocupação em delimitar ou periodizar a História de acordo com interesses de ordem pessoal. Neste sentido, concordando plenamente com a leitura de Cavalcante( 2000), percebo o esforço em delinear uma história a partir do movimento reformista, ou seja, um Ceará com quatro fases distintas de sua vida educacional:

a) período anterior à Reforma - envolvimento no tradicionalismo educacional, propiciador de problemáticas relacionadas à estagnação sociocultural do povo cearense;

b) período da Reforma - momento de modernização, difusão das idéias escolanovistas e efetivação de práticas inovadoras, via atuação do reformador Lourenço Filho;

c) período imediatamente posterior à Reforma - ocorre a ruptura de um ciclo que se iniciara com a vinda de Lourenço Filho e terminara com sua partida. momento de retorno às antigas práticas, retrocesso; e

d) período de Renascimento - o ciclo interrompido tem seu renascimento em 1930, quando Moreira de Sousa assume a diretoria da Instrução Pública, no Ceará. “ *No fundo porque ele se julgava o herdeiro direto da Reforma que levara o nome de Lourenço Filho; tanto que trata do renascimento (CAVALCANTE, idem, p.82).*”

Aqui não me interessa propriamente uma análise da Reforma em todas as suas nuances, mas identificar e entender as intenções e ações mais efetivas no que diz respeito à educação rural, seus efeitos no meio campesino cearense e/ou possíveis mudanças e melhorias que porventura tenham ocorrido no processo de escolarização rural.

Fazendo breve digressão sobre o contexto da Reforma de 1922, posso observar que o seu objetivo era contemplar o Ceará como um todo; algumas iniciativas se destinaram ao meio rural, à melhoria ou ampliação da escola no campo, porém, ações de maior impacto não se concretizaram nos rincões cearenses. Dessa forma, ao se criar a Diretoria Geral da Instrução Pública no Ceará, de imediato impõe-se uma tarefa primordial, qual seja, o conhecimento sobre a real situação do ensino no Ceará. Enfim, “*era imperioso obter uma “fotografia” da real situação para estabelecer, a partir do seu conhecimento, um diagnóstico e um adequado tratamento para oferecer soluções*”. (NOGUEIRA, 2001, p. 141).

Baseando-se na reforma paulista de 1920, Lourenço Filho usa do expediente do recenseamento, técnica de natureza escolanovista. Portanto, num período de três meses, foi realizado o recenseamento em todo o Estado. Aos

inspetores escolares, foi conferida tal missão, bem como poderes de solicitar a demissão dos prefeitos que não proporcionassem as condições necessárias ao empreendimento educacional em seus municípios.

De acordo com Frota de Sá Nogueira (2001, p. 143), o Presidente do Estado dirigiu a todos os prefeitos uma circular, segundo o plano de recenseamento, dando instrução sobre a realização do censo ou cadastro escolar. Apelando para o espírito patriótico dos prefeitos, a Presidência do Estado delegava aos municípios todas as despesas inerentes ao processo censitário. Os gastos não se restringiam somente ao trabalho de cadastro escolar, mas com todas as demandas e investimentos estruturais e humanos advindos com o diagnóstico da realidade educacional de cada edilidade, tais quais: doação de prédios, construção de grupos escolares, compra de materiais didáticos, dentre outros gastos e incumbências dos governos locais.

O recenseamento revelara a situação calamitosa das escolas no interior cearense. Newton Craveira, um dos inspetores escolares, responsável pela região do vale do Acaraú, fez uma análise de tal realidade. Esse educador, a despeito de não possuir titulação acadêmica, destacara-se como um autodidata, encarnando com maestria o espírito escolanovista. Suas reflexões e experiências oriundas da vida de menino pobre e sertanejo (Cf. CAVALCANTE, 2000), conferiram-lhe clarividência sobre a necessidade de fazer da escola rural lugar por excelência de preparação do homem para viver no campo, uma escola primária destinada ao nordestino.

A sintonia com os ideais modernizantes de escola o fizeram merecedor da tutela de Lourenço Filho na elaboração da obra didática *João Pergunta ou Brasil Sêcco - Livro de Leitura para as crianças do Nordeste*, publicação subvencionada pelo Governo do Ceará, na administração Justiniano de Serpa e que foi adotada oficialmente nas escolas públicas primárias do Ceará. Na apresentação dessa obra inusitada, Craveiro assinala que:

Este trabalho é um ensaio de livro destinado ás crianças do Nordeste. Filho da reação contra o verbalismo no ensino, ocupa-se da realidade da vida em nosso meio, orientando a criança para o exercício das industrias ruraes de onde tem sahido a grandeza econômica dos povos.

Algumas lições estão no nível intellecctual das crianças; outras, porem, acima delle se elvam. È' que o professor deve baixar até a criança, algumas vezes, e, em outras occasiões, fazer com que a criança suba até elle, conforme a theoria do esforço, resuscitada, em suas partes racionaes, por W. James. (CRAVEIRO, 1925, p.8).

Como fiscal regional da Educação, Newton Craveiro apresenta sua apreciação sobre as condições das escolas da região norte do Ceará, advertindo para a noção de que “ a escola, deslocada de seu verdadeiro papel, fenece como uma planta exótica que não encontrou na transplantação as condições naturais de existência” ( Relatório 3, 1922, apud NOGUEIRA, op.cit.). Em síntese, Craveiro se apoiava no argumento de que a escola primária cearense deveria preparar “soldados para a lavoira”, para isso era necessário que o professor falasse aos seus alunos sobre a seca, problemática diretamente ligada às suas vidas, ficando a criança sertaneja ciente do fenômeno, do drama de sua família, de seus vizinhos, a sorte do gado, de seus roçados...” (NOGUEIRA, idem, p.150).

Não é possível analisar o impacto social da obra didática de Newton Craveiro para uma mudança de mentalidade na condução da instrução nas escolas rurais. É sabido apenas que, entre 1924 a 1928, esse livro passou por duas edições, com o aval de Lourenço Filho. Constata-se, no entanto, que embora a reforma de 1922 tivesse pretensões de se estender para todo o Estado do Ceará, *suas ações se concentraram na Escola Normal de Fortaleza* (PINHO, 2002, p. 110). O foco da política educacional cearense estava concentrado na modernização do ensino e de seus métodos educacionais, haja vista a visão predominante de que a excelência na formação da professora primária era requisito primordial para a transformação da escola, da sua adaptação às necessidades e premências de uma sociedade que marchava em direção ao seu desenvolvimento econômico e cultural.

Apesar dessa visão que depositava no professor o papel de redentor da educação, a Reforma de 22 não reservara ao professorado do interior programas ou políticas consistentes e de maior intensidade no que se refere a sua capacitação, com o intuito de dotá-lo de instrumental teórico- metodológico nos moldes da tão propalada Educação Nova. O artigo 149 do Capítulo III da dita Reforma, expressa na Lei nº. 1.953/22, determinava que,

A fim de manter o interesse pelos modernos processos do ensino, a Directoria da Instrução poderá convocar, nas férias de fim de ano, na Capital, ou nas redes das Inspectorias Regionais, uma reunião dos directores de grupo e escolas reunidas, e de limitado número de professores, a fim de discutir e ventilar as questões pedagógicas que julgar oportunas". ( Apud NOGUEIRA, op. Cit, anexos).

A iniciativa mais visível rumo a uma melhoria do nível dos professores do interior, foi a dos vários cursos de férias, promovidos pelo reformador, com o



objetivo de revisar os conhecimentos do professor, propiciando-lhe aquisição de novas técnicas e apreensão da concepção da Escola Nova, na qual se baseava a reforma do ensino primário. *“Os professores eram trazidos do interior e em Fortaleza, mantidos durante dois meses, no período das férias, às custas dos municípios, permanecendo em encontros de estudos, cuja sede era o teatro José de Alencar”*. (NOGUEIRA, op.Cit, p. 184).

Para Jader de Carvalho, em entrevista concedida a Nogueira ( 2001), o recrutamento dos professores da zona rural para a Capital não era tarefa simples. Existiam problemas de todas os níveis, desde a dificuldade dos meios de transportes à carência e baixos salários das professoras. Dessa forma,

... é impossível uma reforma que ande a passos largos se ela não conta com um professorado conscientizado e com condições para executá-la[...] chamo de começo de reforma, porque realmente a reforma ficou apenas no começo de conscientização. Aqui na Capital, a reforma se realizou, porém no interior, a escola continuava como era anos atrás. (CARVALHO, apud NOGUEIRA, op. cit., p.18)

A despeito do pouco tempo de permanência de Lourenço Filho no Ceará e da falta de ações mais concretas nos áridos solos da zona rural, a Reforma de 1922 é efusivamente festejada pela imprensa local, sendo referência indispensável nos discursos e debates dos círculos educacionais cearenses na década de 1920. Segundo Djacir Menezes (1959, p.360), *“Em 1922, o pedagogo paulista Lourenço Filho, comissionado pelo presidente Justiniano de Serpa, inicia o grande movimento reformador no Estado do Ceará”*.

Por conseguinte, apesar dos avanços e inovações no setor educacional de então, é notória a precariedade da educação cearense em finais dos anos de

1920 e início da década de 1930, *principalmente* na zona rural do Estado. Tal situação é amplamente divulgada nos jornais desse período, ganhando maiores contornos em decorrência do 6º Congresso Nacional de Educação, ocorrido em Fortaleza no ano de 1934.

Portanto, os efeitos da tão propagada reforma não atingiu os sertões e regiões litorâneas e serranas do Ceará. Tal asserção é constatada em denúncias e desabaços presentes em artigos que estamparam as páginas do jornal *O Povo*, nos primeiros meses de 1934. Em conferência proferida no citado Congresso Nacional de Educação, Beni de Carvalho ressalta a necessidade de interiorizar a escola, expressando-se de forma incisiva:

A ação educadora nacional não deverá, por isso, limitar-se, tão só, aos grandes centros, ou atuar, unicamente, na orilha atlântica. É necessário que ela, como epidemia sagrada, contamine os sertões, que invada nossas selvas, não já – em bandeiras, buscando esmeralda e prata – como aquele alucinado Fernão Pais Leme, mas com a escola rural, procurando formar, tentando descobrir o homem novo do Brasil. ( *O POVO*, 03/02/1934, ps.1-2).

A precária estrutura educacional na zona rural do Ceará foi, de modo mais exaltado, apresentada por Lúcio Várzea, em artigo publicado em 27 de fevereiro de 1934, no jornal *O Povo*, onde se posiciona nos seguintes termos:

Na capital, professores de primeira ordem, aulas em edifícios apropriados, assistência médica, Congressos nacionais de educação – e todos os benefícios que derivam do Decreto nº 473 de Fevereiro de 1932. Para as Vilas do interior, nada dos tais congressos, nem do referido Decreto. (p.1).

Domingos Braga Barroso, em matéria intitulada *O Nordeste Brasileiro e o Congresso Nacional de Educação*, escrita em 29 de dezembro de 1933, apresenta a sua satisfação antecipada sobre a importância de o 6º Congresso

Nacional de Educação a se realizar no Ceará. Cita a “bôa vontade” do Diretor da Instrução Pública, “manifestada á causa do ensino” e continua afirmando:

De sincera vontade houvermos as intenções que animam os nossos homens da Instrução, promovendo o Congresso na região em que vai ser realizado: Nordeste Brasileiro(Ceará)” [...] No entanto, segundo informações de fonte segura, pouco dos nossos especialistas em questões educacionais participarão com estudos e sugestões[...] Evidentemente, ninguém de bom senso há de aplaudir a próxima

Conferência de Educação a se realizar entre nós, se ela não focalizar problemas nossos do Nordeste, do Ceará. ( O POVO, 1933, p.2).

Em considerações anteriores, Barroso afirmara que “ o Ceará exige dos ilustres congressistas um aproveitamento impecável do tempo” e faz um apelo para que o Congresso não repita experiências anteriores que, segundo os mais pessimistas, “*não passam das teoras, provas de saber, que os congressistas revelam nas suas teses*”. Portanto, solicita com veemência: “*Resistamos martirizando a nossa vaidade, a retórica oca, as discussões enfatuadas para ver se o Congresso merece a atenção e o aplauso do povo a quem ele é obrigado a servir*”. ( O POVO, 22 de dezembro de 1933, p 3 ).

Fica evidente a grande expectativa em torno desse Congresso Nacional de Educação a se realizar nas terras alencarinhas, reflexo do anseio em se vislumbrar novos rumos à educação cearense e nordestina, que clamava por soluções imediatas para problemáticas antigas e que até então não dispensara atenção e ações mais concretas.

O mesmo jornal O Povo de 16 de novembro do ano de 1933, publicou, na íntegra, telegrama enviado pelo então Ministro da Educação e Saúde Pública,

Washington Pires, ao Interventor Federal do Ceará, congratulando-se com todos os governos regionais da República pela realização do levantamento das estatísticas nacionais do ensino relativas ao ano de 1932, conforme plano fixado no convênio inter-administrativo de 1931.

Dessa forma, a imprensa, atenta às novidades educacionais do momento, estampava em suas páginas os acontecimentos que visavam a implementação do Plano Nacional de Educação. O Ceará, partilhando da comoção que envolvia a Nação brasileira, buscava caminhos para amenizar a precária situação da educação de seu povo.

Em relatório apresentado ao Presidente da República, o capitão Roberto Carneiro de Mendonça, Interventor Federal, apresenta detalhadas informações sobre suas ações e empreendimentos no setor da Instrução Pública cearense, no interstício de 1931 a 1934. Em suas palavras iniciais afirmava:

Dentre as questões de mais importância para a minha administração, destaca-se a instrução Pública do Estado, que ora atravessa uma fase intensa de trabalhos e progresso constante, a começar pela adaptação dos métodos de ensino às modernas tendências pedagógicas, ou melhor, aos princípios da escola ativa pregados por Fernando de Azevedo, em sua magistral e consagrada reforma escolar, os quais criaram uma “consciência educacional”, infundindo no professorado um espírito novo, claro e definido. (MENDONÇA, 1936, p. 67).

A escrita do referido relatório traduz em sua letra o ideal educativo da filosofia escolanovista, ficando em evidência a propagação da modernização a se impor como marco nos novos destinos da sociedade cearense. Neste sentido,

...a educação nova é, de fato, e deve ser uma iniciação na vida econômica e social, e, pelo trabalho educativo, uma iniciação no trabalho profissional e nas atividades produtoras. Ela tem, e deve

despertar e desenvolver o sentido da vida econômica, o culto do trabalho, da machina e da Sciencia. (IDEM, p. 67).

Apoiando-se nos pilares da filosofia da Escola Nova, o Ceará, sob a administração da Interventoria Federal, traduzia em suas iniciativas educacionais e culturais o espírito ou a ideologia do nacional-desenvolvimentismo proposto pela “Nova República”. O pragmatismo sobrepunha-se às formulações mais elaboradas de letramento e de educação escolar, para as classes desfavorecidas. Essas classes deveriam ser favorecidas com a alfabetização, cabendo ao Estado preparar homens para o trabalho e não encaminhá-los unicamente para a carreira das letras, “ *a qual muitos por inaptidão ou aversão não podem atingir*” (ID, IDEM, p. 68).

Por conseguinte, a campanha para efetivar a Educação Nova no Ceará passa a ter ressonância nos programas e políticas oficiais no adentrar dos anos 30, conferindo ao Ceará destaque em projetos com o fito de elevar os níveis educacionais das populações camponesas. Fazia-se urgente, portanto, a interiorização das “luzes” da instrução, por meio de uma escola primária que se direcionasse para as peculiaridades da vida rural. Percebendo a ruralização da escola como um projeto inadiável, Moreira de Sousa foi deveras contundente ao anunciar suas intenções à frente da Diretoria da Instrução Pública:

A Diretoria da Instrução, reagindo contra velha prática, porque a escola nos sertões era apenas um aprendizado precário de leitura e escrita, tem procurado, na medida de suas forças, ruralizá-la, transformando-a em “síntese da vida, onde, abreviadamente, a criança se prepara para os eventos da existência”, no meio social a que vai servir. (SOUSA, 1934, p. 69).

Pode-se perceber que está subjacente aos documentos oficiais, aos discursos da elite intelectual e artigos da imprensa local do período em foco, ou

sejam, às décadas de 20 e 30 do século XX, a proposição de uma educação nos moldes idealizados pela educação nova. O precário estado da educação cearense, entretanto, que ainda não conseguia ampliar seu espaço mais significativamente e de tal forma atender a uma demanda reprimida, que nem ao menos tivera acesso ao ensino primário, era uma questão que despertava e acirrava os ânimos daqueles que viam o progresso do Ceará (e do Brasil) atrelado ao fator educacional, ou seja, do letramento ou da instrução dos “cidadãos trabalhadores”.

Em uma região essencialmente agrícola, a escola redentora haveria de chegar a todas glebas, a todos os rincões cearenses. Bebendo dessa fonte, o ruralismo aqui presente traduzia uma idéia de educação preconceituosa, autoritária e elitista. Era a óptica dos homens que habitavam a cidade; um olhar estranhado e carregado de formulações elaboradas de fora, com o fito de “defender” e definir os rumos do sertanejo.

Assim, no Ceará de início dos anos de 1930, vozes ecoavam em defesa de uma educação renovada, de um ensino moderno, condizente com as reais necessidades do educando e que estivesse em sintonia com as demandas da economia e da premência do progresso regional e local. Em tal empreendimento, merecerá destaque a preocupação com a educação rural, que passa a ser questão central, ponto de pauta indispensável nas discussões e propostas de educadores cearenses daquela época. Joaquim Moreira se Sousa avaliando as discussões que marcaram a década de 1930 e que perduraram nas décadas seguintes, apresenta a seguinte asserção:

Tem-se discutido, no Brasil, entre educadores, educacionistas, sociólogos e políticos, se convirá começar-se a educação rural das massas campestres desde a escola primária. Mais precisamente: se será razoável, tecnicamente aconselhável, levar o menino, em idade de escola primária, além daquele ensino rudimentar da escola tradicional- ler, escrever e contar. A discussão agora amaina, parecendo encaminhar-se para a solução mais humana e patriótica do problema” (1950, p. 3 ).

A preocupação com o ensino rural tornar-se-á questão de fulcro no cerne das propostas da política educacional do Ceará de então. No contexto nacional, que estava a exigir a efetivação de um Plano Nacional de Educação, um projeto inusitado é pensado e gestado na “Terra da Luz”. Tal projeto concretiza a idéia de criação, no Ceará, de uma Escola Normal Rural. De acordo com escritos de Plácido Aderaldo Castelo, o Dr. Joaquim Moreira de Sousa foi quem elaborou os lineamentos gerais de uma escola rural, cujo plano de organização tinha por meta primordial

[...] Orientar-se fortemente pelas nossas condições particulares de vida e colima fornecer professores esclarecidos quanto às necessidades das zonas rurais a que se destinam. A educação é função do meio. Visa produzir valores, não parasitas letrados como foi no passado e é, mais atenuado, no presente. (CASTELO, 1951, p. 8).

O projeto de Escola Normal Rural, idéia que se materializa na experiência pioneira do Ceará, nasce investida do espírito modernista e/ou reformista tão peculiar às propostas que visavam à plena estruturação do sistema público de ensino local. Nesta direção, tornara-se Joaquim Moreira de Sousa *“Um defensor ardoroso da difusão de escolas normais rurais como modo principal de provocar uma revolução educacional condizente com as necessidades reais da sociedade cearense”*. (CAVALCANTE, 2000, p. 207).

Dessa forma, o Ceará torna viável um projeto gestado pelo pensamento pedagógico e ideal de sociedade de um educador paulista, Sud

Mennucci, que, no afã de suas idéias de ruralização do ensino, traduzia as preocupações sociais e econômicas de um país essencialmente agrícola em marcha para o desenvolvimento industrial.

Mennucci bebia das fontes nacionalista e integralista que contaminavam parcela significativa da intelectualidade e das autoridades políticas e religiosas do País. O Ceará não foi só pioneiro nesse projeto educacional de formação do professor rural, mas também um dos nichos de maior significação para a proliferação e prática da ideologia integralista no Brasil.

Neste sentido, o próximo capítulo versará sobre a influência e penetração do ideário ruralista em terras alencarinas, cujos pensamentos e práticas beberão da fonte de exacerbado nacionalismo e da convicção da necessidade de uma “nova educação” para definir os rumos da sociedade cearense.





*Capítulo III*

*Escolas Normais Rurais: o  
ruralismo pedagógico impregnando  
os Sertões do Ceará*

Fachada da ENRJN - Álbum de Dona Assunção Gonçalves

E quando daqui há vinte ou trinta anos os cronistas se dispuserem a remontar o curso da evolução do ensino rural, no Brasil, hão de encontrar nas cabeceiras deste novo rio que anteverjo majestoso, as figuras destas noviças que aqui, nesta hora, se dispõem a receber a investidura de professoras em o novo sacerdócio que elas mesmo vão criar.

Sim, tenho confiança em vós, meninas, porque acredito piamente, religiosamente no Ceará.[...] Creio piamente, religiosamente em ti, Ceará maravilhoso das surpresas estonteantes. José do Patrocínio, aquele negro admirável que foi o apóstolo carioca da abolição nacional, não imaginou até que ponto ele acertára quando te crismou de TERRA DA LUZ...( SUD MENNUCCI, 1937)

### 3 ESCOLAS NORMAIS RURAIS: O RURALISMO PEDAGOGICO IMPREGNANDO OS SERTÕES DO CEARÁ

Amália Xavier Oliveira<sup>6</sup> em seu livro História da Escola Normal de Juazeiro do Norte, confirma o papel representado pela Escola-mãe e me fornece “dados e fatos registrados de 1934 a 1976, com tudo o que esta casa realizou ano a ano, mês a mês, dia a dia”. (OLIVEIRA, 1984, p. 20). A instituição à qual dedicou mais de 40 anos de sua existência como educadora, é considerada por Dona Amália como “a Célula-Mater” do desenvolvimento cultural de Juazeiro do Norte. Em breve retrospectiva sobre a história educacional de Juazeiro do Norte do século XIX ao ano de 1934, afirmara:

A redenção está perto: Carneiro de Mendonça na Interventoria do Ceará; Moreira de Sousa, na Direção do Ensino; Lourenço Filho na Direção do Instituto de Educação no Rio; Anízio Teixeira na Direção do Ensino no Rio; Gustavo Capanema no Ministério de Educação; Leoni Kasefi, coordenando cursos de aperfeiçoamento no Instituto de Educação, no Rio, pondo à disposição do Ceará 10 bolsas de Estudos para professores; Moreira de Sousa, enviando 10 professoras para o Curso de Aperfeiçoamento; Sud Menucci, em São Paulo, estudando as bases dos métodos de ensino pregados por Alberto Torres. Conclusão desse movimento renovador: A Educação que convém ao Brasil é a Educação Rural, pois o Brasil é uma imensa zona rural. A conclusão foi arrojada. Os estudiosos puseram-se em campo, e, concluíram: vamos escolher a Escola para o meio a que se destina: Zona Rural – Escola Rural; isto é, Escola que ensina ao homem do campo a “viver no campo, do campo, pelo campo e para o campo...” (Op cit, p. 17).

O movimento em prol da criação desse instituto de formação docente surge a partir dos contatos e da identificação do então diretor da Instrução

---

<sup>6</sup> Amália Xavier de Oliveira foi diretora da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, entre 1936 a 1972, durante esse período só ficou sem mandato por tempo muito breve. Desde o início participou do processo de criação da referida escola, inclusive para muitos, se não fosse o seu empenho, a idéia de fundação dessa instituição não teria vingado.

Pública, Moreira de Sousa, com o movimento em defesa da educação rural no Brasil e que tinha na pessoa de Sud Mennucci um fervoroso defensor. O Educador idealizou a escola normal destinada à formação da professora do campo. Uma escola que ensinasse a viver, pois;

O homem para viver não precisa somente aprender a ler, escrever e contar. A Escola que convém é aquela que dá ao homem os meios para viver em seu ambiente, melhorando-o, desenvolvendo-o, orientando suas condições de vida. Enfim é a escola de acordo com a região a que deve servir. Esta era a escola sonhada por Moreira de Sousa para o Ceará, realizada por Plácido Castelo no Juazeiro. (OLIVEIRA, Idem, p. 18).

A importância histórica do pioneirismo de Juazeiro do Norte, com a criação de uma escola de formação do professor rural, é exaltada por Sud Mennucci em seu discurso quando da solenidade de colação de grau da primeira turma de professores ruralistas<sup>7</sup>. O quanto representava o exemplo dessa cidade nordestina para o restante do Brasil, é categoricamente enfatizado pelo *Pai do ruralismo pedagógico* que, por meio de sua eloquência, afirmou:

Joazeiro fornece-nos, nesta quadra final do ano, que sempre foi, pelo destino, reservada às grandes transformações, Joazeiro dá-nos a maior inovação de educacionismo indígena lançando as primeiras mestras preparadas para a educação da zona rural.(MENUCCI, 1937, p.9)

A fundação de uma escola de formação docente para o meio rural era a resposta que se dava aos discursos em defesa de uma ação educadora que atingisse os sertões cearenses. Nesta direção, o então Diretor da Instrução Pública no Ceará, Dr. Joaquim Moreira de Sousa, conforme Dona Amália,

---

<sup>7</sup> Ver livro sobre a História da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, escrito por Amália Xavier de Oliveira, onde a autora informa que a Escola recebeu a visita do Prof. Sud Mennucci em 05 de dezembro de 1937. Pretendia ele assistir à colação de grau da 1ª turma de professoras rurais do Brasil, ocorrida em 28 de novembro. Não lhe sendo possível, fazia questão de que ficasse registrado o discurso que escreveu em São Paulo para pronunciar na formatura das primeiras professoras ruralistas. Assim sendo, Dona Amália fez publicar em folheto o discurso do “pai do ruralismo no Brasil”. Mesmo assim, oito dias depois da solenidade, fez o Educador referido a tão esperada visita `Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte. ( conf. Op. Cit., p. 82).

apresentou o firme propósito de encetar um projeto de reconstrução educativa, cujo foco fosse a realidade e necessidades das populações que habitavam o meio rural. Nas palavras do tão evocado educador, a chama do ideal escolanovista jamais poderia perecer no meio educacional cearense e seus esforços eram grandes para consecução de tal objetivo, pois,

*... animado do desejo de dar ao povo a escola que lhe servia, para uma melhor adaptação do indivíduo ao meio físico e social, não trepidei em provocar tôdas as lutas necessárias e em revidar todos os ataques injustos, contanto que não morresse no Ceará a flama já acesa da Escola Nova". (SOUSA, 1934, p. 15).*

Para uma Região onde se reconheciam somente as possibilidades agrícolas, haveria de se reclamar um tipo especial de escola, que produzisse no indivíduo, desde a infância, a sua consciência agrícola. Para Moreira de Sousa, não seria possível a exeqüibilidade desse modelo de escola, sem dar-lhe mestres “*adextrados, com um curso, mesmo elementar, de conhecimentos agrícolas*”. (Op. cit., p.70). Neste sentido, forte campanha foi empreendida no sentido de criar uma escola normal rural, situada no sertão. Os ideais de Moreira de Sousa se concretizam com a instalação da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, em 1934. A finalidade dessa instituição de profissionalização docente, segundo seu idealizador, demarca nos destinos da educação cearense “iniludível acesso civilizador”, pois

*... preparar-se, assim, pela educação, o reativo contra o exodo historico – fixando o indivíduo, ensinando-lhe a arrancar da terra o seu sustento e a riqueza do Nordeste futuro... Tal é a escola que eu compreendo, cheia de vida e agitação- escola que pressupõe a nossa breve prosperidade economica, centro de uma terra “redenta pelo trabalho dos campos, cortados de estradas, semeados de açudes e sulcados de canais de irrigação”. (SOUSA, 1934, p, 72).*

A idéia de que a *“educação é para a vida, dentro da vida e em harmonia com as condições peculiares da vida”* (cf. CASTELO, 1951) era, em síntese, a essência filosófica do ensino proposto pela Escola Normal Rural. No decreto governamental nº. 1.218, que a criou em 11 de Janeiro de 1934, são perceptíveis o pragmatismo pedagógico e a preocupação com a permanência do homem no campo. Urgia a aproximação entre um mundo marcado por extremo dinamismo, representado pela fase de intensiva industrialização e a educação formal, que deveria preparar o homem dessa nova sociedade. Como anota Anísio Teixeira (1994, p. 301),

Na realidade, a sociedade adquire uma constituição altamente racionalizada, com os seus múltiplos serviços sistematizados e, por vezes, mecanizados, e o homem aparentemente fragmentado pelas múltiplas funções que tem a desempenhar. Para compreender integrar-se nessa sociedade faz-se necessário um grande desenvolvimento da educação formal, a qual, antes somente necessária para alguns, já agora é indispensável a cada cidadão.

Em sintonia com o pensamento de Anísio Teixeira, Plácido Castelo, envolto no afã de entusiasmada efervescência educacional e apoiando-se em Dewey e Kaiseff, afirmaria que:

A instrução pouco disseminada e pior ministrada, simplesmente de alfabetização, não serve senão para agravar as circunstâncias presentes, senão para o preparo de eleitores inconscientes, subordinados aos caprichos do coronelato [...] Os métodos de trabalho são primitivos. A racionalização, assim, é rudimentar [...]. (1951, p. 5).

Esse quadro de intenso atraso e envolto na obscuridade de um modelo tradicional de estrutura social precisaria de um suporte para efetivação de mudanças reais e condizentes com os novos anseios nacional e regional. Na

Escola encontrava-se tal prerrogativa, em especial, na Escola de formação de professores especializados, que:

[...] saibam transmitir aos alunos conhecimentos indispensáveis á vida do ambiente em que habitam". Neste sentido: "A nossa escola há de ser tipo. Marco de nova cruzada: instituição modelo. Base para futuros estabelecimentos e transformação dos atuais. De combate ao analfabetismo e de estímulo à produção da riqueza. (CASTELO, 1970, p.236).

A cristalização de uma mentalidade agrícola e o desenvolvimento econômico seriam garantidos a partir da instrumentalização, via educação, daqueles que viviam no meio rural. Aqui se encontrava a razão de ser de uma escola voltada para a formação do professorado rural. Neste aspecto, o Decreto de criação da E.N.J.N, anteriormente citado, apoiava-se nos seguintes considerandos:

Considerando que urge dar ao ensino público no Estado uma orientação prática que vise criar e desenvolver aptidões nos indivíduos para enriquecimento próprio e da coletividade;

Considerando que, numa região, como o Ceará, cuja economia se baseia nas atividade agrícolas, é de todo ponto necessário ensinar a todos a melhor maneira de cultivar o solo;

Considerando que, para criação e desenvolvimento de uma mentalidade agrícola no espírito do povo em geral, é preciso preparar nesse sentido o professorado conveniente, etc. (In CASTELO,1951,p. 9).

O professorado conveniente deveria ter uma formação voltada para a realidade e valores socioculturais das populações do campo. Nessa direção caminhou a proposta de escola de formação da professora rural. O primeiro regulamento da Escola de Juazeiro expressa categoricamente suas finalidades, denotando uma orientação pedagógica fortemente amparada na filosofia escolanovista; senão vejamos o que estabelece tal regulamento em relação aos fins sobre os quais deveria se deter o ensino normal rural:

a) preparar mestres para o ensino primário das zonas rurais do Estado, de maneira a torná-los aptos a orientar racionalmente as novas gerações para tarefas agrícolas, dando-lhes a conhecer os meios de defesa da saúde e de incentivo do progresso nos campos;

b) contribuir, através do preparo conveniente dos mestres, para que a escola primária rural se torne um centro de iniciação econômica e profissional;

c) dar, pelos mestres, consciência agrícola e sanitária às populações rurais, além da compreensão do valor da previdência e da economia, como condição de felicidade individual e coletiva:

d) despertar, por meio dos mestres primários, nos futuros agricultores e criadores, a consciência do valor de classe, que organizada e liberta de tôta influência estranha dominadora, deve colaborar ao lado das demais classes no engrandecimento e no governo do país". (In SOUSA, s/d, p. 200).

A proposta educativa do ensino normal rural apoiava-se em um currículo diversificado e moldado ao perfil pretendido da professora rural, haja vista ser o seu principal objetivo o de "formar professores que não tenham as vistas permanentemente voltadas para a cidade". (Cf CASTELO, 1951). Dessa forma, o currículo obrigatório compunha-se das seguintes cadeiras: Língua Vernácula; Matemática; Fisiografia; Antropogeografia e História do Brasil; Educação; Psicologia Educacional e Metodologia; Educação Sanitária; Educação Econômica; Agricultura e Indústrias Rurais; Ciências Físicas e Naturais e, ainda, Artes Domésticas: Bordado, Corte e Costura e Arte Culinária; Música e Educação Física.

Tal currículo tenta consorciar saber intelectual e formação profissional das preceptoras dos filhos do homem do campo. O elenco das disciplinas que formava a organização curricular do curso normal rural, pressupunha uma formação intelectual geral que abrangia desde as Ciências Exatas, Físicas e Naturais, às Humanidades (Língua Materna, História integrada à Geografia Humana, dentre outras). Além da presença indispensável da Psicologia Educacional e Metodologia do Ensino, dava-se grande ênfase ao que poderia



chamar de conhecimento instrumental, ou seja, nas disciplinas que permitiriam à professoranda conhecimentos concernentes ao meio rural, o que a capacitaria para a tarefa de educar e fornecer instrumentais técnicos para o camponês. Esse trabalho deveria estar fundamentado em uma nova pedagogia, uma concepção renovada de educação, escola e sociedade. As professoras seriam as principais responsáveis pela modernização da tão precária e arcaica estrutura agrária cearense. É neste sentido que Plácido Aderaldo Castelo ressalta:

A evolução do trabalho no Ceará morosa e assistemática constitui índice igualmente, de insegurança dos modos educacionais das populações obreiras. As idéias sobre salários, horas de trabalho, assistência econômica e higienização não penetraram no interior. A preocupação de regularizá-las constituirá inovação que os interessados receberão reservada e desconfiadamente. (1951, p. 3).

A formação profissional da normalista rural deveria, pois, orientar-se pelo lídimo ideal de vida campesina. A educação para a vida e na própria dinâmica da vida social haveria de cumprir sua função instrumental e também moral. A escola, pequena célula social era, ao mesmo tempo, miniatura da sociedade democrática e detentora da esperança do progresso futuro. Caberia à professora primária a orientação das novas gerações, de um mundo que precisava se ajustar às exigências de uma nova realidade socioeconômica. Para tal fim, a educação assumia as funções redentoras, higienizadora e conscientizadora das mentes sertanejas. Encontrava-se nas mãos das mestras a tarefa de imprimir a marca de um novo homem, “cidadão cômico do valor de sua classe e de sua importância como elemento colaborador no “engrandecimento e no governo do país”. Quanto à importância representada por essa formação específica de professor primário, justificava Moreira de Sousa:

A criação da Escola Rural originou-se do desejo que tenho de ver modificada a mentalidade do nosso professor primário,

atualmente hiperurbanizado, em virtude da orientação errônea impressa na escola formadora de mestres, onde se prepara só professor de cidade[...] Era preciso modificar isso, cuidando do preparo especial do professor da roça, afim de identificá-lo com os costumes da gente sertaneja, cujas necessidades deve conhecer, tornando-se elemento de fixação do homem, na terra que lavra e de onde tira a subsistência. (1934, p.79 ).

Em tese apresentada no 4º Congresso Nacional de Educação, realizado no Rio de Janeiro, Moreira de Sousa, representando o Ceará, sentenciou: *“Os postulados da ciência experimental, por um lado, e as necessidades sócio-econômicas do Brasil atual, por outro lado, estão a exigir novo rumo, na educação do nosso povo em geral.* (op. cit, p 91). Os saberes professorais deveriam, pois, contemplar as demandas sociais e preparar as bases da sociedade futura.

Na proposta que fundamenta a criação de escolas normais rurais, encontro a mais incisiva resposta ao *“brado patriótico”* - usando uma expressão de Moreira de Sousa - que se fez presente no 6º Congresso Nacional de Educação, onde as teses sobre o ensino rural ocuparam lugar mais destacado. Ademais, a defesa em prol da educação rural era a única saída para a fixação do homem no campo, fortalecendo a identidade sertaneja em busca do progresso local/regional. Segundo Mário Sobreira de Andrade ( 1943, p.28 ), *“... a escola vai prender o cearense à sua terra: ela lhe mostrará, nas várzeas, nas serras, nos campos e nas praias, o pedaço de pão que o redimirá!”*.

A despeito das limitações e contradições do sistema educacional brasileiro dos anos de 1930, a efervescência das idéias escolanovistas, em sintonia com o ideário nacionalista, provocavam os debates em torno da

educação rural como fator de progresso e higienização<sup>8</sup> da sociedade brasileira. O Ceará fornece exemplo para o Brasil. O prelúdio do grandioso plano de uma escola normal voltada para as necessidades rurais, caberia ao Ceará. “*A Escola Normal de Juazeiro é, desse modo, a primeira de nossa Pátria*”. (CASTELO, 1951, p. 21). Em discurso inaugural, exalta Moreira de Sousa:

A Escola Normal Rural nos moldes que a distinguem das demais escolas normais do País, instalada, oficialmente, nesta cidade de Juazeiro, a 13 de Junho de 1934, constitui a realização de um anseio de vários patriotas, entre os quais precisamos destacar o Dr. Plácido Castelo, juiz municipal do Termo, criador do “Instituto Educacional.

Sem a cooperação inteligente desse digno magistrado, não teria sido possível, em breve tempo, a concretização do meu ideal, como renovador da escola primária do Ceará; a instalação de uma Escola Normal, onde se prepare o professor capaz de mudar a feição sócio-econômica dos nossos sertões... (In CASTELO, 1951, p.21).

Moreira de Sousa assume, pois, a autoria da criação de uma escola normal rural como meio mais tangível para promover a renovação e a modernização da Escola Primária do Ceará. Com a autodenominação de “renovador”, o Diretor da Instrução Pública só percebia a redenção do ensino primário com a preparação conveniente do professorado que atuaria no campo. Em um aspecto, o Educador cearense tinha razão, ou seja, quando profetizou que tal projeto teria repercussão ampla, tornando-se exemplo para o resto do Brasil. Neste sentido, em estudo preparado por solicitação da UNESCO, Lourenço Filho<sup>9</sup> ressalta que, até aqueles idos de 1950, consideráveis esforços haviam sido

---

<sup>8</sup> Termo muito em voga no período estudado, já que há uma supervalorização e preocupação com a efetivação de uma política sanitária. Havia uma ênfase na conscientização da necessidade de prevenção de doenças ocasionadas pela falta de higiene e/ou cuidados da população quanto ao seu corpo. Neste mister o papel da educação era fundamental. Prova disso são a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1932, e a ênfase na educação sanitária, nas escolas de formação docente.

<sup>9</sup> “Preparação de pessoal docente para escolas primárias rurais”. Estudo preparado por solicitação da UNESCO e por essa organização publicado em francês e inglês, na obra intitulada *La formation professionnelle du personnel enseignant primaire*, publicado também na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 52, p.61-104, out./dez. 1953. In LOURENÇO FILHO. *A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação*. Organizado por Ruy Lourenço Filho. Brasília-DF: INEP/MEC, 2001.

realizados, no Brasil, para a formação do pessoal docente destinado a escolas rurais, pois,

Já no ano de 1951 funcionavam 121 cursos normais regionais, de par com as escolas normais comuns, então, em número de 434. A maioria desses cursos regionais ainda não apresenta perfeitas condições de organização e funcionamento; muitos deles, porém, estão realizando trabalho digno de ser reconhecido e analisado. Deles destacamos dois, para descrição especial: o da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará, o mais antigo, pois sus trabalhos datam de 1934, e os serviços de treinamento, formação e aperfeiçoamento da Fazenda do Rosário, no município de Betim, Estado de Minas Gerais, iniciados em 1948. (2001, p.75).

É, pois, Lourenço Filho, o mesmo que outrora descrevia as cenas do fanatismo de Joazeiro do Padre Cícero, que vem a público, em trabalho de cunho técnico-científico, exaltar e reconhecer o papel e a contribuição da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte para o desenvolvimento da educação rural no Brasil, já que em suas análises afirmara que as escolas normais existentes nas cidades brasileiras não estavam atendendo aos reclamos do ensino nas escolas rurais. Surge, a partir daí, outra visão para sanar esta problemática. Segundo o Educador paulista, essa maneira de ver começou a manifestar-se sobretudo depois de 1930, tendo-se por base a migração interna de grandes grupos de população das zonas rurais para as cidades e, ainda, de grupos urbanos rurais ou urbanos, dos estados do Nordeste, para outras regiões. Ressalta, ainda, que,

Em 1929, num desses Estados, o do Ceará, uma reunião de administradores municipais concluiu pela necessidade de transformar a escola primária, a fim de que ela cumprisse a sua missão, "fixando o homem ao campo". Em 1932, o Ministério da Agricultura, por seu Serviço de Fomento Agrícola, na mesma ordem de idéias, começou a estabelecer acordos de cooperação entre as inspetorias agrícolas regionais e os grupos escolares de vários Estados, robustecendo, assim, a idéia de que os mestres primários devem possuir preparação em técnicas agrícolas. Por outro lado, desde 1922, o governo federal, que vinha desenvolvendo alguns esforços no sentido da melhoria sanitária das populações rurais, verificava que medidas postas em práticas só poderiam alcançar pleno êxito quando apoiadas em maior extensão da educação popular. A idéia da preparação técnico-agrícola dos mestres rurais vinha assim juntar-se à de maior preparação em higiene e profilaxia. Dando corpo a esse pensamento é que surgiu a experiência

pioneira de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará, e, assim também, em vários Estados, um movimento de propaganda que veio a se chamar de ruralização do ensino. (Op. cit., p.77-78).

A ruralização do ensino, idéia efusivamente divulgada e defendida pelos intelectuais e educadores do Brasil dos anos de 1930, concretiza-se no seco solo cearense. Segundo relatos de Dona Amália Xavier (1984, p.22) em 09 de dezembro de 1933, o juiz municipal de Juazeiro do Norte, Plácido Aderaldo Castelo, reúne o *Conselho Escolar da cidade, pessoas gradas da sociedade local, para apresentar o plano de fundação de uma Sociedade que pudesse encampar a Escola Normal Rural que o Governo do Estado estava querendo fundar no Ceará*. Quatro dias depois, realiza-se a segunda reunião, presidida pelo mesmo Juiz, para discutir os Estatutos da Sociedade, que é instituída sob a denominação de Instituto Educacional de Juazeiro do Norte, fundado com um capital de 30.000\$000 e com uma diretoria constituída por: Dr Plácido Aderaldo Castelo-Presidente; Dr. Jacinto Botelho - Secretário; Professora Amália Xavier- Tesoureira.

### **3.1 Sob as bênçãos do Pe. Cícero Romão Batista, nasce a primeira escola normal rural do Brasil**

O Governo do Ceará edita o Decreto 1.218, de 10 de janeiro de 1934, fundando a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte<sup>10</sup>, cuja manutenção seria feita pelo recém-criado Instituto Educacional em convênio com o Estado, “*a quem competia o pagamento das cadeiras fundamentais e mais o fornecimento de todo material agrário necessário à prática agrícola dos alunos*”. (OLIVEIRA, 1984, p. 23). Em 13 de março do mesmo ano, instala-se a primeira escola normal rural do Brasil

---

<sup>10</sup> Em alguns momentos de minha escrita, utilizarei a sigla ENRJN, para designar a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte.

com a realização do exame de admissão. A encampação da referida escola pelo Instituto Educacional é oficializada pelo Decreto 1.278, de 11 de junho de 1934, publicado no Diário Oficial de 12 de junho daquele ano.

Quanto à importância desse evento para a história cearense e juazeirense, é digno de nota o orgulho expresso nas palavras e gestos de ex-alunas do curso normal da escola pioneira. Dona Assunção Gonçalves<sup>11</sup> me fornece a sua visão sobre o papel dos agentes que propiciaram a concretização de projeto tão audacioso para a história educacional cearense. Seu depoimento é a manifestação de sentimentos de quem testemunhou e vivenciou tal experiência. De acordo com suas palavras: “ *Dr. Moreira de Sousa foi muito importante, pois foi o idealizador e como perito da Instrução pública deu as condições para o seu funcionamento, mas Amália foi quem levou à frente tal empreendimento*”. E, entre sorrisos e a satisfação pelas boas recordações daqueles tempos idos, apresenta sua versão, escrita em revista comemorativa dos 20 anos de existência da Escola de Juazeiro, onde faz um breve relato histórico:

A idéia de criação no Estado de uma Escola Normal Rural, que viesse contribuir para a adaptação e fixação do homem ao seu meio, capacitando-o, por uma instrução adequada a ser fator de desenvolvimento econômico, cabe ao Dr. Joaquim Moreira de Sousa,, ilustrado e dinâmico Diretor da Instrução Pública naquela época. A fim de levar avante a sua idéia, o Sr Diretor procurou consultar alguns elementos das principais cidades do ceará, no sentido de localizar a nova Escola, numa dessas cidades. D. Amália Xavier, que se achava naquele tempo em Fortaleza, a serviço da Diretoria da Instrução, dirigiu-se, então, ao Diretor Moreira de Sousa, dizendo da possibilidade de se fundar a referida Escola em Juazeiro. Confiadamente, D. Amália escreveu para Dr. Plácido Aderaldo Castelo, então Juiz de Direito de Juazeiro... Foi o suficiente: Dr Plácido, vendo as possibilidades da

---

<sup>11</sup> Dona Assunção Gonçalves foi aluna da 2ª turma de normalistas da Escola Normal Rural de Juazeiro. Tornou-se professora e ocupou o cargo de Vice-Diretora da referida escola. Concedeu-me entrevista nos dias 06 e 07 de outubro de 2005, em sua residência em Juazeiro. Lá tive a oportunidade de conhecer e ter acesso a um arquivo pessoal magnífico sobre a ENRJN, composto por cadernos, trabalhos de conclusão de curso, discursos, fotografias e diversos documentos escolares e pessoais.

progressista cidade, município agrícola e industrial por excelência, passou a acompanhar de perto a marcha da iniciativa. ( 1954, p 41 )<sup>12</sup>.

Completa sua escrita de 1954, com um relato que emerge de sua memória. Lembra-se com alegria de sua participação em evento de tanto significado para aquela menina que alimentava o sonho de prosseguir seus estudos. Expressa suas recordações nos seguintes termos:

Logo que Dr. Moreira propôs que fundasse uma Escola Normal Rural, Amália reuniu um grupo de meninas/moças, dentre elas, eu [...] Conduziu-nos até o Pe. Cícero para falar da Escola, a que ela se destinaria, que tipo de formação ela daria para os seus educandos [...] Depois de tudo ouvir, Pe. Cícero disse: “ AMADA” (era como ele a chamava) , foi Deus e Nossa Senhora das Dores quem enviou esta idéia para nossa terra. É o que nós estamos precisando!<sup>13</sup>

Em misto de agradecimento e devoção, Dona Assunção deposita no “Santo milagreiro”, a cumplicidade ou mesmo a autoria na execução da obra educacional de tanta repercussão no Brasil de então. Para ela, a mão do Santo abençoou e deu o empurrãozinho para a sua concretização:

Para fundar a escola era necessário criar uma Sociedade (uma Fundação), para angariar fundos que dariam suporte para o seu funcionamento. As pessoas que se filiavam à Fundação eram acionistas. Pe. Cícero tornou-se o primeiro acionistas com 300 mil Reis. Depois que as pessoas souberam da adesão do Padre, todo mundo queria ajudar. Se não fosse o Pe. Cícero não teria existido... Amália, muito religiosa e amiga do Pe. Cícero, já que toda a família era muito ligada a ele, foi pedir as suas bênçãos para fundar a escola. O Pe Cícero aprovou e abençoou a escola.

Por sua vez, Dona Amália deposita em Moreira de Sousa o mérito da idealização e criação da ENRJ. Relata a história dessa escola de forma descritiva

<sup>12</sup> “Histórico da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte”. In A Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte - no seu 20º Aniversário - 1934-1954. Juazeiro do Norte do Ceará \_\_ Brasil, 13 de Junho de 1954. Referida revista encontra-se no arquivo particular de Dona Assunção Gonçalves.

<sup>13</sup> Depoimento de Dona Assunção Gonçalves em entrevista realizada no dia 07 de Outubro de 2005, em Juazeiro do Norte.

e a sua escrita constitui um registro importante para a memória educacional de nosso Estado. Percebe-se certa modéstia quanto a sua participação na fundação e consolidação desse projeto de formação docente da professora rural, porém, em entrevista concedida aos professores André Haguette e Francisco Moreira (NUDOC-UFC, 1982), fica explícita a sua imprescindível contribuição para a realização da idéia proposta pelo então Diretor da Instrução Pública. Dessa forma, explica Dona Amália como tudo começou:

Em 32 o Governo do Ceará resolveu mandar uma turma de professores para o Rio de Janeiro fazer um curso de aperfeiçoamento [...] e eu fui incluída para fazer o curso de Educação Física, Recreação de Jogos e Cântico Jeúniça, e ainda a parte de Conhecimentos Gerais. Este curso era muito importante...para o professor do interior. Era com o professor Leônicio Cabral, o Professor. Lourenço Filho, o Professor Anísio teixeira... Eram os melhores professores [...] As outras professoras, cada uma tinha lá a sua especialização para fazer, ou era Psicologia, ou Pedagogia, Desenhos e Trabalhos Manuais. A minha especialização foi essa: Educação Física e Música. Aliás, eu fui para Educação Física, depois não apareceu ninguém que quisesse fazer o curso de Música. Então uma colega sabia que eu tinha aprendido música obrigada pelo Pe. Cícero desde pequena!... Pasamos 6 meses no Rio. Quando voltamos tivemos que ficar em Fortaleza, preparando a cidade, as escolas para a realização de uma 6ª Conferência Nacional de Educação... Fui o movimento muito bonito[...].

[...]Dr. Moreira de Sousa é quem queria que eu ficasse em Fortaleza[...] E eu não quis ficar porque, em primeiro lugar, o ordenado era muito pouco..., em segundo lugar, eu queria trabalhar na minha própria terra. Então ele tinha em mira uma escola normal rural, no interior do estado, não podia ser na capital. Se era normal rural \_\_ E então disse: a senhora veja o que faz para fundar esta escola lá em Juazeiro, e aí tem carta branca.<sup>14</sup>

A semente da idéia foi lançada pelo então Diretor da Instrução Pública do Ceará, Amália Xavier foi em busca do terreno propício à sua plantação e frutificação. Lembrando que o Padre Cícero tinha feito doação, para o Bispo do Crato, de algumas coisas de JUAZEIRO, inclusive uma casa, um orfanato que lá existia e os sítios. Em contato com o Bispo do Crato sobre o caso, ele não

<sup>14</sup> Entrevista realizada em 22/09/1983. Fita 1, p. 9. Transcrita e arquivada no Núcleo de Documentação Cultural- NUDOC-UFC.



aceitou. Segundo Amália, *ele disse que não, que se o pessoal de Juazeiro quisesse estudar fosse estudar no Crato. Eu fui grosseira. Disse a ele: “Pois se Vossa Excelência não aceitar vou recorrer à sociedade de lá, de Juazeiro. Ele disse: “Eu duvido que faça”*. Narrando os fatos que a levaram enfrentar tal desafio, a educadora juazeirense complementa a sua fala,

Então tinha o Dr. Plácido Castelo que depois foi Presidente de Estado, foi Secretário da Agricultura e foi Governador do Estado a pouco tempo. Ele era aqui Promotor de Justiça formado em pouco. Dirigi-me a ele, fiz uma carta dizendo tudo isso e mandando o esboço do decreto que criava uma escola normal rural no Estado do Ceará[...] Fez uma sociedade e denominou de esta sociedade de Instituto Educacional de Juazeiro, com o capital levantado de 30 contos de réis—Era dinheiro à besa...<sup>15</sup>

Em julho de 1935, Juazeiro foi sede da Primeira Semana Ruralista provida pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e patrocinada pela Diretoria da Instrução Pública do Ceará e pelo Ministério da Agricultura. A Dona Amália coube a missão de saudar os ilustres visitantes e representantes da Instrução Pública brasileira:

Senhores, sóis hospedes do Joazeiro, fato que jamais esquecerão os corações joazeirenses.

Profundas, inapagaveis são as impressões que se vão gravando em nossos espíritos, nesta vossa passagem por aqui. Será ela a página de ouro da nossa História. Como educadores sois a armadura de aço que protege o organismo moral do povo Brasileiro, defendendo a infância no albor de sua inteligência, nas salas e pateos da Escola Primária, dando-lhe pobres plantinhas, a seiva de que necessitam para serem mais tarde, arvores gigantescas, esteios do progresso da Pátria.

O Joazeiro compreende tudo isto, razão porque acha-se em peso embalado num delírio vibrante de emoções. E' mais uma *finesa* do ilustre Diretor da Instrução para com esta pobre terra até bem poucos tempos esquecida em matéria de educação, porque *ninguem* se lembrava que ela também pertence a confederação brasileira.

Como se a memória me fosse uma lente prodigiosa que retratasse as ações do passado, relembro a minha infância e de algumas de minhas colegas que, rompendo *as intemperies* invernais do Ceará quando não é seco, deixavam o aconchego do lar, os carinhos dos pais e irmãos em busca da capital, onde interna num colégio, faziam desde o

---

<sup>15</sup> Idem, ps. 9-10

1º ano do curso Primário até o 4º ano do curso Normal. Comparemos a época presente com este passado e analisemos a diferença[...] <sup>16</sup>

O discurso de Dona Amália é incontestemente prova do que representou a fundação de uma escola normal nas longínquas terras do Cariri, onde as oportunidades de instrução para as classes menos abastadas e, principalmente, para as mulheres, eram quase nulas. Assim, a Escola Normal Rural foi a grande oportunidade de inserção das moças de Juazeiro do Norte e da Região caririense no processo de escolarização e profissionalização. E, naquele primeiro ano de funcionamento da escola pioneira, justificavam-se todo o entusiasmo e a calorosa homenagem prestada por Dona Amália ao “pai” de tão importante empreendimento. Sentimos isto em suas palavras:

Dr. Moreira, disse o grande e imortal Victor Hugo:” há momentos em que, qualquer seja a posição em que estejamos, a alma está de joelhos”. Se olhardes os maiores beneficiados pela Escola, os nossos queridos alunos, descobrireis através de suas fisionomias que não sabem mentir a alegria que lhes inunda a alma. Ei-las aqui, genuflexão, unidas pela suave cadeia cujos elos são os sentimentos mais nobres do coração humanado- a gratidão. Vede em cada olhar uma promessa, em cada sorriso a sua realização<sup>17</sup>.

Quais, portanto, as razões de tal projeto ser encetado por Juazeiro do Padre Cícero? Como explicar que a materialização de um ideal responsável pelo milagre que redimiria a sociedade sertaneja de seu atraso cultural ocorresse justamente na Meca do Sertão, onde imperava o reino da “insânia”, do “cangaço” e do “fanatismo”, como tão bem enfatizou Lourenço Filho, com o olhar de homem ilustrado e preconceituoso, em sua obra *Juazeiro do Padre Cícero* (1926)?

<sup>16</sup> Discurso proferido por Dona Amália Xavier de Oliveira, em julho de 1935, por ocasião da I Semana Ruralista de Juazeiro, saudando as autoridades presentes e seus participantes. Por ser uma fonte primária (discurso manuscrito), transcrevo-o em sua forma original, respeitando a escrita da época. Arquivos de D. Assunção Gonçalves- Juazeiro do Norte-CE. ( Ver anexo 2 ).

<sup>17</sup> Idem, discurso de D. Amália, 1935.

Para essas questões, não encontro indícios fortes para arriscar afirmações definitivas. O que se me apresenta como marca indelével impressa nas fontes primárias e orais é o forte sentimento do ideário ruralista presente na experiência exitosa da Escola Normal pioneira. Esse sentimento é algo que ainda se faz presente nas lembranças de normalistas e professoras da referida Escola, além de inebriar os juazeirenses orgulhosos de sua tradição e contribuições para *“o engrandecimento do Estado cearense, na busca de uma instrução que primava pelo amor ao torrão natal, o conhecimento de sua terra e do seu cultivo”* (Dona Assunção Gonçalves).

### **3.2 Idéias, práticas e personagens presentes na experiência pioneira: a Escola e seu cotidiano nos escritos escolares.**

*A quantidade e a diversidade de documentos evidenciam que os profissionais da educação não se limitam a ensinar a ler e a escrever. São produtores de textos que projetam sonhos, expressam dificuldades, eternizam práticas, inscrevem o banal, o singular, o repetitivo, o espetacular da sala de aula. (MIGNOT E CUNHA, 2003).*

As idéias do ruralismo pedagógico e o forte sentimento nacionalista impregnavam pensamento e ações dos alunos, professores e direção da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, ideário que se percebe, também, nas escolas que foram sendo fundadas após o exemplo de Juazeiro do Norte. Neste sentido, a impregnação dessas idéias são materializadas na escrita dos alunos<sup>18</sup> das primeiras turmas de normalistas rurais. Com o objetivo de conhecer as idéias e visões sobre a escola normal rural, sobre o cotidiano e o seu papel na sociedade

---

<sup>18</sup> A Escola destinava-se aos dois sexos, porém a feminização do magistério já se confirmava com a presença massiva das mulheres nos cursos de formação docente. Assim ocorreu nas escolas normais rurais. Em Juazeiro do Norte, na primeira turma só existia um aluno do sexo masculino, o que se repetiu na segunda turma, até que se tornou espaço exclusivo das mulheres ( OLIVEIRA, Op cit, 1984).

juazeirense, farei breve visita aos trabalhos produzidos pelos alunos das primeiras turmas de normalistas rurais daquela Juazeiro dos anos de 1934 a 1938.

Por conseguinte, no prefácio do livro contendo as redações de alunos do 2º ano complementar do ano de 1938 (p.1-2), a estudante Lúcia Vanda Veloso faz as seguintes considerações:

Eu me sinto honrada em apresentar aos leitores, a quem peço indulgência, este pequeno trabalho literário. Nele está contido um pouco do nosso esforço, um pouco da nossa vida escolar.

O nosso objetivo principal, embora pareça pretensioso, é estimular os alunos que nos hão de suceder, porque aqui deixamos expresso o nosso amor e dedicação a Escola, aos mestres e aos livros. (Aluna do 2º Ano Complementar, 5 de maio de 1938, ps.1 e 2).

Nesta edição, a temática em torno da qual se desenvolvem a escrita de cada aluno diz respeito à Escola, discorrendo sobre o seu cotidiano, os professores, as aulas, a direção. Enfim, descrevem e emitem suas opiniões sobre os aspectos físicos, culturais, pedagógicos e emocionais. A Escola é retratada como o *locus* irradiador de luz, instituição cujo objetivo extrapola as fronteiras do saber científico, pois em sua missão incluía-se a formação moral e o desenvolvimento de atitudes éticas, estéticas e de civilidade, na consecução de uma sociedade glorificada pelas práticas das virtudes cristãs. Tais idéias aparecem nitidamente na redação com o título *A Escola*, da aluna Rocilda Pimentel:

Qual fonte milagrosa de água cristalina, que ciciante e benfazeja, torna a aridez em frescura, a penúria em riqueza, indo despojar-se no magestoso, pujante e infinito mar, é a Escola Normal Rural – centro de luz, solo fecundo do bem, que nos atila o espírito, tornando puras as nossas idéias, fazendo-nos olvidar as vis tendências, os maus instintos, para nos conduzir, ao firmamento da bonança, da liberdade e do saber. (Aluna do 2º Ano Complementar, 10 de Maio de 1938, p. 2)

A escola era vista como a redenção do ser humano e da sociedade. Era marcante, portanto, a presença de um ideal iluminista, que depositava no conhecimento e na razão advinda do saber maior fator de libertação do homem. Por toda a importância representada por essa instituição escolar encravada no sertão nordestino, previam-se o destaque e o reconhecimento do papel desempenhado por essa escola de formação de professores, ressalta Rocilda; *“Quando o Brasil, reconhece-la útil e indispensável, e quando não mais existir analfabetos, neste, portentoso e opulento país da América do sul, triunfantes, cantaremos o hino da vitória”*. Continua fotografando a escola, estendendo o olhar sobre o espaço físico e sobre as atividades culturais e educacionais:

Ela possui meios de socialização, várias instituições, salientando-se em progresso e em atividades, o Clube Agrícola Alberto Torres, a Liga da Amabilidade, o Grêmio Pe. José de Anchieta, e como parte integrante, o fértil e alcatifado campo de flores e verduras, em simétricos canteiros, ornamentando de varias plantas indispensáveis à humanidade, como algodão, a mandioca, a amoreira, a cana de assucar, etc..” No término da Avenida Dr. Floro, num sitio ameno e fértil, está situado o seu grande e confortável prédio.

Tão vastos e pedagógicos os seus pavilhões e salões de ensino. As disciplinas são ministradas por capacidades intelectuais, e em parte, isto é, o ensino primário, pelos frutos que ela produzir, como Heloisa Coelho, Maria Moreira, Ceci Borges, Maria Martins e Dacilde Cruz, que incontestavelmente vêm em catequese brilhante, aumentar nas criancinhas o amor desde já demonstrado por seus trabalhos, em prol da civilização, da instrução e da agricultura! (IDEM, p.3).

O perfil dos mestres é dissertado pela aluna Maria de Lourdes Vital, que exalta as qualidades morais e patrióticas dos profissionais responsáveis pelo futuro dos cidadãos brasileiros:

Falando em mestres, jamais poderia deixar de externar fielmente, a dedicação que voto a estes abnegados entes, que se entregam de alma e coração, ao serviço da pátria, despertando no espírito da petisada brasileira, um vivo interesse pela ciencia, pelo trabalho, pelo que é grande e belo, guiando-a no ínvio e desconhecido caminho da vida.

Os ensinamentos deles recebidos, são verdadeiros faroés que conduzem a um futuro brilhante. Guiada por eles, a criançada de hoje tornar-se-á o orgulho desse Brasil, imenso e belo... (Aluna do 2º Ano Complementar, 26 de Julho de 1938, p.10 e 11)

A Direção da escola é um espaço muito temido pelos educandos, de acordo com a escrita da aluna Renata Sabiá, também do 2º ano complementar:

Todo aluno por insuportável que seja, teme passar pela Diretoria. Quando passo por este lugar, fico tão atrapalhada que tenho a impressão de que vou sem gravata, com cabelos despenteados e até sem farda.

Ficamos todos a tremer "quais varas verdes", quando nossa inspetora aparece, porque quase sempre é após alguma diabrura, o seu fim é levar um de nós àquele lugar tão pouco desejado- a bendita Diretoria.

Lembro-me ainda de uma ocasião em que vim à escola sem gravata, e quando menos esperei chegou-me a inspetora de rosto inferrujado, a dizer-me essas terríveis palavras: "vamos, me acompanhe". E lá saímos, ela adiante e eu atrás, fria como um picolé[...] A Diretora olhou-me dos pés à cabeça e falou: "porque veio você sem gravata? Não sabe que farda sem gravata não é farda?"

Eu virava a cabeça para um lado e para outro, sem saber o que dissesse, e como já estava com o pescoço deslocado, resolvi dizer que a gravata tinha viajado para a casa da lavadeira. ( 04 de Agosto de 1938, p 14).

Contradizendo toda a aspereza inerente à direção e indubitavelmente associada à figura que a representava, a diretora Amália Xavier, a redação de uma outra aluna do 2º ano complementar, apresenta um retrato em cujo cenário se destaca o perfil da educadora e missionária, da mãe estremada e dedicada que era aquela mulher que desafiou as dificuldades, lançando-se no grandioso projeto de formar as mestras para o meio rural:

A nossa Diretora, é personificação de todas as qualidades que podem ornar a qualquer alma de escola.

È Ela que sendo Diretora deste estabelecimento, desde o primeiro ano vem com o seu porte altaneiro e enérgico, conquistando a simpatia dos seus colegas e aprofundando cada vez mais a amizade de seus alunos.

Consagrando-se maternalmente aos filhos alheios, preparando as novas gerações para os caprichos misteriosos do destino,

vem heroicamente, comprindo os ditames da Providencia Divina. Silenciosamente exerce uma inquebrantável autoridade, impondo rigorosa disciplina ao seu rebanho em via de formação.

Porque não havemos de bendizer ao Céu, os grandes benefícios que nos tem prestado nossa querida Diretora? Qual de nós não guarda na memória a figura desta fada protetora, já beatificada pela paciência?( FRANCISCA PEREIRA, 26 de julho de 1938, p. 9 a 10).

O que aparentemente se apresenta de forma antagônica pode ser explicado pela maneira como se estabelecia o ideal educativo daquele momento vivido, quando a disciplina era fundamental para a manutenção da ordem e do bem-estar da sociedade.

Neste aspecto, o autoritarismo e o rigor que constituíam marcantes características do administrador escolar, eram considerados elementos fundamentais para o cumprimento dos objetivos de formação do ser humano. E, por mais que a figura austera e poderosa da diretora imprimisse medo ou pavor, por mais que sufocasse a liberdade de pensar e agir, era consenso a idéia de que tudo isso era necessário para moldar o indivíduo aos parâmetros desejados pela família, pelo Estado e pela sociedade. Assim, apesar das considerações a respeito do temor de enfrentar a Diretora, feitas pela aluna Renata Sabiá, em suas conclusões, afirmara que

Assim como eu, todos ficam bastante desconsertados quando por uma falta qualquer precisam comparecer perante a Diretora, que para nós, é além de mãe bondosa, aquela que corrige prontamente todos os nossos defeitos, preparando-nos para vivermos em sociedade.

A Diretoria pois não devia inspirar medo, porem prazer. É que nós ainda não compreendemos a utilidade dos pitos que levamos. (IDEM, p.15).

Naquele ambiente onde se bebia da fonte do saber e se alimentava dos mais lídimos ideais de amor à Pátria, à família e à religião, eram tangíveis os

efeitos proporcionados por uma formação docente que primava por um perfil de educadora e missionária. Assim, nos escritos de alunas da ENRJ, percebe-se o quanto aquelas meninas-moças absorviam o ideal de professora presente em sua filosofia educacional. Confirmando esse dado, a descrição de uma aula, pela aluna Stelita Magalhães, é deveras expressiva para a compreensão do ideário educativo dessa instituição:

As poucas horas que passo numa aula considero-as as maiores da minha vida.

Quantos conhecimentos úteis e vários vêm alimentar o meu cérebro sequioso de ciência, sequioso de verdade!

Quantas explicações sãs e alentáveis elevam o meu espírito, minha aula de religião!

A minha escola considero um templo onde recebo a hóstia sacrosanta da educação moral e espiritual. É o livro abreviado de minha existência ( STELITA MAGALHÃES- 2º ano complementar, 13 de setembro de 1938, p. 25 a 26 )

Neste templo do conhecimento, edificava-se o perfil desejado de professora primária rural. As formandas eram influenciadas por uma aura de romantismo e de idealismo que as conduziam a uma forma de pensar e de agir, fazendo-as se perceberem como pessoas responsáveis por um projeto de elevação dos níveis culturais e econômicos do seu torrão natal. Nesta perspectiva, era como a aluna Lúcia Vanda percebia a sua missão de educadora , ao falar de sua maior aspiração:

É' o meu ideal chegar um dia a ser professora. E eu sempre rogo a Deus que me dê forças para transpor todos os obstáculos e conseguir o que mais aspiro. É uma missão árdua, porem dignificadora.

Espalhar a luz maravilhosa da instrução, tirar das trevas os ignorantes, pode ser um pouco difícil, mas, depois de realizada essa digna missão, ter-se-à a recompensa, com a satisfação, de ter concorrido para o engrandecimento da Pátria e de algum modo agradado a Deus" (Lúcia VANDA RAIZ VELOSO - 2º ano Complementar, 8 de outubro de 1938, p.36).



Quanto às questões relacionadas aos conhecimentos ligados às atividades da terra, a descrição do campo agrícola da Escola é deveras significativa para a compreensão do diferencial proposto para a formação de uma educadora moldada às necessidades do meio rural. E é justamente um aluno do 2º complementar que apresenta detalhes desse campo experimental para a aquisição do saber prático da lida com a terra:

O campo de nossa Escola, é jardim e ao mesmo tempo roçado. Acha-se ocupado por diversas plantas, umas utilizadas na alimentação, como: feijão, milho, mandioca, cana de assucar, macacheira etc, outras nas industrias como sejam: algodão, amoreira, gira-sol etc.

Junto ao prédio está o jardim muito bem gramado, ficando num canteiro a cartografia do Ceará, noutra 5 estrelas, representando aquelas estrelas vivas, as primeiras professoras normalistas, noutra ainda lemos E.N.R., significando Escola Normal Rural. Ao centro está um grande aquário e muitas roseiras que o rodeiam. Seguem-se os canteiros de alface, couve, couve-flor, tomate, batata doce, etc. Todo este trabalho é feito pelos alunos, pois temos horas de trabalho no campo.

Todo curso primário de nossa escola também gosta de prestar a sua contribuição ao nosso trabalho. Estão sempre a arrancar aquelas ervas daninhas, protegendo enfim a vegetação, demonstrando com isso o espírito de ruralismo que as cinco professoras que saíram desta Escola já conseguiram criar naquelas crianças que já sabem ter amor e zelar pela conservação do nosso campo de experimentação. ( JOÃO BATISTA DOS SANTOS – 2º ano complementar, 31 de Agosto de 1938, p.21)

É fácil notar nessa escrita uma concepção ingênua e simplista do “espírito ruralista”. As professoras, na realidade deveriam estar afeitas ao fazer agrícola, ao manuseio de técnicas e instrumentais que alimentassem a terra da abundância dos frutos que dela proviessem como forma de garantir a produção e boa colheita das safras camponesas. Tal descrição transmite, mediante suas entrelinhas, uma representação da professora como uma personagem central para a redenção do meio rural, criando os meios para transformá-lo em espaço promissor por suas riquezas naturais e potencialidades econômicas.

Outro trabalho escrito pelas alunas da ENRJN, e que foi possível localizar nos arquivos da Professora Assunção Gonçalves, refere-se à tese das Professorandas de sua turma, cujo título era: *Uma Fazenda Modelo: tese das Professorandas de 1938. 2ª Turma de Professores Rurais*. Manuscrito. Juazeiro - Ceará, 1938. Nesta versão de trabalho de conclusão de curso, verifica a riqueza das mensagens subjacentes aos escritos estudantis. Fica perceptível a marca de uma filosofia pedagógica que se apoiava nos ditames da Escola Nova, onde a interação teoria/prática, o pragmatismo e a orientação de ensino, voltado para o meio e a vida social do homem, tornam-se uma necessidade em uma sociedade que estava a exigir mudanças mais profundas.

Por conseguinte, as temáticas abordadas pelos professorandos versavam sobre questões relacionadas à terra, como torná-la produtiva, como fazer vingar as riquezas agrícolas e como potencializar a pecuária e a indústria rurais. Os textos são descrições que se utilizam de uma linguagem literária. Algumas retratam excursões realizadas pelos professores com seus alunos, relatos recheados de exemplos, perguntas e esclarecimentos sobre o que as crianças observavam nas paisagens, no comportamento de animais, nas práticas das lidas camponesas, como arar e o como preparar o solo para a produção de seus frutos.

Aroldo é um pequeno muito inteligente e ativo. Conta apenas 7 anos de idade e já freqüenta o curso “preliminar” do Grupo Rural Modelo, anexo a Escola Normal Rural de Juazeiro. Certo dia, ao voltar Aroldo de Grupo, disse para sua mãe que a professora havia falado sobre a necessidade e a importância de uma horta, como principal fator de nossa alimentação[...]

No dia seguinte, às 6 horas da manhã, o garoto reuniu seus irmãozinhos e levou-os ao quintal, onde iniciou uma aula semelhante à que havia recebido, de véspera, na escola.

— Luizinha, você já viu uma horta?

— ! ?...

— Pois olhe para mim e fique quietinha que eu vou lhe explicar[...]

[...] Então mamãe, vamos fazer uma horta aqui no quintal, que eu quero aprender. D. Lecí nos diz que o ruralista não pode deixar de saber todas estas cousas e eu quero ser mesmo um ruralista". (ISA DE SOUSA FIGUEIREDO, 1938, p. 16)

Embora o título do trabalho se refira às teses das professorandas, encontrava-se na turma um único aluno, José Sebastião da Paixão. Talvez por ser o “Bendito sóis entre as mulheres”, e pelo fato da ENRJN já ser consagrada como um lugar por excelência de formação de mulheres, prevaleceu um título que imprimia a marca do sexo feminino como detentor da atividade magisterial. Referindo aluno escreveu o trabalho com o título *Uma Fazenda Modelo*, onde descreve a excursão de uma professora do 3º ano da Escola Dom Bosco, com seus 27 alunos. Era Dona Zilda que, ao se aproximar dos exames finais, prometera que, se todos estudassem muito e fossem aprovados, os presentearia com um passeio a uma fazenda.

Todos se saíram bem...D.Zilda se reuniu e um dia em que o sol estava nublado e não fazia muito calor, seguiu com a menina para a fazenda do coronel”.

Caminhando, já nas terras da fazenda, d.Zilda passou por um grande roçado. 15 ou 20 homens trabalhavam de enxada e Paulo perguntou:

- Que fazem aqueles homens, d. Zilda?

- Eles estão limpando as plantações do roçado, disse d. Zilda. Toda fazenda possui um ou mais de um roçado e os moradores também possuem os seus. Num roçado se plantam mandioca, milho, feijão, macacheira... Todos os anos, o fazendeiro manda arrancar as mandiocas plantadas, carrega-las para a casa de farinha. Reúne uma porção de mulheres e manda raspar as raízes que burros trouxeram da roça. Depois de raspadas são raladas. A massa é então, espremida e levada e levada ao forno para torrar e fazer farinha.

- Então é uma fábrica de farinha, d. Zilda? Perguntou Joãzinho.

- Como se faz um roçado d. Zilda? perguntou Toinho.[...]

Os meninos estavam ficando entusiasmados com tudo que iam observando na fazenda. D. Zilda estava radiante em mostrar que todos gostavam muito da vida do campo. (JOSÉ SEBASTIÃO DA PAIXÃO, 1938, p.1 e 2 )

A excursão educativa descrita por Jose Sebastião da Paixão demonstra a grande preocupação da professora em apresentar às suas crianças um mundo por elas desconhecido. A vida e as atividades do campo eram coisas totalmente distantes da realidade da turma de alunos da Escola sediada na cidade de Juazeiro do Norte. A narração estava toda permeada de ensinamentos sobre a vida na fazenda: atividades desenvolvidas, paisagens dos pastos e das plantações, a presença dos depósitos de água (açudes), relações entre fazendeiro e moradores; enfim, era o retrato do latifúndio, apresentado de forma positiva, sem conflitos, como um pequeno mundo de prosperidade, em cujas vantagens naturais se construía a idéia do ruralismo, que via no campo o lugar para melhor se viver:

– Se nossa escola fosse aqui pertinho da fazenda, nós teríamos tantas coisas!

\_ Porque, d. Zilda? Perguntou Carlinhos.

\_ Porque de tudo há na fazenda. Como vocês vêem, uma fazenda é sempre campo. Lar daqui é melhor do que da cidade. Os alimentos são melhores, há muito leite, muito queijo, há animais, há criação de galinhas, de coelhos, e de pombos. Há um jardim e flores e tudo isso a gente vende por bom dinheiro que serveria para comprar livros, merendas e muitas outras cousas.

Estão vendo aquela casinha branca acolá? ? É uma capelinha, onde aos domingos o padre celebra a missa. Existem muitos moradores e todos assistem a missa com muito respeito.

Há roçados grandes, há um pomar e uma horta. Dentro das terras da fazenda, ficam as casinhas dos moradores. O fazendeiro manda fazer suas casas distante umas das outras. Muitos são quase na divisa dos terrenos e os moradores são encarregados de guardar as terras que fazem proximidade de suas casas. Cada morador é um guarda da fazenda. Quando o fazendeiro precisa dos seus trabalhos, toca num luso de chifre ou crustáceo e eles atendem depressa. (IDEM, p.5 e 6 )

Fazendeiro, camponês. Poder senhoril *versus* poder servil. Defesa da propriedade, *locus* da produção dos bens produzidos pela terra e a situação dos

camponeses não apenas como mão-de-obra que os produzia, mas como verdadeiros guardiões das terras de seus senhores. Presença da Igreja Católica como força a consolidar esse modelo de sociedade rural. Eis, pois, uma amostra do pensamento daqueles que, tendo o privilégio da escolarização e profissionalização na Escola Normal Rural, seriam os responsáveis pela instrução das crianças do meio rural e agentes de modernização do campo.

As teses, além da demonstração da aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos na Escola em relação aos saberes sobre as atividades do campo, estão permeadas de ensinamentos sobre alimentação saudável, higiene e benefícios trazidos por uma vida em contato com a natureza e com os produtos oriundos da terra. Pode ser verificada tal asserção em um trabalho que conta a história de Lulu, um menino pobre que morava num sítio distante da cidade e que, em um certo dia, ao voltar para casa, vindo da cidade, foi surpreendido pelo anoitecer e resolveu dormir no caminho, “tendo as folhas secas por cama”. Adormeceu e, a partir de então, um sonho muito interessante é relatado pela aluna Maria Assunção Gonçalves:

[...] Lulu sonhou que todas as árvores que estavam em volta dele falavam.

A mangueira foi a primeira a falar. Dizendo – Eu produzo a melhor fruta do mundo – a manga. Todos: Os velhos, os moços, as crianças, gostam de mim e não desperdiçam. O meu sabor é mais agradável do que o sabor da banana!

A bananeira furiosa com isso, respondeu:

- Que nada! Você não tem direito de me ofender. O meu prestígio é maior do que o seu. As crianças quando estão doentes, a primeira fruta que comem é a banana. Depois não sou como a pinha que tem tanto caroço que para se comer uma delas, é preciso ter tempo e paciência.

A pinheira zangou-se e disse:

- Ora essa! Você é muito gabola. Mas, no meu tempo, “tempo de pinha”, todo menino anda com o seu tostãozinho no bolso para me comprar...Não sou como a laranja que quando azeda, as

peessoas que a comem fazem caretas horríveis. ( ASSUNÇÃO GONÇALVES, 1938, p.89 -91)

O relato continua sempre neste embate entre as fruteiras. A laranjeira, garbosa, esnoba o limoeiro, que por sua vez atinge a tangerineira e assim *“iam discutindo, se elogiando e botando falta uma na outra...Quando todas as arvores frutíferas haviam falado e ainda continuavam discutindo, o Lulu lembrou que só o mamoeiro permanecia calado. Lulu lembrou-se que o seu pai lhe havia dito uma vez: - O mamão é um ótimo “passa raiva”. E é justamente a intervenção do mamoeiro que porá fim à grande discussão entre as fruteiras, chegando-se a conclusões que, além de conciliarem os conflitos, apresentam uma nova e nutritiva alternativa alimentar, a salada de frutas:*

“ O mamoeiro tomou a palavra e disse:

- Lulu, nós queremos que você tire de cada uma de nós uma fruta, descasque, tire as sementes. Depois pique bem picadinho o meu fruto que é o mamão, a banana, a pinha, a laranja, a tangerina...

O limoeiro que não ouviu logo o seu nome interrompeu:

- E o limão? Seu tratante?

O limoeiro voltou-se para Lulu e continuou :

- Ponha tudo numa vasilha limpa, parta dois limões pelo meio, esprema dentro, juntando, se quiser um bocadinho de assucar para aumentar o nosso doce. Darei a esta mistura, o nome de “Salada”.

Todas as arvores combinaram satisfeitas.

Lulu, ainda sonhando fez tudo que o mamoeiro orientou e quando ia comendo a ótima “salada de frutas”, acordou, sentindo ainda o gosto. (IDEM, p.95 e 96)

Os trabalhos produzidos pelos discentes da ENRJN, como foi possível analisar, são expressões de pensamentos e visões sobre a instrução a ser praticada no meio rural. Nesses escritos estão subjacentes a filosofia escolanovista, realçada pela concepção do ruralismo pedagógico, que na

efervescência nacionalista dos anos de 1930 passam a guiar e definir os rumos da educação escolar no Ceará. Assim, Juazeiro do Norte fornece exemplo de uma experiência exitosa, passando a ser adotada em outras cidades cearenses.

### **3.3. Outras experiências: seguindo os rastros de uma prática exitosa**

Apesar de Moreira se Sousa estimar a existência de 19 escolas normais rurais espalhadas pelo território cearense, no período compreendido entre 1934 a 1959 (s/d, p.203), não foi possível verificar a fidelidade de tal afirmação, já que o autor referido não apresenta nominal e geograficamente tais escolas. Procurei em fontes dispersas dados mais precisos, contudo apenas confirmei a existência das escolas mencionadas por Plácido Aderaldo Castelo, que, em seu livro *O Ensino Rural no Ceará*, de 1951, afirma que, até então, “*Já existem sete Escolas Normais Rurais equiparadas à Escola Normal Rural de Juazeiro: Limoeiro, Iguatu, Quixadá, Ipu, Crateús, Acaraú e Itapipoca*”.

Tais escolas apresentavam os mesmos objetivos e filosofia pedagógica, diferenciando-se em aspectos mais ligados à vinculação administrativa. Essas escolas contaram com iniciativas mescladas, ou seja, havia participação de iniciativas que iam desde o caráter privado, ao público. Em alguns casos, a iniciativa pública esperava o suporte da iniciativa comunitária que, por meio da criação de institutos educacionais e culturais, angariavam recursos para prover a estrutura material necessária ao funcionamento da Escola. Isso ocorreu com as escolas de Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Ipu e Itapipoca. Enquanto isso, nos casos de Quixadá e Iguatu, tal empreendimento partiu da Igreja Católica: em Quixadá passou a ser uma escola dirigida pelas irmãs da

Imaculada Conceição, e, em Iguatu, a escola era ligada à Diocese do Crato. Em Crateús a Escola Normal Rural surge da iniciativa privada. Todas elas, porém, confessionais ou não, tinham forte influência da doutrina católica, dos princípios de moralidade cristã, suscitando uma perspectiva de educação sentimental, permeada de sentimento filantrópico, cívico e missionário.

A seguir apresento um pouco do perfil dessas escolas, situando-as no tempo e espaço nos quais surgiram como instituições que legaram inegáveis contribuições para a sociedade de então. Senão vejamos.

### 3.2.1 Escola Normal Rural de Limoeiro do Norte



1ª Turma de Normalistas Rurais da ENRLN, 1938 – Álbum de Dona Carmusina Arrais

A Escola Normal Rural de Limoeiro foi instalada em 15 de fevereiro de 1938, sendo que sua oficialização ocorre somente em 23 de Janeiro de 1939, pelo Decreto Lei de nº. 485, no governo de Meneses Pimentel. Ancorada em iniciativa particular, era mantida pela Sociedade Pró-Educação Rural de Limoeiro. Dessa forma, a criação de uma escola de formação do professorado rural constituiu evento de envergadura para ainda pequena cidade de Limoeiro do Norte:



[...] Em um dos salões do Grupo Escolar Joaquim de Meneses, da cidade, com a presença dos srs. Custódio Saraiva, Prefeito Municipal, Manfredo Oliveira, Presidente da Sociedade Pro-Educação Rural de Limoeiro, várias professoras do Grupo Escolar, grande número de alunas e muitas pessoas gradadas, realizou-se a sessão inaugural dos trabalhos da Escola Normal Rural de Limoeiro, fruto da cooperação do dinâmico povo Limoeirense". ( CASTELO, Op cit., p 45/46 ).

Para Franklin Gondim Chaves, naquela época , o ambiente de Limoeiro do Norte, do ponto de vista cultural, era atrasado. Havia lá duas casas onde havia estantes com livros: era a casa de seu padrinho, o vigário, e a casa de um advogado, José Osterne Ferreira. Havia uma escola primária só e um colégio à noite, de um rapaz que chegou lá em Limoeiro, mas muito atrasado. Então, segundo seu depoimento<sup>19</sup>:

Ouvi falar que tinha sido fundada em Juazeiro, uma Escola Normal Rural. Com os contatos com a Ação Integralista, eu me dei muito com o Padre Helder Câmara, nesse tempo o Padre era moço, tinha saído do seminário, inteligente, falava muito bem. Conversa vai, conversa vem, falamos da Semana Ruralista. O Padre foi convidado por Pimental para ser Diretor da Instrução... Então ele disse: você não quer ir ver essa Semana Ruralista lá em Juazeiro? [...] Eu não tinha nada com esse negócio de Educação. Era comerciante, mas fui. Peguei o trem de Quixadá, eu fui no mesmo trem com eles... Foi quando conheci o Plácido Castelo. Nessa oportunidade conheci a D. Maria Gonçalves da Rocha Leal, uma professora ruralista que havia em Juazeiro. Então ela começou a contar o drama dela. Uma moça pobre, órfã, e ainda tinha duas irmãs, estudou com muita dificuldade, ajudada pelo Padre Cícero. Fez um curso de especialização no Rio de Janeiro, em ruralismo. Criaram a Escola Normal Rural, ela esperava ser convidada para ser diretora , não foi. Foi convidada a D. Amália Xavier, que era um irmão de um Deputado Federal. Ela ficou traumatizada... Eu disse: D. Gonçalves, me diga uma coisa: se lá em Limoeiro a gente tivesse condições de fundar uma escola dessa, a sra. Iria nos ajudar, lá? Ela disse: Vou. Eu vi naquilo uma possibilidade[...].

Concretiza-se o projeto de criação de uma Escola Normal Rural em Limoeiro do Norte. A Escola gozara de muito prestígio na região, sendo equiparada à de Juazeiro do Norte pelo seu idealismo e pelo tempo que perdurou fiel ao seu propósito de formação da professora rural. E é justamente a mestra

<sup>19</sup> Depoimento de Franklin Chaves em entrevista realizada por professores do Núcleo de Documentação Cultural- NUDOC/UFC, em 21 de março de 1984, p.17 e 18 – Fita nº 2.

vinda de Juazeiro do Norte que assumirá a tarefa de implementar uma escola nos moldes da escola cariense. Na solenidade de inauguração da ENRLN,<sup>20</sup> a Diretora fundadora, Dona Maria Gonçalves, proferiu eloqüente discurso sobre o importante papel que competia essa escola de formação docente e o que ela representaria para o meio rural:

Mostrando a sua influencia como renovadora da mentalidade em geral, particularizou a missão sócio-econômica desta mesma escola, preparando professores para o *hinterland*, dentro da sadia política da fixação do homem ao “habitat rural”. Vivamente aplaudida, a oradora perorou tecendo um hino elogioso ao povo limoeirense pela esplêndida iniciativa que naquele momento se concretizava e lembrou a todos o dever de ajuda-la, na alta missão a que tinha sido chamada, nesta cidade, numa cooperação feliz em que colocava em plano superior os interesses da Pátria e o respeito às nossas crenças religiosas..” (CASTELO, 1951, p.47).

Dona Maria Gonçalves era uma mestra querida e muito respeitada por suas alunas. Carmusina Arraes Freire<sup>21</sup>, a ela dedicou crônica publicada em seu livro *Fagulhas de Luz* (2003, p.37 e 38). Eis alguns trechos dessa homenagem:

A tradição, que fala a linguagem do passado através das gerações, há de perenizar no Vale do Jaguaribe, mormente em Limoeiro do Norte, o conteúdo áureo da atuação dessa personalidade em evidência, graças ao seu trabalho fecundador de primeira diretora da Escola Normal Rural.

Fez da Escola um templo cultural polivalente, rasgando com intrepidez e denodo as entranhas do analfabetismo que grassava em toda a região.

Desbravadora da inteligência, seu nome atravessou as fronteiras do Ceará com extensão aos Estados limítrofes.

[...] Aí está o vulto inconfundível e eminente, cuja vida imperecível a história guardará, para enaltecer a Educação do nosso Ceará.

Ela é Maria Gonçalves da Rocha Leal, Estrela do Ceará.

<sup>20</sup> Em alguns momentos utilizarei a sigla ENRLN, para designar Escola Normal Rural de Limoeiro do Norte.

<sup>21</sup> No livro de Carmusina Arrais Freire, uma das narradoras dessa pesquisa, existe um capítulo com o título: A Estrela do Ceará. In *Fagulhas de Luz*. Fortaleza: Ed. Premius, 2003.

Em 1941 ocorre a diplomação da primeira turma de normalistas rurais, composta por quatro alunas. Em 1938, já existiam 91 alunos matriculados na escola. Ao descrever a fundação e os caminhos traçados pela ENRLN, Plácido Castelo (1951), apresenta algumas instituições que funcionavam como meios educativos naquela escola: Clube Agrícola Euclides da Cunha, Círculo de Estudos Pe. Helder Câmara; Hora da Socialização; Biblioteca Menezes Pimentel; Hora Pedagógica Jackson de Figueiredo; Orfeão Branca Bilhar; Liga da Amabilidade; Liga Esportiva Limoeiro.

### 3.3.2 Colégio Sagrado Coração de Jesus, de Quixadá



1ª Turma de Normalistas Rurais da ENR Sagrado Coração de Jesus, 1938 –  
Álbum de Dona Elvira Costa

Dirigido pelas irmãs missionárias da Imaculada Conceição, foi fundado em janeiro de 1938. Segundo (Plácido Castelo 1951), em 1940 foi o Colégio equiparado à Escola Normal Rural de Juazeiro. *“Funcionando em prédio próprio, doado pela Sra. Libânia de Holanda, destina-se especialmente a dar educação sólida e instrução prática aos seus alunos”.*

De acordo com João Eudes Costa<sup>22</sup> (2003); desde a sua chegada, em 1932, para assumir a chefia da paróquia, o Pe. Luís Braga Rocha mostrava-se preocupado com a qualidade do ensino de Quixadá. “*Resolveu, em 1937, iniciar uma campanha em prol da instalação de um colégio que formasse professoras*”.(Op. cit, p.18).

A Paróquia não dispunha de recursos para arcar com as despesas da construção da escola, já que era necessária a edificação de um prédio com a estrutura exigida pela então Diretoria da Instrução Pública, para que fosse permitido o funcionamento de uma Escola Normal Rural.

Mesmo diante de tantos obstáculos, o vigário resolveu enfrentar. Dizia que maior que as dificuldades era a imperiosa necessidade de Quixadá possuir uma escola para formação de professores, a fim de melhorar o nível do ensino primário em nossa terra.

Valendo-se de seu prestígio pessoal e da confiança que já havia conquistado de seus paroquianos, Pe. Luis fez um apelo aos proprietários de imóveis da cidade, no sentido de que fosse cedido um prédio, mesmo em caráter de empréstimo, para instalação do colégio.[...].(IDEM,p.217).

Continuando o seu relato, acentua Costa que, a partir da solidariedade do quixadaense e das campanhas encetadas pelo Vigário, em poucos meses, as irmãs já contavam com o indispensável para um razoável conforto do grupo de missionárias que se responsabilizaram pela fundação e administração da referida escola. Foi escolhida a Irmã Plácida, alemã que exercia o cargo de supervisora no

---

<sup>22</sup> O Sr João Eudes Costa é um filho de Quixadá que se debruçou sobre a história de sua cidade. Depois de vários anos dedicados à pesquisa, escreveu o livro *Retalhos da História de Quixadá* (2003). Segundo ele, “foram dias intermináveis de peregrinação , em busca de vestígios que identificassem alguma coisa soterrada nos escombros de nossos monumentos históricos demolidos e nas cinzas dos arquivos, criminosamente incinerados.(Op.Cit.,p.7). Quanto à história do Colégio Sagrado Coração de Jesus, antiga Escola Normal Rural, referido autor faz um desabafo sobre a dificuldade de ter acesso aos seus arquivos. Como enfrentei o mesmo problema, faço minhas as palavras de Seu Eudes Costa: “Solicitei acesso ao arquivo do Colégio[...].Infelizmente não fui atendido pela Diretora, que não confiou no meu trabalho nem na minha capacidade de escrever algo sobre a grandeza do Colégio Sagrado Coração de Jesus” (p.221).

convento da Serra do Estevão, em Quixadá, que chega à Sede da Cidade acompanhada de mais duas freiras: Irmã Clémens( que passou a se chamar de Rute) e Irmã Modesta. Para integrar o corpo docente, chegaram as irmãs Sebastiana, Firmina, Venerabilis e Cristófora, possibilitando o início das atividades a partir de seis de janeiro de 1938, mas apenas com o curso primário, sendo implementado o curso normal rural somente a partir de 1940.

Em 1959, o Colégio Sagrado Coração deixa de funcionar como normal rural, transformando-se em Curso Pedagógico, perdurando até o ano de 1989, quando foi totalmente extinto o ensino médio na escola.

### 3.3.3 Colégio Senhora Santana, de Iguatu



Escola Normal Rural Senhora Santana na década de 1939 – Arquivo Pessoal de Dona Vilanir C. Lima

A inauguração do Colégio Senhora Santana realizou-se no dia 5 de fevereiro de 1939, sendo oficializada pelo Decreto n. 49, de 15 de dezembro de 1939. Sua inauguração ocorreu com a celebração do "Santo Sacrifício da Missa e bênção do prédio, sendo oficiante o Revmo. Párocho da Cidade, Mons. José Coelho de Figueiredo Rocha... Conforme decretaram a Portaria expedida pelo Exmo. E Revmo. Sr Dr. Francisco de Assis Pires, Bispo da Diocese do Crato, foi concedido ao Colégio o privilégio da permanência da Sagrada Eucaristia na capela do estabelecimento, sendo director espiritual o Revmo. Padre Januário Campos. (CASTELO, op cit., p.49 ).

A fundação da Escola ocorre com a chegada de freiras pertencentes à Congregação das Filhas de Santa Tereza. De acordo com o relato de Antonina Alexandre Batista<sup>23</sup>

No dia 27 do mês de Janeiro do ano de 1939, procedendo da cidade do Crato, no Estado do Ceará, chegaram a Iguatu, pelo trem horário da antiga Rede Viação Cearense, a Reverendíssima Superiora Geral Madre Ana Couto, acompanhada das Irmãs Paiva e Cavalcante, religiosas pertencentes à Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus[...].

A vinda das religiosas a esta cidade, tinha como finalidade a fundação de uma Casa de Educação, a primeira a ser implantada na Região Centro-Sul do Estado, mais precisamente na cidade de Iguatu, onde viria a ser o centro cultural para a formação da juventude feminina de toda região[...]

Através do Decreto n° 49, de 15 de dezembro desse mesmo ano, o Doutor Manoel Antônio de Andrade Furtado, Secretario do Interior e Justiça, no exercício da Interventoria do Estado do Ceará, equiparou à Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, o Colégio Senhora Santana. (BATISTA, 1988, P.7)

---

<sup>23</sup> Ex-aluna e professora da Escola Normal Rural Senhora Santana- ENRSS, e religiosa da Congregação Filhas de Santa Tereza, escreveu um livro sobre a história dessa escola, cujo título é *Colégio São José* (nome atual da escola): sua História, suas lutas, em comemoração aos 50 anos de sua fundação. Referido trabalho foi impresso na Tipografia da Diocese de Iguatu Ltda, 1988.

Conforme relato de Castelo (1951), no dia 10 de fevereiro de 1939, iniciaram-se as aulas do Colégio, com um número regular de alunas. Instalou-se, no mesmo ano, um curso de Arte Doméstica, certificando e habilitando 17 moças. Seguindo o exemplo de Juazeiro do Norte, criaram-se na escola instituições e órgãos visando ao maior desenvolvimento intelectual e social de suas alunas. Neste sentido, ainda no ano de 1939, fundaram-se um Grêmio Lítero-Cívico e um órgão oficial, que circulava mensalmente, impresso na tipografia local com o nome de “Ideal de Aluna”. Em 1940, foi fundado o Clube Agrícola Dr. Renato Braga.

No dia 5 de janeiro de 1955, a Escola Normal Rural Santana passou a denominar-se Escola Normal São José, cujo objetivo primordial “era *ministrar esmerada educação intelectual, moral, cívica, social e religiosa à juventude feminina e assistir às crianças pobres de ambos os sexos, proporcionando-lhes instrução primária.*” (BATISTA, 1988, p.24).

Herotildes Helena, representando as alunas da primeira turma da Escola Normal Rural Senhora Santana, imprime no livro de Antonina Batista a sua opinião sobre a escola na qual obteve seu título de professora ruralista:

Como ex-aluna da Escola Normal Rural Santana, hoje Colégio São José, posso afirmar que ele, no trinômio Direção, Professores e Alunos, qual árvore genealógica de dimensão incomensurável, em missão apostolar em nossa região, fez espalhar a ação benéfica de seus frutos em todas as direções. (In Op cit, p.69).

### 3.3.4 Escola Normal Rural de Crateús



Normalista 1950 – 1954 – Álbum de Dona Maria de Lourdes Setúbal.

Fundada em 2 de julho de 1942, equiparada à de Juazeiro do Norte, foi uma iniciativa do Sr. Luiz Bezerra, que já havia fundado um estabelecimento de ensino que recebeu o nome de Ginásio Crateuense. Após a construção de um prédio, instalara a então Escola Normal Rural, que começou a receber alunas internas e externas. *"O internato recebia os cuidados do casal de diretores da Escola: Luiz Bezerra e Ayrán Veras.[...] A escola tomava parte nas comemorações cívicas, sociais e religiosas da cidade. Promovia retiros internos para as alunas, festas da Páscoa, do Milho, etc."* (Gazeta do Centro-oeste, 13 de março de 2003).

De acordo com o relato sobre a história da Escola de Crateús produzido por ex-alunas e coordenado pela ex-aluna e professora Rosa de



Moraes<sup>24</sup>, a escola, anualmente, fazia exposição de trabalhos manuais variados e de desenho. A quadrilha junina era marcada em francês, por Dr. Olavo Frota, juiz de Direto da Comarca e professor de Português da Escola. O Jornal “O Arado” era dirigido pelas alunas. *“Em 30 de dezembro de 1952, a Escola foi comprada pela Paróquia do Senhor do Bonfim, por intermédio do vigário, Pe. José Maria Bonfim, que implantou na referida escola o Patronato Senhor do Bonfim, para ensinar gratuitamente a juventude pobre...”* ( Op. cit.,p. 6).

A partir de 1966, o Curso da Escola Normal Rural de Crateús- ENRC foi transformado em curso pedagógico, com a denominação de Escola Normal Regina Pácis. Em 1971, o Conselho Diocesano de Crateús decidiu oferecer o Colégio ao patrimônio estadual e, dessa forma, a antiga escola normal rural passou a pertencer à rede estadual de ensino, pela Lei nº. 9 547 de 9 de dezembro de 1971 ( IDEM, p. 7).

Na conclusão do trabalho em que ex-alunas expressam seu reconhecimento e saudades, há a exaltação do importante papel social dessa escola encravada no sertão cearense:

Crateús, cidade encravada no sertão seco do ceará, foi seara de grandes idéias que foram concretizadas por homens e mulheres de notada visão do futuro, como o professor Luiz Bezerra, que ao fundar a Escola Normal Rural, lançou neste solo a pedra fundamental da tradição em educação desta terra”.(SINHÁ FROTA, In Op.cit, p. 9).

---

<sup>24</sup> MORAES, Rosa [et al]. *Escola Normal Rural de Crateús- Ex-alunas expressam seu reconhecimento e saudades*. MIMEO.Crateús-CE, 2 de julho de 2002.

### 3.3.5 Escola Normal Rural Joaquim Magalhães, de Itapipoca

Fundada em 19 de março de 1945. Consoante informações constantes em sua ata de fundação, o momento festivo contou com a presença de várias autoridades, dentre elas: o representante do Exmo. Interventor Federal do Estado, Revmo. Padre José Bruno Teixeira, do Prefeito Municipal, Dr. Jurandir Correia Lima, do Revmo. Padre José Edilson Silva, Vigário daquela freguesia, do acadêmico Artur Eduardo Benevides, representante dos Diários Associados, muitas outras autoridades e uma “*grande massa popular*”.

Ao descrever o momento da fundação da Escola, Plácido Castelo assinala que, após discurso do Revmo. Padre Edilson Silva, que falou em nome da Sociedade Educadora Ruralista Ltda, a solenidade foi encerrada com o pronunciamento do Padre José Bruno, que falou longamente sobre a importância da Educação Ruralista. *Terminou enaltecendo o trabalho desenvolvido pela Sociedade Ruralista Ltda. Afim de realizar essa grandiosa obra que é a Escola Normal Rural de Itapipoca. Logo após deu-se a bênção do prédio e dos crucifixos e a entronização do quadro do Sagrado Coração de Jesus*”. (Cf. Castelo, Op.cit., p.51).

Como momento áureo dessa solenidade de fundação da Escola Normal Rural Joaquim Magalhães, em Itapipoca, Castelo(1951, p. 52) narra ainda:

Usou da palavra a Diretora da Escola Normal, Sra. Maria Cleude Coelho, que proferiu brilhante discurso, falando sobre o ruralismo e da fundação do Clube Agrícola que recebeu o nome de “Clube Agrícola Dr. Renato de Almeida Braga”, em homenagem ao Diretor da escola de Agronomia, cuja escolha foi bem aceita, pois ele muito tem feito pelo ruralismo...

### 3.3.6 Escola Normal Rural de Ipu

Esta Escola Normal foi inaugurada em 1º de janeiro de 1942. Na ata de fundação constam detalhes da solenidade, que contou com uma participação muito significativa do povo ipuense, no salão principal do Palacete Iracema. De acordo com esse documento oficial, falou o professor Helano Gomes de Matos, “que perante uma assistência assás numerosa, em longa e brilhante alocução, expôs os fins a que se destina a Escola (Cf. CASTELO, 1951, p.55)

Referiu-se o orador às diversas escolas deste padrão, já fundadas no Estado, as quais têm trazido grandes benefícios às zonas em que estão localizadas. Mostrou as possibilidades que temos para a instituição de um estabelecimento de ensino desta natureza, de vez que contamos com a colaboração generosa do cidadão Manuel Marinho, o qual, num gesto altruístico, doou uma área de 65.220 metros quadrados e se prontificou a auxiliar materialmente a empresa no que lhe fosse possível. Em face deste gesto altamente patriótico, os fundadores acharam por bem dar à escola, o nome de Escola Normal Rural Manuel Marinho...

Apesar de constar da relação apresentada por Plácido Aderaldo Castelo, nenhum comentário é por ele procedido sobre a Escola Normal Rural de Acaraú. Conforme o que já foi frisado, das escolas elencadas por Castelo, num total de oito, cinco fazem parte da amostragem deste trabalho. Primeiro, por representarem significativamente o universo desse projeto de instituição de formação docente, para a zona rural do Estado, haja vista a abrangência regional e o prestígio que gozavam junto à sociedade cearense; segundo, por contar com a disponibilidade de ex-alunas das referidas escolas, que, abrindo suas portas e seus corações, forneceram relatos ricos de informação e de significação emocional incomensurável. Por conseguinte, as instituições aqui representadas, além de Juazeiro do Norte, a qual dispensei maior ênfase por ser a primeira, e por isso as demais a ela se equipararam, são as de Quixadá, Limoeiro do Norte, Iguatu e Crateús.



*Capítulo  
IV*

*Educadoras e Missionárias: Formação  
da Professora Rural em Tempos de  
Feminização do magistério*

**Normalistas – Escola Normal Rural de Limoeiro do Norte- Álbum  
de Dona Carmosina Arrais**

A instrução abria de fato às moças as portas de muitas profissões(...) Assim, elas exerciam em público as qualidades maternais das mulheres. Mas foram mais adiante, forneceram ao feminismo uma parte de seus quadros e de suas tropas e se alçaram, com a guerra, à condição de "intelectuais", qualidade tão raramente reconhecida nas mulheres. As escolas normais foram as primeiras universidades das mulheres ( PERROT, 1998)

#### **4- EDUCADORAS E MISSIONÁRIAS: FORMAÇÃO DA DA PROFESSORA RURALISTA<sup>25</sup> EM TEMPOS DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO**

Embora sejam numerosos os estudos históricos acerca da formação de professores, instituições, saberes e atividades docentes, a expressão "*história da profissão docente*" é mais rara. Para Denice Barbosa Catani, o que esta expressão possui de elucidativo é a noção unificadora das várias dimensões do exercício profissional do magistério, "*cuja concepção exige a análise simultânea e integrada dessas mesmas dimensões: a formação, a instituição e os saberes, o exercício concreto da atividade, as relações com o Estado, as formas de organização de categoria profissional*". (CATANI, 2000, p. 587).

Perseguindo essa perspectiva unificadora, busco, neste trabalho, a realização de um estudo que extrapole a análise de construções e imagens sobre a figura da professora primária . O intuito, aqui presente, é o de que essa análise constitua estudo articulado das várias dimensões e/ou facetas que compõem o complexo mundo institucional, especificamente o da Escola de formação de professoras ruralistas, bem como o de aprofundar questões concernentes aos saberes e experiências das professoras que se formaram na referida escola. Nesse sentido, esta pesquisa direciona sua perspectiva para as experiências dos homens concretos no âmbito dos espaços social e institucional, dando relevo às nuances do cotidiano escolar e o seu papel no seio da sociedade. Em tal mister, a

---

<sup>25</sup> Utilizo a mesma denominação dada às professoras que se formavam nas escolas normais rurais. Os seus diplomas ostentavam o título "Professora Ruralista".

história social ocupa lugar de destaque, legando à investigação histórica inusitados quadros conceituais, novos e variados enfoques.

No que diz respeito à historiografia educacional, Roseli Fontana, citando Antônio Nóvoa, ressalta que a década de 1980 reveste-se de importância, porque marca verdadeira reviravolta na pesquisa educacional em todo o mundo, *“trazendo os professores para o centro da investigação e dos debates educativos.* (FONTANA, 2000, p. 18).

Portanto, a profissionalização dos professores está intimamente ligada ao processo de formação dos Estados modernos e por isso é possível assinalar que nas sociedades ocidentais são grandes as semelhanças no que se refere à profissão docente. Neste sentido, é um fenômeno que ocorre em tomo do final do século XIX, *“a propósito das imagens das instituições de formação, das associações profissionais, do processo de feminização ou da condição sócio-econômica. Um tal fato confirmaria justamente o caráter “transnacional da maioria das questões concernentes aos professores”.* (CATANI, 2000. p. 586).

Apoiado em inúmeros e intensos estudos sobre o percurso evolutivo da investigação pedagógica no século XX, ressalta Antônio Nóvoa (1992) que, a partir do pós-Segunda Guerra, os professores foram colocados em segundo plano nos projetos de pesquisa educacional: a predominância de uma leitura tecnicista reduziu a atividade docente a suas competências técnicas. Intensificou-se o controle sobre os professores, favorecendo seu processo de desprofissionalização e promovendo uma crise de identidade dos professores, ao impor uma separação entre o eu pessoal e o eu profissional. Os anos 1970 e

1980 são marcados pela concepção reprodutivista, que favoreceu "[...] *uma leitura esvaziadora das possibilidades de alcance político-transformador da atividade escolar, fazendo pesar sobre nós a acusação de apenas contribuímos para a reprodução das desigualdades sociais [...]*". (FONTANA, 2000. p. 19).

Na década de 1980, os professores voltam à cena. No Brasil, em particular, esse período foi momento significativo na retomada dos estudos sobre a atividade docente, pois " *No bojo do processo de redemocratização da sociedade brasileira, a crítica ao reprodutivismo favoreceu a emergência das pedagogias críticas, que resgatavam o papel do professor e da escola e dos professores na dinâmica social*". (FONTANA, 2000. p.19/20) . Em tal aspecto, o estudo de Guiomar Namó de Melo sobre as representações da prática docente por professores de 1º Grau, é considerado um referencial nesse novo tipo de produção (Cf. Op. Cit, p. 21).

Segundo Selva Guimarães Fonseca(1997), no Brasil, um trabalho pioneiro em torno de questões relacionadas a vida dos professores, seus percursos profissionais e pessoais, sobre pensamento e práticas docentes, é a pesquisa sociológica desenvolvida por Zeila Demartini, Sueli Tenca e Álvaro Tenca. Referida pesquisa foi desenvolvida no centro de Estudos Rurais e Urbanos- CERU, cujo objetivo era o de a partir da história de vida de velhos professores, "*abordar os problemas educacionais em áreas rurais de São Paulo, durante a primeira República, numa perspectiva histórico-sociológica*".( Op. cit, p. 29).



Quanto aos estudos que se voltam especificamente para a formação e os saberes docentes da professora rural, destaco as contribuições de Jacques Therrien, Ozir Tesser José F. de Alencar, Claudia Davis e Bernadete Gatti, dentre outros que voltam seus olhares para a compreensão da educação e escola no campo e, no bojo dessas preocupações, o entendimento *da forma como a professora se apropria, na sua prática pedagógica escolar, do saber socialmente construído na sua práxis cotidiana* (TERRIEN, 1993, p.44). Essas pesquisas, realizadas nas décadas de 1980 e 1990, apresentam a realidade da professora no meio rural, marcada pela precariedade e forte presença da professora leiga, bem como de políticas ou alternativas propostas para a sua formação em serviço.

Uma observação fundamental sobre a bibliografia em torno da temática é a de que, a despeito de se caracterizar pela heterogeneidade, haja vista ser proveniente de vários campos do saber, com objetivos e metodologias diferentes, o que nela existe de comum é a história dos professores, suas vidas e experiências, o desenvolvimento profissional individual e coletivo em contextos e épocas diferentes. Por conseguinte, a década de 1990 demarcou um momento novo para a pesquisa educacional, priorizando a "profissão professor", o ser professor como tema emergencial. É neste quadro, segundo Maria Helena Cavaco (1995, p. 159)

[...] que o estudo das problemáticas relativas às questões de ensino/educação/formação tende a diversificar-se e aprofundar-se, contemplando também a figura do professor, através de uma perspectiva poliédrica, multifacetada. Ultrapassa-se as visões clássicas que o situam na eficácia do seu fazer, como agente social, no espaço restrito da sala de aula, para o considerarmos de forma integrada, como homem/cidadão/profissional, em devir, inserido e em ação, na sociedade de seu tempo.

Os novos olhares que se estabelecem em pesquisas onde o "ser professor" passa a ser visto no seu cotidiano social e escolar, como um ser historicamente situado e a partir de uma perspectiva unificadora das várias dimensões do processo educativo, coaduna-se plenamente aos paradigmas da história social, que, se apropriando da memória, *busca "o esclarecimento de relações coletivas entre indivíduos num grupo, numa camada social, num contexto profissional, noutras épocas e também agora"*. (QUEIROZ,1988, p. 34).

O estado das discussões em história social, nos últimos vinte anos, aponta para uma evolução cada vez mais complexa e difícil de circunscrever. Segundo Castro (In: CARDOSO E WAINFAS, 1997, p.51),

A tradição marxista britânica de história social do trabalho e a obra de Thompson, em especial, haviam colocado as noções de experiência e cultura no cerne das análises sobre a ação social. O desenvolvimento da problemática tendeu rapidamente a ultrapassar o interesse inicial no ativismo operário, para concentrar-se na compreensão das pessoas comuns, no passado, e de suas reações a esta própria experiência.

Essa nova atitude implicará reavaliações metodológicas, pondo no centro das discussões questionamentos acerca de como resolver a problemática em torno das fontes a serem utilizadas para dar voz às pessoas comuns; aos homens e mulheres que cotidianamente fazem história, mas que são homogeneizados, massificados por uma história generalizadora e excludente. Como resposta a essa questão crucial, a *história oral* assume papel de destaque na reconstrução da(s) história(s), cujos fatos não foram registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer complementar. Para Rafael Samuel (1990), os melhores documentos locais serão freqüentemente encontrados não na biblioteca ou no arquivo, mas nas casas, pois

*A evidência oral torna possível não apenas o preenchimento de vazios mas também a redefinição de que se trata na história local. Ao invés de permitir que documentos estruturem o trabalho – ou que filtrem categorias de lei, contabilidade ou governo local -, o historiador pode fazer com que a pedra de toque se torne a experiência real da vida das pessoas, tanto no meio doméstico como no trabalho. (SAMUEL, 1990, p.232).*

Como anota Gisafran Jucá (2003), a interdisciplinaridade manifesta na história oral nos faz compreender o alcance dos novos temas e novas abordagens expressas como possibilidades metodológicas sem fronteiras. Assim, a oralidade remete a um universo bem mais significativo, onde a memória social é canalizada por meio de relatos individuais. “A voz do passado”, expressão utilizada por Paul Thompson (1998), reforça a idéia de um encontro direto entre sujeito que investiga e o objeto investigado. A história oral é, no dizer do autor mencionado, constituída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação.

Na apresentação do livro *Usos & Abusos da História Oral*, Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, exprimem como uma das questões cruciais para a reflexão em torno do uso da história oral a definição de seu *status*. Qual, pois, o *status* da História Oral? Tal preocupação é uma questão maior, central e que perpassa toda a obra.

*Difícil orientar-se em campo configurado tão recentemente, em meio a diversas concepções que se entrecruzam, algumas pouco claras, disputando com ferocidade espaços e audiências. Um campo cuja própria denominação é posta em xeque”. (FERREIRA e AMADO, 1998, p.xi).*

As várias posições divergentes sobre o *status* da história oral, foram reduzidas pelas referidas autoras, em três principais posições. *A primeira advoga*

*ser a história oral uma técnica; a Segunda, uma disciplina; e a terceira, uma metodologia...*” (Op. cit, p. xii). Defendendo a terceira atitude, Mariêta de Moraes e Janína Amado, assim se posicionam:

Em nosso entender, a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevistas e implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho – funcionando como ponte entre teoria e prática. Esse é o terreno da história oral – o que, a nosso ver, não permite classificá-la unicamente como prática. Mas, na área teórica, a história oral é capaz apenas de suscitar, jamais de solucionar, questões; formula as perguntas, porém não pode oferecer as respostas. (Op. Cit, p. xvi).

No trabalho intitulado *A Oralidade dos Velhos na Polifonia Urbana*, Gisafran Nazareno Mota Jucá, comungando com as idéias das autoras citadas, apresenta a seguinte posição:

...a História Oral constitui uma metodologia que necessita de um apoio teórico, a fim de que não seja classificada como uma simples técnica a ser empregada de acordo com conveniências. As técnicas de entrevistas e de coleta de depoimentos levam a uma produção de um tipo de conhecimento, que necessita de um apoio teórico, como por exemplo a definição dos conceitos de história e memória, ou mesmo de outros encontrados nas demais ciências sociais, que sirvam de suporte à análise proposta. (Op. Cit., 2003, p.26/27).

As fontes orais representam relevantes indicadores para o conhecimento da atuação de professores em suas atividades magisteriais. Pela sua subjetividade, a oralidade necessita de um discernimento objetivo que permita desvendar, nas histórias de vida recuperadas pela memória, as nuances daquilo que se propõe estudar. Fazendo minhas as palavras de Alessandro Portelli (2000, p. 69); “ *Acredito na história oral precisamente porque ela pesquisa a memória de indivíduos como um desafio a essa memória concentrada em mãos restritas e profissionais...*” Perseguindo esse desafio, lanço-me em investigação sobre a

história da profissão docente, adentrando os escaninhos das experiências escolares e dos saberes professorais.

Na lição de Antônio Nóvoa, " *A natureza do saber pedagógico e a relação dos professores ao saber constituem um capítulo central da história da profissão docente*" (1995, p.16). Tal afirmação leva-me à asserção de quão é importante a percepção de que o professor é um ser historicamente situado e o seu estatuto profissional é fruto do contexto social por ele vivido. Nesse sentido, os primeiros anos do século XX serão fortemente marcados

... pela crença "generalizada nas potencialidades da escola e na sua expansão para o conjunto da sociedade. Os protagonistas deste desígnio são os professores, que vão ser investidos de um importante poder simbólico. A escola e a instrução incarnam o progresso: os professores são os seus agentes. (NÓVOA, 1995,p.19).

Os professores encarados como agentes do progresso tinham que receber uma formação adequada à sua função civilizadora. Os *saberes docentes* deveriam se apoiar em doutrinas que se coadunassem com as exigências do tempo presente. No caso específico das escolas normais rurais, os conhecimentos que se destinavam à formação científica e pedagógica das professoras estavam fundamentados nas doutrinas pedagógicas e ideológicas da Escola Nova. Essas doutrinas, segundo Maurice Tardif ( 2002, p.37 ),

... são incorporadas à formação profissional dos professores, fornecendo, por um lado, um arcabouço ideológico à profissão e, por outro, algumas formas de saber-fazer e algumas técnicas. Os saberes pedagógicos articulam-se com as ciências da educação ( e, freqüentemente, é até mesmo bastante difícil distingui-los ), na medida em que eles tentam, de modo cada vez mais sistemático, integrar os resultados da pesquisa às concepções que propõem, a fim de legitimá-las "cientificamente...

Therrien e Sousa (2000, p. 112), em trabalho que analisa a cultura docente e a gestão pedagógica, à luz do escopo da proposta habermasiana,

procuram compreender a racionalidade do fazer pedagógico *no chão da sala de aula*, o que significa: “[...] *explorar o universo epistemológico que fundamenta o agir pedagógico, ou seja, identificar e caracterizar os elementos fundantes de uma razão eminentemente prática que estrutura o fazer...*”.

Não contando objetivamente com o “chão” da sala de aula, como espaço concreto de observação para a pesquisa, busquei no espaço subjetivo das memórias de práticas docentes concretas, explorar esse “universo epistemológico” que produz um fazer cotidiano. Nas falas que compõem fragmentos do passado, procuro identificar conhecimentos adquiridos na formação profissional, bem como ideologias e filosofias presentes no pensar e agir das suas personagens. Para tal mister, trabalharei com história oral de vida, pois,

Neste caso, as narrativas orais não são apenas fontes de informações para o esclarecimento de problemas do passado, ou um recurso para preencher lacunas da documentação escrita. Aqui ganham relevância as vivências e as representações individuais. As experiências dos homens, constitutivas de suas trajetórias, são lembradas, reconstruídas e registradas a partir do encontro de dois sujeitos: narrador e pesquisador. A história oral de vida constitui uma possibilidade de transmissão da experiência via narrativas. (FONSECA, 1997, p39).

Dessa forma, adentrar a realidade desse projeto de escolarização e formação docente tão peculiar e tão pouco conhecido no contexto da história da educação cearense, levou-me à convicção da necessidade de reconstruir trajetórias de personagens que desempenharam papel central e decisivo no estabelecimento de um perfil de instituição de formação docente. Assim, nos fragmentos do cotidiano, experiências vividas, representações, valores, idéias e projetos são revelados a partir da reminiscência. É, pois, dessa forma que

Ocorre uma reminiscência criadora, que atinge seu objeto e o transforma(...) O sujeito só pode ultrapassar o dualismo da interioridade e da exterioridade quando percebe a unidade de toda a sua vida(...) na corrente vital do seu passado, resumida na reminiscência (BENJAMIM, 1987, p. 211)

Nas narrativas da professoras ruralistas, experiências são transmitidas através da memória de pessoas que viveram plenamente uma realidade repleta de riqueza, de humanidade, de histórias pouco conhecidas. Seus relatos revelam os momentos mais significativos, já que, sendo a memória seletiva, a tendência é a ênfase nos bons tempos vividos e nos projetos realizados. Assim, a forma como o sentimento do dever cumprido é expresso, leva à confirmação de suas convicções quanto ao cumprimento de seus deveres cidadãos, já que tudo o que foi possível fazer realizou-se dando-se o melhor de si mesma.

#### **4.1 Idéias e práticas na formação da educadora para o meio rural: histórias de vida de normalistas rurais**

Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum. (ECLÉA BOSI, 1999)

Diante da importância do projeto de escolas normais rurais para o Ceará, a partir de meados de 1930, bem como da ênfase dada ao papel da professora ruralista para o desenvolvimento e redenção do ensino primário nos sertões cearenses, é que defini como uma das fontes primordiais desta investigação, o registro das histórias de vida de professoras que se formaram nas escolas normais rurais, nos anos de 1930 a 1940, com o objetivo de reconstruir identidades, experiências e práticas no seio dessas instituições escolares.

As histórias de vida de normalistas rurais é uma escolha que se justifica pela efetivação da feminização do magistério. A presença feminina no magistério primário no Ceará, como no resto do Brasil, era fato consumado, sendo a figura da professora motivo de várias representações sociais. *“Representações que não apenas espelharam essas mulheres, mas que efetivamente as produziram”*. (LOURO in PRIORE, 1997, p. 464).

Como ressaltado anteriormente, desde as últimas décadas do século XIX, no Brasil o processo de escolarização das mulheres se intensifica. É o momento em que são instituídas as escolas normais, movimento mundial estreitamente relacionado ao fortalecimento dos Estados Nacionais. Em tal contexto, o papel da educação constitui fator imprescindível. Neste sentido, a expansão quantitativa do campo educacional, propiciará a feminização do magistério primário. De acordo com Jane Soares de Almeida (1998, p.64),

...A mão-de-obra feminina na educação principiou a revelar-se necessária, tendo em vista, entre outras causas, os impedimentos morais dos professores educarem as meninas e a recusa à co-educação dos sexos, liderada pelo catolicismo conservador. Com a possibilidade das mulheres poderem ensinar produziu-se uma grande demanda pela profissão de professora. Aliando-se a essa demanda, o discurso ideológico construiu uma série de argumentações que alocavam às mulheres um melhor desempenho profissional na educação, devido ao fato de a docência estar ligada às idéias de domesticidade e maternidade...

Almeida defende a posição de que a inserção profissional das mulheres no magistério não foi aceita de forma pacífica pelos homens que não queriam perder o espaço profissional. A referida autora, não concorda com a tese de que a feminização do magistério ocorre como uma concessão feita às mulheres. Tal visão nega *“as complexidades sociais das quais esse processo foi*



*portador e ignora que isso fez com que houvesse uma transformação da profissão ao longo dos tempos”(idem, p 65). Ressalta, pois, que a feminização do magistério no Brasil pode ser considerada já devidamente alicerçada desde o século passado, e, quando a República aconteceu, esse fenômeno era um fato consolidado, aumentando significativamente nas décadas seguintes:*

Atente-se que os ideais republicanos preconizavam um povo instruído e, na década de 1930, o escolanovismo dirigia os rumos educacionais. A crença no poder da educação para o crescimento do país repercutiu diretamente na política educacional e na criação de mais escolas. A esse aumento e a essa demanda correspondeu uma visão ideológica que atribuía às mulheres o papel de regeneradoras morais da sociedade, o que se faria principalmente pela sua inserção no campo educacional. (IDEM, 66).

Diante dessa realidade, utilizo-me das memórias de mulheres professoras. Com isso, busco entender e aprofundar questões fundamentais à redação e consolidação da tese. Neste aspecto, a partir das histórias aqui retratadas, novos elementos se configuram como pontos-chaves para compreender e analisar a proposta de formação de professoras ruralistas no Ceará, entendendo a sua concepção filosófica e o seu papel social na tentativa de promover mudanças significativas no quadro de intenso atraso da vida campesina e, por extensão, na estrutura socioeconômico do Ceará. Além disso, há de se entender quais o lugar e o significado da professora rural, em um contexto tão efervescente da educação cearense.

Qual, portanto, a essência do ser professora rural? Qual a diferença fundamental entre a professora diplomada pela Escola Normal Rural e a professora primária formada pela Escola Normal de Fortaleza, ou mesmo da professora primária leiga? O que torna esse tipo de formação tão peculiar, tão sui

generos no âmbito das propostas de formação docente encetadas pelas escolas normais já existentes desde o século anterior?

Assim, ao abordar as personagens que têm voz nesta pesquisa oral, não sigo o argumento em favor de uma entrevista completamente livre, pois as necessidades decorrentes do tipo de pesquisa desenvolvida, tornam essencial o planejamento antecipado das perguntas a fazer. Neste sentido, as entrevistas foram do tipo semidiretivo, onde tencionei a abordagem de três aspectos: 1º. **trajetória de vida:** nascimento, família, infância, modo de vida, crenças, escola primária, ideologias... 2º. **experiências na Escola Normal Rural:** Ingresso, expectativas quanto à formação, organização da escola, o cotidiano escolar, relação professor/aluno, direção/professor/aluno; o currículo, matérias e metodologias; relação teoria/prática; concepções de sociedade, educação, política; o papel da mulher na sociedade da época; visão que se tinha da profissão docente. 3º **prática pedagógica:** quando, onde e como se deu; relação com a formação recebida; metodologias; processo ensino-aprendizagem; relação professor/aluno, teoria/prática; realizações; decepções; contribuições da educação para mudanças efetivas no meio rural; o ser professora primária no meio rural.

Concordando com Thompson penso que, uma entrevista é uma relação social de pessoas, com suas convenções próprias cuja violação pode destruí-la. Diante de tal afirmação, cuidados devem ser tomados para que o pesquisador/entrevistador interfira o menos possível nos depoimentos de seus entrevistados. O testemunho do entrevistado não poderá jamais ser moldado

pelas perguntas do entrevistador. A entrevista completamente livre, porém, não pode existir, pois, " *Apenas para começar, já é preciso estabelecer um contexto social, o objetivo deve ser explicado, e pelo menos uma pergunta inicial precisa ser feita; e isso tudo, juntamente com os pressupostos não expressos, cria expectativas que moldam o que vem a seguir...*" (THOMPSON, 1998, p.258 ).

Os primeiros contatos com as narradoras suscitaram novos elementos norteadores da pesquisa, já que, consoante Thompson (1998, p. 254),

O primeiro ponto é a preparação de informações básicas, por meio da leitura ou de outras maneiras. A importância disso varia muito. A melhor maneira de dar início ao trabalho pode ser mediante entrevistas exploratórias, mapeando o campo e colhendo idéias e informações...

Confirmado as idéias de Thompson, a partir do contato com as narradoras e à medida que registrava suas vozes, cheguei à conclusão de que a intenção de analisar a formação nas escolas normais rurais e a repercussão dessa formação em uma prática efetiva na sala de aula não seria possível em virtude da complexidade do assunto e da insuficiência de dados que conduzissem ao entendimento mais aprofundado de uma prática educacional que passa por várias fases, contradições e desencontros nos caminhos da políticas educacionais presentes no período compreendido entre as décadas de 1940 a 1980, momento que demarca o tempo do exercício profissional das professoras formadas nas escolas normais rurais, sujeitos desta pesquisa.

Além disso, algo digno de menção é o fato de que todas as narradoras se reportam mais ao período da infância, da vida familiar e da vida escolar. No momento de falar sobre as experiências profissionais, a narrativa era mais vaga,

imprecisa e fortemente marcada pela ênfase no papel da professora como uma mãe extremada e cuidadosa, como uma educadora que primava pela instrução, pelo rigor da disciplina e pelo seu dever patriótico de formar almas boas e cristãs, de cidadãos a serviço de um País que precisava crescer econômica e culturalmente.

Diante do quadro que se configurou a partir das entrevistas, resolvi restringir a problemática da tese à formação da professora ruralista, abordando o cotidiano da escola, as idéias e filosofias subjacentes às práticas educacionais, principalmente a compreensão do ideário ruralista, peça fundamental, motor que movia as intenções, à concepção de homem, de sociedade e de Educação. Dessa forma, entender qual a influencia dessa ideologia na formação da professora, de como se via como profissional, de como se sentiu ela enquanto tal e de como se vê com o olhar de hoje.

Para a realização das entrevistas com essas personagens centrais, utilizei um roteiro semi-estruturado que permitisse um direcionamento mínimo para a obtenção das informações sobre a trajetória pessoal, educacional e profissional das entrevistadas. Dessa forma, apresentarei as suas narrações seguindo uma cronologia que fornece uma compreensão do perfil dessas mulheres em seus contextos familiar, educacional e social.

Quanto aos procedimentos concernentes à transcrição, apoio-me na visão de Thompson, ao defender a posição segundo a qual,

Ao passar a fala para a forma impressa, o historiador precisa desenvolver uma nova espécie de habilidade literária que permita que seu texto escrito se mantenha tão fiel quanto possível, tanto ao caráter quanto significado do original... Nada substitui as transcrições integrais, que incluem tudo o que está gravado, como exceção das possíveis digressões, para verificar se o gravador está funcionando e tomar um xícara de café, por exemplo (THOMPSON, 1998, p.297)

Neste sentido, optei pela transcrição integral das fitas, retratando ao pé da letra as narrativas gravadas, os diálogos e intervenções ocorridas na dinâmica da interação de entrevistadora e narradoras. No momento de transcrever, retratava suspiros, exclamações, interrogações, risos; e até choro ou vozes embargadas de emoção.

Depois da transcrição, vem a transposição do oral para o escrito, ou seja, a textualização. Esse momento, segundo Selva Guimarães Fonseca, “*..exige muita atenção e sensibilidade, na medida em que se busca a organização do discurso para dar “voz” ao narrador*” (1998, p. 55). Assim, seguindo a metodologia da autora acima citada, busquei realizar a textualização das narrativas, “*a partir da construção de um texto contínuo, que pudesse expressar a beleza de cada história, sem a recortar, livre de interferências do entrevistador e dos vícios de linguagem oral.*” (IDEM, p.55).

Esta tarefa não foi muito complicada no caso específico de nossas narradoras, pois, após vencido o receio ocasionado pela presença do gravador, as entrevistadas apresentavam boa fluência na comunicação oral, expressavam-se com muita satisfação e, às vezes, com incontida emoção, revestindo a narrativa de um conteúdo emocional que me legou sentimentos e opiniões que expressavam sinceridade e fidelidade em relação a um passado, distante no aspecto cronológico, mas muito intenso nas memórias do presente.

As normalistas rurais entrevistadas encontram-se em uma faixa etária que varia entre 76 e 93 anos de idade. Foram entrevistadas dez senhoras, das quais escolhi cinco, já que nas outras entrevistas ocorreram problemas de ordem técnica no momento da gravação, bem como em relação ao conteúdo extremamente objetivo dos depoimentos, não nos permitindo chegar ao cerne das questões a serem abordadas na presente tese. A escolha ocorreu, também, pela representatividade da amostra da pesquisa, ou seja, as escolas de Juazeiro do Norte (pioneira e encravada no seio da região do Cariri), de Limoeiro do Norte (região do baixo Jaguaribe), a de Quixadá (região do Sertão Central), a de Iguatu (região Centro/Sul do Ceará) e a de Crateús (região dos Inhamus). Quantas às outras duas escolas que inicialmente compuseram o elenco proposto pelo projeto de tese, quais sejam, as escolas de Itapipoca (região do Litoral Norte) e a de Ipu (região Norte), não foram possíveis suas inclusões. Em Itapipoca por não conseguir nenhum contato com ex-alunas e, em Ipu, embora logrando o contato com uma ex-aluna e professora da própria escola normal rural, ela não consentiu que a entrevistasse, alegando problemas de saúde.

Das cinco narradoras, duas tornar-se-iam professoras da própria Escola Normal Rural, além de exercerem o magistério primário: Maria Assunção Gonçalves e Camursina Arrais Freire, respectivamente, em Juazeiro do Norte e Limoeiro do Norte. As demais exerceram as atividades do ensino primário ou do então ginásial, conforme o que consta das experiências de Maria de Lourdes Setúbal Freitas e Maria Elvira Costa.

Herotildes Helena Ferreira, além das experiências magisteriais, desempenhou expressivo papel na vida pública de sua cidade, pois foi a primeira vereadora (mulher) de seu município e secretária da Prefeitura Municipal de Iguatu, chegando a exercer o cargo de Prefeita por um mês, em virtude do afastamento dos titulares do Poder Executivo.

Observa-se que as “meninas” que adentravam o espaço das escolas normais rurais pertenciam às classes sociais mais abastardas, oriundas da pequena burguesia rural, moças de classe média, de origem familiar geralmente ligada aos clãs mais tradicionais das cidades rurais do Ceará. Neste aspecto, seus componentes familiares eram pessoas ligadas às atividades rurais, agricultores, como assim denominavam seus pais, quando na realidade eram pequenos ou grandes produtores rurais. Outras pertenciam às famílias que tinham uma tradição no comércio, além daquelas que se dedicavam aos misteres industriais. Filhas de profissionais liberais e funcionários públicos, figuravam também como clientela de marcante presença nessas escolas de formação docente.

Quanto às primeiras experiências dessas professoras, é possível traçar um perfil do estado educacional primário na ruralidade do Ceará nas décadas de 1920 e 1930, período em que freqüentaram os bancos da escola primária. É notória a precariedade da instrução naqueles idos, mesmo para os que detinham recursos financeiros. As meninas eram alfabetizadas por professores particulares, freqüentavam o Grupo Escolar e, depois, as que detinham maior recurso iam dar continuidade aos seus estudos em Fortaleza, ou em cidades do porte do Crato, onde havia internato para meninas.

As análises há pouco apresentadas podem ser constadas pelos relatos das ex-alunas, mulheres que viveram dificuldades, experimentaram alegrias, usufruíram dos bens proporcionados pela escola e pela oportunidade de se tornarem mestras ou mulheres preparadas para os misteres da vida familiar e social.

#### **4.2 Narrativas de Professoras ruralistas**

*A reminiscência funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração. Ela corresponde à musa épica no sentido mais amplo. Ela inclui todas as variedades da forma épica. Entre elas, encontra-se em primeiro lugar a encarnada pelo narrador. (BENJAMIN, 1996)*

#### **Maria Assunção Gonçalves**

Dona Maria Assunção Gonçalves é referência para Juazeiro do Norte, principalmente por sua participação na história da Escola Normal Rural, bem como por ser uma pessoa muito atuante na vida social e religiosa de sua gleba. Amante da educação, da história e da memória, devota do Pe. Cícero, prima de Dona e Amália Xavier, artista plástica. Além do conhecimento sobre a ENRJN, possui um acervo documental e fotográfico referente à Escola que guarda com muito amor, zelo e orgulho. Assunção Gonçalves é sorridente, fala sempre com muita espontaneidade, porém não ficava muito à vontade com o gravador. Sua narrativa foi bastante objetiva, mas rica de conteúdo e de informações importantíssimas para o conhecimento sobre a história da escola pioneira. Seu dia é sempre muito cheio. Não param de entrar pessoas em sua residência: amigos, ex-alunos, educadores e pesquisadores. Passei dois dias em Juazeiro do Norte para realização da entrevista, feita em dois momentos entrecortados pela



chegada de amigos e visitantes. Entrevistei mais duas professoras ex-alunas e também professoras da ENRJN, mas problemas técnicos não permitiram a transcrição completa da entrevista com uma delas. A outra não apresentava elementos suficientes para a construção da história de vida. O nome de Assunção Gonçalves foi a mim apresentado pela professora Doutora Socorro Lucena, juazeirense que estudou na ENRJN, foi aluna de D. Assunção e escreveu trabalho sobre esta educadora e artista. A seguir a narrativa da ex-aluna e professora da ENRJN:

Nasci em 1916 em Juazeiro do Norte, filha de Francisco Gonçalves de Menezes e Isabel Telles de Menezes. Meu nascimento ocorreu na casa de meus avós, no centro de Juazeiro do Norte, nesta casa onde ainda resido. Morávamos no sítio Logradouro, próximo a cidade de Juazeiro. Além de mim, meus pais tiveram três meninos e uma menina. Dos cinco irmãos só dois sobreviveram, eu e José. Meus outros irmãos ainda morreram crianças e tudo indica que foi por intoxicação, devido a plantação de fumo de meu pai. Após a morte deles meus pais passaram a morar na casa da Rua Padre Cícero, onde nasci e vivo até hoje. Ainda criança fiquei órfão de pai e mãe. Após a morte deles fiquei sob os cuidados de mãe Zifina, uma das trabalhadoras que cuidava da casa e da comida do Sítio Logradouro. Zifina foi uma verdadeira mãe, que tomou conta de mim e da casa, na qual passamos a residir no centro de Juazeiro... Contávamos com a ajuda da família de minha prima Amália Xavier de Oliveira. Queriam que fossemos morar com eles, mas Zifina não aceitou e juntas enfrentamos a dureza da vida(...) Nunca faltaram amigos para nos ajudar(...)

Meus primeiros estudos foram feitos com uma professora particular, professora Argentina, em 1923. No primário fui aluna das professoras Stela Pita e Maria Gonçalves da Rocha Leal. Esta última

tornou-se diretora da Escola Normal Rural de Limoeiro do Norte. Tenho excelentes recordações do tempo de estudante. No Grupo Escolar Pe. Cícero e na Escola Normal Rural vivi os melhores dias de minha vida!

Comecei a lecionar aos 13 anos de idade, substituindo as poucas professoras existentes em Juazeiro daquela época. Tinha que trabalhar para ganhar algum *níquel* para ajudar Zifina. Comecei com uma turma de Jardim de Infância. Nela encontravam-se os irmãos Aduino e Humberto Bezerra<sup>26</sup>. Não sabia de nada, mas fui criando o meu próprio método, a minha pedagogia. Levava a turma de crianças para debaixo de uma árvore. Lá utiliza a própria natureza e os objetos nela contidos. Mostrava uma flor, uma folha, outro objeto e ia perguntando qual era a letra inicial daquele objeto. Formava, assim, o alfabeto e depois as palavras. Dessa forma alfabetiza os alunos.

À Escola Normal Rural de Juazeiro devo tudo: minha formação e o meu sustento, pois se não fosse a criação dessa escola jamais teria condições de prosseguir meus estudos e tornar-me professora. Ela foi muito importante para Juazeiro, foi exemplo para o Brasil. Deu oportunidade as moças que não tinham condições de estudar fora de sua terra, como eu, que fiquei órfão e era pobre(...). Hoje vivo de minha aposentadoria. Não sei o que seria de minha vida sem a minha formação de professora ruralista. Este diploma de professora garantiu não somente o meu ganha pão, mas a realização por ter contribuído com a educação da juventude do meu Juazeiro. A escola normal rural foi a continuação do lar, onde gozei do privilégio de doar-me em prol da educação de muitos filhos e filhas do coração, já que não tive o privilégio da maternidade natural.

Ela tinha o objetivo de prender o homem à sua gleba, ensinando o amor ao torrão natal, o conhecimento da terra e de seu

---

<sup>26</sup> Irmãos gêmeos que se tornaram conhecidos no cenário da política local, principalmente Aduino Bezerra que se tornara Governador do Estado do Ceará.

cultivo... Amália foi o grande baluarte da Escola Normal Rural, se não fosse por ela, com sua determinação, não teria ocorrido a fundação e todo o progresso e o respaldo que teve junto à sociedade cearense e brasileira(...).

Logo que Dr. Moreira propôs que fundasse uma Escola Normal Rural, Amália reuniu um grupo de meninas-moças, dentre elas, eu, naquela época bem jovem, que seriam as futuras alunas da escola. Conduziu-nos até o Pe. Cícero para falar da Escola, a que ela se destinaria, que tipo de formação ela daria para os seus educandos. A escola formaria os jovens para a vida!!! Ensinaria conhecimentos sobre Agricultura, pequenas indústrias, bordado, artes domésticas...Depois de tudo ouvir, Pe. Cícero disse: " *Amada* ( era como ele a chamava) , foi Deus e Nossa Senhora das Dores quem enviou esta idéia para nossa terra. É o que nós estamos precisando!"

A E.N.R.J era uma maravilha. Era muito voltada para a prática: cultivo de hortas, criação de galinhas e todo tipo de conhecimento ligado à terra. Dávamos assistência aos agricultores. O Clube Alberto Torres se destinava a isso. Além da instrução, fornecia adubo e inseticida para combater as formigas e outros insetos que prejudicavam as plantações. Nas aulas de *Civilidade*, as moças aprendiam tudo sobre etiqueta: como colocar uma mesa, a posição dos talheres, os tipos de taça, para água, vinho...No final do curso tínhamos que provar o nosso aprendizado, fazíamos e oferecíamos um banquete (jantar) para a Direção e professores e, o que era mais importante, para nossos pais.

Havia uma grande rivalidade entre as "meninas" do Colégio Santa Tereza, de Crato, e as meninas da Escola Normal Rural. Elas nos chamavam de " as professoras criadoras de galinhas", aquelas que só sabem arar a terra". E elas eram chamadas por nós de professoras

"pequiteiras"<sup>27</sup>. No entanto, a escola teve uma repercussão tão grande no Brasil, ao ponto de ser visitada por várias autoridades nacionais, grandes nomes da Educação da época, inclusive de Sud Menuncci, maior expoente da educação rural do Brasil e idealizador das escolas normais rurais. Inclusive, a primeira turma de normalistas rurais daqui, teve por paraninfo o próprio Sud Menuncci. Como me referi anteriormente, à escola normal rural devo tudo o que sou e o que tenho hoje.

Muito cedo comecei minha vida como professora, primeiro como substituta. Assim, iniciei a minha caminhada na Escola Normal, substituindo a professora Amália na disciplina de Psicologia. No Ginásio Santa Terezinha ensinava artes: trabalhos manuais e Alta Confeitaria<sup>28</sup>. Fui efetivada na ENRJN, onde lecionei Artes, Matemática, Agricultura e Criação de Pequenos Animais. Fiz até um curso de Aperfeiçoamento na Escola de Agronomia, chamava-se Projeto CADES,<sup>29</sup> para poder lecionar no Secundário. Além de tudo isso, exerci o cargo de vice-diretora da Escola. Sentia-me muito bem, entregava-me de corpo e alma... Percebia que as alunas gostavam de minhas aulas e isso dava-me mais forças e energias para continuar da melhor maneira possível o meu trabalho como educadora.

Considero que a escola cumpriu o seu papel. Juazeiro e a Região cresceram a partir da escola. O que nos entristece é percebermos que os projetos que são importantes para o país não têm continuidade. Até onde foi possível a escola cumpriu a sua missão. Ela nunca deveria ter mudado de nome e de finalidade<sup>30</sup>. Na escola se

---

<sup>27</sup> Referente a um fruto (legume) originário do cerrado e de marcante presença na região do Cariri, principalmente na cidade do Crato. O pequi é muito utilizado na culinária desta cidade.

<sup>28</sup> Dona Assunção é uma artista plástica. Uma de suas obras é o retrato de Pe. Cícero, que virou cartão postal. Além disso, é reconhecida por seus dons culinários, principalmente pela confecção de bolos decorativos; seus bolos confeitados são verdadeiras obras de arte.

<sup>29</sup> Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. Cursos de Férias oferecido às professoras para habilitá-las ao ensino secundarista.

<sup>30</sup> Em março de 1972, atendendo a reforma do Ensino, Lei 5.962/71, o Curso Normal Rural foi extinto. substituído pelo Curso Normal Pedagógico. No mesmo ano, através do Decreto 9.904, de

aprendia de tudo, até a fabricação de produtos industriais, como brilhantina, tinta, etc. Além da confecção de artesanato, principalmente de palha. Assim, as moças saíam com uma formação geral, que ia dos conhecimentos científicos ao desenvolvimento das artes e de trabalhos manuais, da aquisição de atitudes e valores morais. As moças que estudavam na ENRJ eram conhecidas só pelo andar... A postura que tinham... A elegância, A forma de olhar. Elas se tornavam excelentes donas de casa... verdadeiras damas!

### **Carmusina Monte Arraes Freire**

Cheguei até a residência de Dona Carmusina, em Fortaleza, após contato telefônico. Ela encontrava-se na relação de mais três professoras que se formaram na Escola de Limoeiro do Norte, indicada por um professor do Curso de História da Faculdade Dom Aureliano Matos, Unidade Acadêmica da Universidade Estadual do Ceará- UECE, em Limoeiro do Norte. Além de Dona Carmusina, entrevistei outra professora que não tinha o perfil que definimos para as narradoras, já que sua experiência profissional voltou-se para outras atividades que não a de Professora primária rural. Além de outras atividades, exerceu a função de professora universitária. A terceira professora alegou estar muito ocupada e não se disponibilizou a ser uma das narradoras da pesquisa. Os encontros com Dona Carmusina foram deveras importantes, repletos de emoções. Muitos risos, já que é algo constante na figura de uma mulher cheia de vigor e vontade de viver. Lágrimas, que nos faziam pausar o gravador. Envolvi-me em clima de muita emoção por conta da voz embargada e plena de sentimentos da narradora. A primeira entrevista foi muito longa. Na segunda, maior familiaridade entre entrevistadora e narradora. Adquiriti dois livros publicados

---

7 de agosto, a ENRJN e o Colégio Estadual passam a denominarem-se Centro Educacional Prof. Moreira de Sousa. Conf. OLIVEIRA, Amália Xavier, Op.Cit, ps. 387 e 391.

por ela, o que permitiu um conhecimento maior sobre sua linguagem erudita, culta e poética. A professora Carmusina é membro da Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno, academia literária fundada por Henriqueta Galeno, filha de nosso maior poeta popular e que ainda continua funcionando, embora pouco conhecida e divulgada na atualidade. O prazer de recordar saltita da voz dessa educadora, que em tom poético inicia o relato de sua trajetória pessoal, escolar e profissional:

Eu sou uma caminheira do porvir, desde criança tive o maior entusiasmo pelos estudos, sempre sonhei alto, queria voar como condor e hoje continuo do mesmo jeito, hoje eu tenho 92 anos, estou muito feliz e cheia de esperança, esperando viver meus 100 anos .

Nasci em 22 de maio de 1913, na Fazenda Várzea Nova dos meus pais e avós, onde meus pais moravam. Nesse tempo pertencia a Sabueiro, próximo de Assaré, que era outra cidade importante naquela época no meu sertão, lá no Sul do Ceará...!!! É de seis léguas para Assaré, eu não conhecia Sabueiro que era mais distante, a gente freqüentava quando era possível. Assaré! fiz uma crônica até com Assaré, e a crônica dizia *Assaré penso em você*. Eu tenho escrito aqui, foi publicado nos jornais aqui de Fortaleza.

Meus pais chamavam-se Gasparim Monte Arrais e Maria Cecília Andrade Arrais. Então, saí para a cidade de Iguatú com minha avó, que era uma mulher lúcida. Eu fui a primeira neta dessa casa, dos meus avós, fui muito querida, tive uma assistência maravilhosa... Fui uma criança muito feliz, pais maravilhosos! Ai fui com minha avó, que me criou com todo carinho, com todo amor.

Comecei os meus estudos aos nove anos de idade. Estudei as primeiras letras em Iguatu. Lembro-me de tudo de Iguatú, no tempo que eu fui criança lá. Fui alfabetizada por uma professora

chamada D.Isa, só me lembro do seu primeiro nome, D.Isa! Passei alguns anos por lá, um ano ou dois(...) e minha avó foi para Fortaleza com os filhos que precisavam estudar e prosperar. Então me levou, eu continuei sendo criada por ela.

Quando cheguei aqui em Fortaleza ainda era o tempo do bonde, vi ainda os bondes, não era a luz elétrica não, era a vapor. Então aqui continuei os meus estudos, já que estava alfabetizada. Fui para o colégio das Dorotéias, uma maravilha esse colégio onde eu estudei. Lembro-me perfeitamente, a Diretora era uma francesa e a Madri Balestra era uma italiana que nos dava aula de civilidade, aula de boa postura, de bom comportamento, de formação moral, aulas de ética. A professora ensinava até como deveríamos andar na rua, dizia que a mulher ao andar acompanhada de um homem, deveria sempre se posicionar do lado do muro e seu acompanhante do outro lado, demonstrando com isso fidalguia. Assim, de tudo nós recebíamos...Fui me formando dessa maneira, diferente do mundo de hoje que eu estanho e não gosto muito de falar, porque se não vão pensar que eu quero ser mais do que todos [ risos...], passar por cima, e ser alguma coisa mais, nada disso! Mas foi isso o que aconteceu na minha vida infantil nas Doroteias, fiz a 1º comunhão; recebi ensinamentos maravilhosos; fiz até o 4º ano, antigamente chamavam curso de admissão. Porém, nesta época minha avó transferiu-se para o interior e então me colocou no Colégio Santa Tereza, do Crato.

Crato era a terra da minha família Alencar Arais, minha avó é de Crato e destas famílias que hoje são muito conhecidas no Ceará. Família Alencar, do escritor José de Alencar e da famosa Bárbara de Alencar e dos Arrais, família muito conhecida no Brasil todo.

O colégio Santa Tereza era maravilhoso! Tinha sido fundado a pouco tempo, conheci a Madri Couto, que foi a primeira

Diretora desse colégio. Tive como inspetora a Raquel de Queiroz, foi ela quem fiscalizou os meus exames de 5º ano. Esse fato muito me orgulha, todos os dias eu lembro... Raquel de Queiroz bem mocinha foi minha examinadora. Então fui examinada e lá cursei o ginásial. Dessa forma, cursei o ginásial no meio da minha família, que era toda do Crato. Alexandre Arais, meu primo, à época era o Prefeito de nossa cidade.

Fiquei interna no colégio Santa Tereza, colégio também muito bom, bem organizado, fiz muito bem feitinho. Eu era muito estudiosa, sempre tirei as melhores notas. Lembro-me de minha vida que, enquanto eu era estudante dos primeiros anos eu nunca tirei, deixei de tirar o primeiro lugar, apenas 2 vezes eu cedi pra uma menina maravilhosa, que foi minha colega na Escola Normal já em Limoeiro, quando me transferi para lá, porque ela era muito inteligente, muito mais jovem do que eu, uma menina maravilhosa que hoje é freira, ainda viva.

Terminei meu curso de Admissão e ginásial no Crato. Eu tinha loucura para estudar... Surge a oportunidade com a fundação da Escola Normal de Limoeiro do Norte, quando D. Maria Gonçalves foi convidada para ser a 1º Diretora, fundadora da escola Normal de Limoeiro do Norte. Maria Gonçalves da Rocha Leal era Caririense, filha de Juazeiro, moça brilhante que recebeu, no Rio de Janeiro, o título de Estrela do Ceará<sup>31</sup>.

Pois bem, então D. Gonçalves era amiga do meu tio Monte Arrais, que morava no Rio, era Deputado Federal, tinha sido estadual aqui. Ele me adorava, eu era a primeira sobrinha dele. Ele tinha muito gosto por mim e por meus estudos, me ajudou muito, me protegeu com dinheiro com tudo que ele podia. Então, amigo de D. Gonçalves e

---

<sup>31</sup> Dona Maria Gonçalves Assunção participou do mesmo curso que Dona Amália realizou no Rio, no ano de 1933. Era uma professora muito conceituada e de inteligência brilhante. Dona Carmusina dedica-lhe um artigo em seu livro, já citado anteriormente.



sabendo que ela seria diretora dessa escola que ia ser fundada e formar a 1º turma de professoras rurais em Limoeiro, disse ele: "leve minha sobrinha pra lá, pois ela é muito estudiosa e eu quero que seja você quem a eduque". Isso porque ele sabia quem ela era, a mulher inteligente, bacana... D. Gonçalves me fez o convite, ai eu fui estudar em Limoeiro do Norte.

A primeira escola rural foi a de Juazeiro do Norte, depois teve essa de Limoeiro. A de Limoeiro do Norte foi influenciada por Sud Menuncci de São Paulo, que era um grande ruralista e Chiquinha Rodrigues, educadora paulista que tinha também o ideal ruralista e que veio de São Paulo para visitar nossa escola, para conhecer de perto como acontecia o trabalho na escola normal rural.

Quando a escola foi fundada em 1938, D. Gonçalves foi em busca de formar a primeira turma. Essa primeira turma não foi possível formar com moças de Limoeiro do Norte. Não tinham meninas preparadas, por não ter feito o ginásio, porque o ginásio era para os meninos, para a parte masculina, por isso que foi fundada a escola normal para ilustrar as mulheres. Nós não podíamos ficar pra traz! Então iniciei, éramos quatro: Carmusina Monte Arrais, Ailce Bezerra Maia, Maria José Gurgel Guedes ( essas duas eram de Morada Nova) e Luci Mourão e Silva. Maria José se tornou freira. Eu e Ailce éramos as mais velhas. Luci era filha de Odílio Silva que foi o nosso maestro. Nós tínhamos um Orfeu maravilhoso e ele era quem compunha as letras, nos orientava.

Nossa escola normal tinha um campo de esportes, lá se fazia festas lindas, eu me lembro de uma festa que fizemos muito bonita. Formamos, eu e as outras meninas o nome Escola Normal Rural, na posição de ginástica. A sociedade de Limoeiro era convidada a assistir todas as festas que D. Gonçalves fazia, não passava uma data cívica que não fosse comemorada em nossa escola, tudo isso criado e

orientado pela nossa grande "estrela do Ceará", que era a D. Gonçalves.

Tinha, também, o clube Agrícola Euclides da Cunha, nome muito apropriado, homenagem ao grande escritor de os *Sertões*. Sempre fui admiradora dele, era um dos meus escritores preferido. O clube, como o nome já diz, se dedicava à agricultura, pois falava sobre o campo e sobre às coisas do campo, difundindo a idéia ruralista que tinha o objetivo de engrandecer os camponeses, proporcionando conhecimento para eles.

Haviam muitas atividades e palestras promovidas pelo clube agrícola e as alunas participavam bastante. O Dia da Árvore era o maior dia de nossa escola. Fiz um trabalho para esse dia, era um poema sobre a árvore. O dia era muito comemorado porque era dedicado às coisas relacionadas ao campo. Nas reuniões do Clube Agrícola se discutia o que as meninas iam falar, sobre aquilo que elas iam declamar... As poesias. Em todas as sessões que haviam, uma declamava, outras falavam de improviso. D. Gonçalves incentivava para que ninguém tivesse acanhamento de falar... Por isso fiquei desse jeito, "*espilicute*", muito falante... Era obrigada!

Fundamos um jornal na escola. Fui eu quem dei nome e tudo. Me entusiasmava muito. Minhas colegas de classe atendiam a mim, talvez por ser uma das mais velhas e dessa forma, mais entusiasmada... Tudo que eu queria..., pronto, elas iam comigo, todas me ajudavam. Um dia eu chamei as meninas e disse: meninas vamos fazer um jornal para nossa escola! Então fomos nós quatro. Nós éramos muito unidas e eu era quem sempre dava a idéia e elas iam comigo, principalmente a Mazé que era muito entusiasmada também. Pegamos uma folha de alçaço... papel alçaço como jornalzinho. Fizemos tudo com régua, dividindo pra botar os artigozinhos, besteirinhas que a gente fazia, bobagem, mas era uma coisa que saía da alma, muito profundo, era maravilhoso.

Então escrevemos o jornal... Coloquei o nome *Voz do Campo*. Como deu certo! Coisa do campo... D. Gonçalves quando viu ficou entusiasmada: "*Que coisa linda Carmusina, foi você quem deu o nome?*" Fui eu quem dei o nome... As meninas reforçaram: *Foi Carmusina quem inventou esse jornal, quem deu o nome...*" Dona. Gonçalves então falou: "*não vai ficar na folha de Almoço não, vai ser publicado na Gazeta de Notícias, vai ser lido e editado lá*". E realmente aconteceu, D. Gonçalves falou e, como era amiga de todo mundo, já que todos a conheciam, principalmente pelo trabalho que ela tinha com aquela escola... Assim foi editado o jornal. No dia que chegou pela primeira vez, fomos todos pra rua com o jornal, vender na cidade, todas as alunas foram, foi uma maravilha! Ele durou algum tempo, mas não foi mais editado devido às dificuldades econômicas. Ainda foi publicado muitas vezes.

A nossa escola normal tinha de tudo, foi uma escola de verdade. Fizemos três anos normais pedagógicos, mas o curso era diferente porque tinha a parte rural, então nos tínhamos jardim, horta... Terminei o meu curso em 1941, comecei em 1938. Nós quatro formamos a 1ª turma, Foi a coisa mais linda nossa festa, idealizamos tudo. Fui a oradora da turma. Quando botei o meu anel, mandado pelo o meu tio Monte Arrais, do Rio de Janeiro, com uma esmeralda linda, brilhando no meu dedo foi a maior alegria da minha vida. Senti-me realizada por que eu queria ser alguma coisa e tinha conseguido, fiquei muito feliz, foi uma festa belíssima, Dona Gonçalves chamou Edgar Nunes, maestro de uma orquestra de Fortaleza. Além da orquestra, foram Bailarinas aqui de Fortaleza...Para Limoeiro foi um acontecimento! Dona Gonçalves era uma mulher de uma visão imensa, era poliglota.

Nesse tempo, o governador era Menezes Pimentel e foi quem me nomeou Diplomada. Meu tio Monte Arrais pediu para ele me nomear inspetora da Escola Normal, no lugar do Dr. Araquém Carneiro

que foi meu inspetor, ele morreu e eu fiquei no lugar dele. Tinha acabado de ser diplomada, mas graças a Deus dei conta e teve até um Secretário de Educação que fez muitos elogios aos trabalhos que eu enviava, eram os relatórios da escola. Fiquei muito feliz por isso e assim fui caminhando e crescendo na cultura e sempre com entusiasmo. Esse mesmo entusiasmo transmitia às minhas alunas quando eu ensinava. Ensinei História da Civilização: desde o homem das cavernas... Andei pelas Américas, pelos Incas, pelos Astecas... Tudo isso eu conheci e tudo hoje está fugindo de mim é tudo fantasma para mim [ risos...].

Trabalhei muito em horta, fiz um curso pra poder orientar e tomar conta da horta. Tinha muito gosto por isso, adorava a natureza, as plantas, as flores que sorriam-me! Então Dona Gonçalves me escolheu para fazer um curso aqui na Escola de Agronomia com o professor Prata. Ele me ensinou tudo de Horticultura e coisas camponesas. Fiz esse curso para poder orientar as meninas da Escola Normal Rural, que nesse tempo tinha o título de rural e depois perdeu esse nome, pois ficou só escola normal pedagógico... Perderam o entusiasmo pela coisa mais linda que era o ensino rural, natural, para ajudar os camponeses, fazendo com que as meninas que iam surgindo pra vida, adorassem as coisas do campo para, dessa forma, tudo preservar.

Dedicava-me por inteiro a minha missão de educadora. Mas outro sonho realizaria em 1949. O "meu sonho cor de rosa". Encontrei o meu Querido no outono da vida. Ele chamava-se Raimundo Nonato Freire, conhecido por todos como Michico. Foi Prefeito de Limoeiro do Norte, no período de 1950 a 1954. Ele era conhecido popularmente por esse apelido. Eu achava muito feio, era uma denominação que não estava à sua altura. O nomeio de meu querido, até hoje assim o chamo. Meu marido partiu e deixou um imenso vazio. Escrevi um livro sobre sua vida. Ele nunca saiu de meu pensamento e

de minha vida. É como se estivesse vivo. Ao falar em seu nome ainda emociono-me, apesar de já ter se passado tanto tempo de sua partida. São 42 anos de viuvência, mas a sua presença é constante, como se estivesse sempre comigo.

Viúvo, com sete filhos, tornou-se ele meu caríssimo esposo. Tomei o título de esposa e a láurea de madrasta de sete enteados. Dei-lhe muito amor e assumi a responsabilidade do governo da casa. Além dos enteados recebi nos meus braços como filha, uma sobrinha, filha de irmã falecida. Ela se chama Aurenice Andrade Arrais, filha muito querida e que me deu netos muito maravilhosos e inteligentes.

Mesmo assumindo as tarefas do lar continuei em minha caminhada na educação. Pois considero ser um dom divino e por isso quero concluir minhas palavras com uma mensagem para a professora entrevistadora" *Que o seu amanhã seja uma constante aurora, iluminando o cego que lhe pede a luz, porque assim é ser professor, ensinar é dá a luz ao cérebro, é proporcionar conhecimento aos que dele necessitam*

### **Maria Elvira Costa de Lima**

Dona Elvira foi a primeira professora a ser entrevistada. O primeiro encontro ocorreu em sua residência em Quixadá. Conheci-a em uma Mesa Redonda no recém-fundado Liceu quixadaense, que recebeu o nome de sua mãe. No referido evento, discutia-se a história da Educação de Quixadá a partir do relato de professoras mais antigas do Município. Ela é uma senhora muito doce, educação refinada, gentil. Teve certo receio para enfrentar o gravador. No primeiro momento, ficou emocionada, mas feliz em poder contribuir com um trabalho como esse. O relato de Dona Elvira foi fundamental para a definição do

meu objeto de pesquisa para doutoramento, já que o mesmo ainda estava vago em minhas idéias. A primeira entrevista foi realizada no momento da elaboração do Projeto de Tese. Sucederam-se outros encontros, sendo o último após a textualização de seu relato em primeira versão, apresentada na segunda qualificação de tese, em setembro de 2006. Apresento a seguir a narrativa da Professora Elvira, menina do sertão que dedicou toda a sua vida ao magistério.

Nasci no dia 21 de Setembro de 1924, filha de pais pobres, humildes, muito honestos. Meu pai se chamava Francisco Segundo da Costa e minha mãe Maria Cavalcante da Costa. Ele era funcionário público, trabalhava na Prefeitura Municipal de Quixadá. Éramos sete irmãos, quatro mulheres e três homens. Fomos criados com muita honestidade, muita amizade, muito amor... Gostava muito das brincadeiras antigamente, eram muito sadias, eu fui do tempo de brincar de roda, da ciranda cirandinha, de chicote queimado. A nossa diversão era boneca e hoje não existe mais, as meninas pendem logo para o sexo, é muito diferente da criação de antigamente, meus pais eram das primeiras famílias que compôs o Quixadá. Nós éramos muito felizes, eu nasci no tempo da obediência, quando os pais nos criavam com muito rigor, todo passo que a gente dava, tinha que dá satisfação.

Somos da religião católica. Meus pais toda vida foram muito católicos, minha mãe era presidente da associação de caridade. Ajudavam as pessoas, era muita miséria nesse tempo. Minha nossa senhora! E os terços que tinham à noite...A gente só ia dormir quando depois de rezar. As vezes chegava visitas, e a gente dizia, mamãe deixe pra manhã!!! Não senhora, vamos rezar o terço. Toda noite tinha aquele terço. Graças a Deus que sou católica, não sou carola, mas...Não sei como é que uma pessoa vive sem ter fé em Deus. Faço meus agradecimentos toda noite até pelas coisas que eu peço e não alcanço, que eu acho que é pra felicidade da gente.

Minha mãe era professora. Foi a primeira professora formada aqui do Quixadá. Ela estudou e se formou na Escola Normal de Fortaleza. Mesmo sendo profissional tinha controle total sobre a família, a educação dos filhos. Era muito rígida, ela nós criou com o olhar. Quando chegava alguma pessoa mais de idade, ela não deixava, só fazia olhar, nós íamos lá pra dentro para não escutar as conversas de gente grande e quando discutíamos, só em ouvir, ela já chegava com o chicote. Apanhar? Todos apanhavam pra ninguém discutir e ficar todo mundo unido. Ela não procurava nem saber quem estava brigando ou não. Para agente ir para casa de um vizinho, primeiro pedia. Tinha que perguntar qual era o vestido que ia vestir, tudo isso era a mãe quem governava e a agente aceitava com muito amor, o que ela dizia. O interessante é que mãe da minha mãe era analfabeta porque a mãe dela não ensinou os filhos. Era muito rígida a minha bisavó, não permitia que as filhas aprendessem para não escrever pros namorados.

Meu pai tinha dificuldade em castigar a gente, mas a minha mãe nos castigava. Ninguém teve trauma nenhum com isso! Procurei criar meus filhos como ela nós criou. Graças a Deus eu tive seis filhos, sou casada, sou muito feliz com meus filhos. São quatro casados, tem dois solteiros ainda, mas procurei criar com a mesma criação de minha mãe. Eles ainda hoje me obedecem, são casados mais ainda hoje me obedecem, como se fossem bebês.

Naquela época as pessoas estudavam muito. E alias, lá em casa, todo mundo..A minha mãe botava a gente pra trabalhar muito cedo. Eu ia aprender labirinto e então, fazia labirinto para fora. Em relação ao estudo, não tinha isso não, tem que passar! Nós tínhamos obrigações em casa, ela criou a gente assim, sabe? As vezes, quando tinha prova, nós íamos lá, não tinha luz nesse tempo, a luz só era até as dez horas, levava lamparina lá pro fundo do quintal e ia estudar até de madrugada. Ela não tinha esse negócio não, porque a gente tava

trabalhando pra ganhar dinheiro... Era uma pratica muito boa, a gente começava a trabalhar muito cedo, chegava com o dinheiro e entregava a ela. Outra coisa, a gente se ajudava sempre, ganhava logo pra ajudar os pais. Agora existe muita facilidade.

Mamãe comprava aquele lápis... Era no tempo do tinteiro. Canetinha... Amarrava tinteiro no cordão. Quando íamos para o grupo, ela botava aquele lápis, fazia aquela fundinha, assim, amarrava a borracha e dizia: esse lápis é pra durar muito! Ainda botava aquela lapizeirazinha. Hoje os meninos têm um lápis deste tamanho e não querem mais.

Fiz o primário no primeiro grupo escolar de Quixadá, o José Jucá. Depois fui pra Fortaleza, fiz três anos na Escola Normal Justiniano de Serpa. Mas eu não me acostumava, chorava demais, quando passou a ter esse curso rural de Quixadá, então eu vim. Comecei desde o exame de Admissão, perdi três anos de escola normal lá de Fortaleza.

O colégio funcionou primeiro em uma casa, em uma vila, era uma residenciazinha. Que por sinal, quando eu me casei fui morar na mesma casa que era o colégio. Então o colégio foi feito, foi inaugurado, foi construído com muita dificuldade. As alunas mesmo iam tirar esmola andando de pé dois, três léguas pra pedir prendas para fazer leilão e todo mundo ajudou. Bem, foi feito pelo povo de Quixadá.

Então o curso era rural e a nossa diretora era uma irmã, era do colégio das irmãs, que veio da Serra do Estevão. Era uma alemã, muito rígida, muito respeito agente tinha a ela. Até o comprimento da saia ela media, e quando agente estava passando três dedos abaixo do joelho ela desmanchava o abainhado, ninguém tinha o direito de colocar uma pintura, nem um broche qualquer na farda, ela examinava



tudo. Fiz, portanto, o curso de professora ruralista. Instituto Sagrado Coração de Jesus, foi o primeiro nome dado ao colégio. A primeira turma, de 1940 até 1945, formou oito alunas. A matéria principal era a agricultura e eu fiz o curso com muito amor, porque toda a vida o meu ideal era o de ensinar. Eu tinha muita paciência com os alunos e mesmo como estudante ia ensinar, tanto que quando me aposentei tive dois anos de substituta efetiva.

Era muito diferente, o colégio e mesmo as alunas. Era, assim, uma irmandade. Aquela confiança que agente tinha era muito diferente de hoje. A irmã superiora daqui, tinha um balançado de cabeça, sabe? Ela tinha doença de parkinson. Mas, era só ela chegar na porta e a gente ficava logo com medo dela. Mas era um medo com amizade. Era bem rigorosa, ela não consentia uma aula vaga, sempre procurava um meio da gente ficar na classe, em silêncio, ela não admitia de jeito nenhum esse canalhismo de hoje. Essa falta de respeito. Nós tínhamos obrigações.

Como matéria mais importante era agricultura, estudávamos pela manhã, era até as 11:00 horas, com aulas de teoria. Do meio dia pra tarde eram as práticas, trabalhos manuais. Nas Quintas-feiras eram as aulas práticas, lá na Lavoura Seca. Nos íamos todas, quase duas léguas a pé, do meio dia pra tarde, com chapeuzinho de palha para enfrentarmos o sol do sertão. Para essas aulas íamos mais à vontade. Era um campo agrícola, a Lavoura Seca, a gente tinha aula do agrônomo, que tomava conta da fazenda. Lá aprendíamos na prática. Era ele plantando e agente também indo plantar; ele explicando quantas sementes, a gente botava na cova... Era aula prática.

Tínhamos todos os dias, trabalhos manuais. Quem não fizesse cinco trabalhos durante o ano (bordado, pintura, labirinto...),

não tinha nota de trabalhos manuais. E em relação às outras disciplinas, existia Psicologia, Matemática, Português...

Português era tudo com regra, era muito bacana. As avaliações eram muito rigorosas. Naqueles tempos era oral e escrita. E por exemplo, tinham dez pontos de história. Elas sorteavam primeira questão: Descobrimento do Brasil, era pra gente fazer aquela questão, com as palavra da gente, narrar o Descobrimento do Brasil. Na segunda questão já sorteava outro ponto, quer dizer que a gente tinha por obrigação saber na ponta da língua aqueles dez pontos. Ai vinha, tirava,... Por exemplo, se aquele segundo ponto fosse Inconfidência Mineira , a terceira questão, outro sorteio, até completar as cinco questões. E assim, tínhamos, por obrigação, saber todo o programa, por que eram sorteadas. Hoje é muito fácil, fazem-se o questionário. Hoje não se valoriza muito o conteúdo.

Naquela época a relação dos professores com as alunas era muito boa, muito boa mesmo! As irmãs eram muito amigas da gente, apesar de todo o rigor, havia fiscal, vinha outra irmã para fiscalizar as provas, pois não admitiam pesca de maneira alguma. Lá a gente aprendia música, mas era só canto, fazíamos quatro vezes, a turma da primeira, da segunda, da terceira e da quarta. No Colégio Tinha a diretoria e a parte burocrática, as secretárias que nos observavam, até no recreio, elas vigiavam a gente. Quando tinha duas alunas conversando, a Diretora lá chegava e pronto. Quando tinha palestra não deixava ninguém conversar. Toda semana eram escaladas duas irmãs para vigiar na hora do recreio . O colégio era só de mulheres. Já existia o colégio só para os homens aqui, o Colégio do Padre. Só muito depois se tornou misto.

A vigilância era muito grande também em relação ao fardamento. A Irmã Superiora ficava na porta e, ao passarmos, marcava o tamanho da saia, quatro dedos abaixo do joelho. Se

estivesse um dedinho a menos do joelho, desmanchava o *abainhado* (ou *embainhado*?) todinho. Faziam essa vistoria toda semana. Existiam duas fardas, uma usada diariamente e a outra era de gala, só para os dias de festa. Essa era de blusa de pala, com mangas cumpridas. . As professoras eram vistas com muito respeito. Primeiro porque elas se vestiam muito bem. Ave Maria! A professora não podia andar com roupa cavada, tinha que ser bem comportada. As madames diziam que era para dar bom exemplo aos alunos. A disciplina de Religião era sagrada, elas faziam prova de religião. A irmã Dalva, que hoje é diretora lá da Serra do Estevão, nos ajudava muito, ela e a Eneida, duas irmãs, que se tornaram freiras. Aqui deu muita freira, de nossa turma de oito alunas, quatro se tornaram freiras.

Em relação a formação da escola, ela se destinava às coisas do campo. Existia a disciplina sobre Agricultura e era dito sempre pelas professoras que a formação da professora da escola normal rural tinha por objetivo formar, educar as pessoas do campo. Sempre tive essa vontade de ser professora. Quando era pequena, sempre brincava de escola e quando eu já estudava, alfabetizava os meninos todinhos da rua. Tinha, assim, um ideal mesmo de alfabetizar, de ser professora.

No tempo de estudante da escola, fomos fazer uma excursão, só uma semana, lá na Guaiúba. Na fazenda que pertencia ao Ministério da Agricultura e que chamavam Campo de Sementes. Foi uma coisa maravilhosa. Ficamos em uma casa linda e todo dia íamos para as aulas práticas, ministradas pelos agrônomos de lá. Tinham uns capatazes que à noite iam fazer seresta. As irmãs impediam, elas nos acompanhavam e vigiavam. Depois fomos para uma excursão em Juazeiro do Norte, para fazer a mesma coisa. A gente pensava que o colégio ia eternamente ser rural, e que se estenderia, mas depois passou a ser só normal , pronto acabou-se. Durou poucos anos como

curso rural<sup>32</sup>, depois tornou-se um curso normal regular como o de Fortaleza.

Eu me diplomei com 19 anos, ai fui ensinar numa fazenda aqui particular. Mas antes...!!! O início de minha profissão, foi o seguinte: quando eu me formei, como minha mãe e meu pai não queriam que eu me casasse, então eu fui para Fortaleza, fui morar lá, fui então transferida para Parangaba, ser mais uma professora substituta e, depois, o Secretario de Educação que era o Valdemar Alcântara, parente da minha mãe, queria me botar como secretária dele, mas uma professora que trabalhava com ele chamou a mamãe e disse que eu não quisesse... para não ficar mal falada.

Era muita engraçada a arrumação, a forma como era feita a lotação das professoras. Primeiro, tinha essa professora que trabalhava na Secretaria de Educação, então havia uma lista de lugares...De primeiro era assim, lugares que não tinham professora... Então ela viu Califórnia, perto de Quixadá, ai botou meu nome. Era assim... não tinha pistolão nem nada não, quando estava vago e tinha uma professora... Fui contratada pelo o Estado para lecionar nessa escola isolada. Naquele tempo era muito difícil encontrar uma professora formada. Assim passei a ensinar na Fazenda Califórnia. Ensinava Alfabetização, segundo ano, terceiro ano...Tudo junto num só salão. Nesse tempo era assim e não atrapalhava. Eram varias series? Eu fazia quebra cabeça com eles, fazia com cartolina. O material didático quem fazia era a gente. Nos tínhamos Inspetor escolar. Inspetor escolar vinha, para poder, assim, a gente receber o dinheiro. Fiscalizavam tudo, ficavam assistindo aula da gente. Tudo! Tanto que o meu inspetor foi poucas vezes, porque disse que achou a escola muito bonita, eu me esforçava muito, era muito organizada, quando eu queria que ele assinasse os papeis, eu ia lá e perguntava: Porque o senhor não

---

<sup>32</sup> Segundo o memorialista e escritor, Sr. João Eudes da Costa, irmão de Dona Elvira, a Escola Sagrado Coração de Jesus funcionou como o Ensino Normal rural até 1959 ( ver obra citada, 2003).

vai lá? *Não, porque a sua escola eu já assisti várias aulas. Quando o professor não estava fazendo do jeito que era para ser, denunciava e ele perdia o emprego.*

Cada escola tinha um inspetor, que era o fazendeiro de lá mesmo. Eram aquelas pessoas que tinha um nível, mais ou menos de instrução. Assim botavam para ser inspetor escolar. Olhavam, fiscalizavam os horários... Teve uma época que não era permitido Religião, foi justamente na época que minha mãe foi premiada para vir para a sede de Quixadá. Quando chegou lá, disseram: a senhora não está com seu horário de religião permitido. Ela ai disse: *Não, mas eu dou religião depois do horário! Somente a partir das quatro horas da tarde que eu dou.*

Depois do trabalho na California fui transferida para o Grupo Escolar José Jucá, na sede de Quixadá. Lá ensinava Agricultura, em todas as séries, do 1º ao 5º ano, eu tinha cinquenta e cinco alunos em cada classe. Nessa época a disciplina de Agricultura era obrigatória em todo Grupo Escolar, em todo colégio. Na Califórnia ensina aquelas disciplinas que eram normais, como Português, Matemática, História, Geografia e Religião. Não constava a disciplina de Agricultura.

No meu tempo tudo era muito difícil. Quando fui para Califórnia, não sei dizer, mas nem quanto recebia, só sei que não dava para me sustentar. Mas, me sentia bem demais. Eu fazia de coração, lá eu fazia, tinha uma capelazinha, era de São Francisco, eu fazia procissão, fazia drama...Tinha amor pelo que fazia. Além do que, passamos a achar que a mulher não podia ser um parasita, só viver as custas do homem. Isso de primeiro dava sempre certo. Eu pelo menos sempre fazia tudo: cozinhava, lavava,.. Passei a ensinar a noite, para dar mais atenção aos meus filhos, ensinava meus filhos, eu nunca os botei em escola particular, eu era muito rígida com eles.

Como eu, todas as minhas colegas de turma assumiram o magistério primário. Uma foi para Aracoiaba, outra foi para Limoeiro, a Estela Ribeiro formou-se e ensinou no próprio colégio das Irmãs. A outra foi aqui para o grupo rural, todas ficaram ensinando. Depois as duas que foram ser freiras, uma foi para Belém, a outra está aqui, sendo diretora superiora da Serra do Estevão, a irmã Dalva.

Meu marido trabalhava nos fomentos agrícolas lá da Fazenda Iracema. Eu ficava aqui e ele trabalhava lá, era antiga EPACE. Ele também era da área agrícola, era de Serra Azul, em Ibaretama, antigamente pertencia ao Município de Quixadá. Lá tinha uma fazenda, em Serra Azul, Juazeiro. Apesar de não ter formação escolar sempre foi muito inteligente. Ele é quem fazia os requerimentos da repartição, o Agrônomo da Fazenda colocava tudo para ele. Pode crer que ele é tão inteligente, que fez a carta do ABC, a metade da carta de ABC, porque nesse tempo era muito difícil professor. No seu tempo, tinha que andar uma légua, depois a moça deixou de ensinar, e os pais dele também eram analfabetos. Apesar do pouco estudo, conversava muito bem, uma memória...! Ele sempre lia muito, e a gente admirava como é que uma criatura que só fez a metade da carta do ABC tinha um conhecimento desse. Mas nos separamos depois de trinta anos...Eu me separei. Mas ele era uma pessoa maravilhosa, um bom pai... Eu mesmo sou muito amiga dele. Ele era um pai maravilhoso, nunca deu nos meninos, tinha coragem não. O que passou, passou... Relembrar o que foi bom! Momentos felizes!

Abracei minha profissão de professora com muito amor. Ficava satisfeita quando eu via o aproveitamento, porque eu ensinei desde o jardim até o quinto ano. As professoras do primeiro ao quinto ano organizavam e faziam festa, tinham aqueles quadros... Os alunos tinham muito respeito. Existia uma rigidez acompanhada de respeito. Porque quando eu fui vice-diretora, eu ia de classe em classe. No tempo que o Marinho era Inspetor Escolar, ele às vezes chegava no

turno da noite e dizia: Dona Elvira não está havendo aula não? Eu não admitia nem que eles puxarem uma carteira, assim... Eu chegava na porta e dizia: meu filho se você não pode puxar a carteira me chame. Também tinha muito cuidado, porque no turno da noite estudavam adultos, eu tinha muitas maneiras de não criar problemas com eles. Tinha alunos que chegavam, às vezes, embriagados.

Os alunos da Califórnia... Esses é que eram mesmo, me respeitavam demais, não faltavam aula, quando faltava a mãe vinha dizer, porque tinham faltado. Eu era muito querida lá. Eram bem pobres. Vinham de tamanquinho... Eu fui fazer uma coroação lá, vesti os meninos todo de branco. Foi a coisa mais linda essa coroação, corou a nossa senhora, a filha e a empregada do fazendeiro. Na escola estudava tanto o filho do fazendeiro como do agricultor. Ensinava os filhos do fazendeiro da mesma forma que os outros.

Fui Vice-diretora do José Jucá em 1966, na época do Regime Militar. Como a política do município era ligada aos militares, não sofri perseguições. Na época quem era Governador era Virgílio Távora e o Prefeito de Quixadá era o Eliezer Forte, prefeito por duas ou três vezes. Não sentia interferência, mas na escola não se podia falar em política.

Lecionei durante trinta e dois anos, no período em que o ensino era melhor e o professor era mais valorizado. Hoje é muito diferente, o professor não tem nem mais direito de reprovar o aluno. Antigamente, até os pais nos respeitavam. Os alunos tinham a gente como mãe. Hoje a professora é desmoralizada na classe, não tem cooperação dos pais, porque os pais não vão nem verificar se tem dever de casa, antes eles achavam que eram seus filhos que não queriam aprender, já que os professores tinham muita boa vontade.

## **Maria Lourdes Setúbal Feitosa Freitas**

Ao saber do objeto de minha pesquisa, uma professora da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central-FECLESC- UECE, em Quixadá, informou que a mãe de uma colega sua havia estudado na Escola Normal de Crateús. Por coincidência favorável do destino, Glória, filha de Dona Lourdes, pertencia, como eu, ao mesmo grupo de doutorandos recém ingressos no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará-UFC. Por meio da filha, o primeiro contato com Dona Lourdes, uma senhora de aparência muito jovem para a idade cronológica, calma, gentil, um pouco tímida. Demonstrou muita disponibilidade para colaborar com a pesquisa. Indicou nomes das amigas suas, também residentes em Fortaleza. Abriu seus arquivos, disponibilizou um caderno e um manual sobre a história da ENRC. Outros contatos, outros encontros para complementação da narrativa. No último encontro, quando apresentei a textualização de sua narrativa, a Professora Lourdes mostrou um diário com toda a sua história de vida, manuscrito cuidadosamente organizado e ilustrado com fotografias que denunciam os momentos mais significativos da trajetória de uma moça do sertão dos inhamuns, que se tornara professora, esposa, mãe. Eis esses passos narrados por ela mesma:

Nasci em um Distrito de Tauá, no dia 16 de março de 1930  
... Meus pais se chamavam, Jorge Setúbal de Oliveira e Ajemira Gomes de Freitas. Meu pai era pecuarista. Porém, fui criada por uma tia, Aurora Santana de Oliveira, que não teve filhos . A infância passei lá com ela. Estudei, fiz o curso primário e cresci lá em Tauá. Depois fui para Crateús para fazer o curso normal rural. Chegando lá fiz a 4º



serie ou exame de Admissão. O exame de Admissão, que era um verdadeiro vestibular! Naquele tempo era muito rigoroso...

Meus pais tiveram onze filhos. Meus dez irmãos... Brincava com minhas irmãs. Apesar de ser criada por minha tia, nós morávamos perto, fui criada por ela, mas nem chamava de mãe, chamava papai e mamãe os meus pais. Assim, eu não fui criada separada dos meus irmãos. Morávamos na zona rural. Meus pais moravam na Fazenda e eu com minha tia ficávamos na vila, era próximo da fazenda.

O ensino era muito bom, porque naquele tempo era aqueles pontos, tinha poucos livros: livros de textos, livros de português, gramática e de matemática e o resto mais eram pontos copiados. A gente copiava nos cadernos, fazia na escola o borrarão e quando chegava em casa, passava para um caderno. Aprendemos muita coisa, estudando por aqueles cadernos. Sempre quis ser professora. Dava o melhor de mim.

Em 1947 fui para Crateús com uma a tia Santana, para prosseguir com meus estudos. Morei durante sete anos naquela cidade. Lá tinha a Escola de Comércio e a Escola Normal, como meu pai não era comerciante, então fui para a Escola Normal. Era uma educação voltada para mulheres. Assim, na Escola Normal Rural de Crateús estudei desde a admissão até terminar o 3º ano normal. Essa escola é hoje o Colégio Regina Pacis, que teve como primeiro diretor o dinâmico Professor Luis Bezerra. Depois, quando já fazia o primeiro ano, passou a ser dirigida por meu prezado parente Padre José Maria Moreira do Bonfim, tendo por vice-diretora a professora Olívia Rodrigues do Bonfim, que também foi minha professora de Francês.

Falar da Escola Normal de Crateús é lembrar, além do Pe Bonfim, D. Olívia e o grande professor Luis Bezerra, que lecionou Português, Geografia, História, Psicologia, Metodologia, Higiene e Economia, em outros professores, tais como: Rosa Moraes, Maria

Walkíria, Sinhá Frota, Antônia Lisboa, Tenente Rocha, Maninha Melo e Claudino Sales. É recordar também as queridas colegas: Marilene, Clevandira, Helena, Derocy, Ana Zélia, Raimunda, Osanira, Adalgisa e Nenê, que convivemos num clima de união admirável.

A gente fazia o exame de Admissão, depois tinha o Primeiro e o Segundo Complementar. No Primeiro Complementar tinha as disciplinas de Português, Matemática, Francês, Geografia, História, Ciências, Desenho e Trabalhos Manuais. No final do ano a gente fazia exposição dos trabalhos manuais. No segundo tinha Português, Matemática, História Natural, Desenho, Trabalhos Manuais e Agricultura. Aliás, a gente estudava Agricultura, desde a quarta série, desde o primário se estudava Agricultura. No Segundo Complementar fazíamos flores como atividades dos trabalhos manuais, no Primeiro era *ponto de cruz*. Em relação a Agricultura, duas vezes por semana tinha as aulas teóricas e duas vezes tinham as aulas praticas. Existia um campo atrás da escola, era um campo bem grande. Lá fazíamos a parte de jardim da escola. Tinham as hortas bem grandes, o campo, os canteirinhos. No chão plantava e regava sempre.

Nossa turma começou com umas quinze alunas, mas terminou com apenas oito, foi a menor turma que se formou lá. Tiveram turmas grandes, mas a nossa foi pequena. O normal tinha dois anos complementares, sendo que a disciplina de Agricultura era vista durante todo o curso, até o terceiro normal. O normal tinha, além dessas outras disciplinas, Pequenas indústrias e trabalhos manuais. Em Pequenas Indústrias a gente aprendia a fazer muita coisa: sabão de coco, vassoura, chinela de corda, essas coisinhas...No Segundo Normal tinha também aulas de Corte e Costura e no terceiro ano, de Arte culinária. Ainda guardo os meus cadernos até hoje.

Naquele tempo era tudo muito bom, existia uma relação muito boa entre alunas e professores. O pessoal respeitava muito, tinha muito respeito com o professor e diretor era tudo, não é como

hoje que ninguém respeita mais ninguém. Existia muito rigor, em todos os aspectos, desde o respeito aos professores e direção, a forma como nos vertíamos. O nosso fardamento tinha que ser acompanhado de sapato preto, meia preta e uma fita no cabelo da mesma cor. Ninguém ia sem aquela fita, cabelo como o meu, tinha que prender com um grampo. Para as aulas de campo era um calção, como o de Educação Física, calção e saia por cima. Naquele tempo a coisa era bem rigorosa! Portávamos, ainda, um chapéu de palha com a fita vermelha, da mesma cor da saia e do calção. Se chovesse ou fizesse sol, tínhamos que ir.

Em nossa Escola Normal Rural estudavam moças não só de Crateús, mas de Tauá, de outras cidades da Região. No começo houve internato, mas depois faleceu a esposa do Diretor, que era uma grande professora. Mas a sua irmã ainda ficou responsável pelo internato, depois acabou. A escola era particular. As moças que lá estudavam eram de famílias que tinham mais recursos, maiores condições financeiras, outras pessoas estudavam com ajuda de bolsas. Era o caso de moças mais humildes. Na minha turma não existia nenhuma filha de agricultor.

Nossa turma era muito unida, nós éramos muito amigas. Terminei o curso normal em dezembro de 1954. A missa e benção dos anais foi no dia oito de e a colação de grau no dia 11. Fui a oradora oficial da Turma.

No dia 24 de dezembro fui para Tauá, morrendo de saudades de Crateús e lá ingressei no magistério. O primeiro colégio que lecionei foi o Ginásio Antônio Araripe, de onde guardo as melhores recordações. Foi exatamente em três de Janeiro que comecei a dar aulas, preparando os alunos para que pretendiam fazer o exame de Admissão ao Ginásio.

Eu trabalhava na escola pública e na particular. O Colégio Antônio Araripe era particular. Lá ensinava a disciplina Educação Física e também era professora do Primário. Trabalhei, também, naquele tempo, no Grupo Escolar Professor Joaquim Pimenta. E depois em Patronato Padre Feitosa, até quando me transferi para Fortaleza.

Em agosto de 1955 fui nomeada professora e fiquei trabalhando no Ginásio e no grupo até 1957, quando transferi a cadeira do Estado para o Ginásio. Neste período, mais precisamente em 1958, iniciei o Curso da CADES-Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. Era uma faculdade de férias que me deu o direito a Licenciatura Plena, com registro no MEC, habilitando-me em Desenho, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica. Esse curso funcionava na Escola Normal Justiniano de Serpa. Continuei lecionando estas disciplinas no ginásial e no normal. Desenho sempre foi o que mais gostei.

Em 1960 freqüentei o Curso de Ciências, que funcionava no Colégio da Imaculada Conceição, já que existiam laboratórios nesta escola. Mas não continuei porque casei e na época do curso estava esperando meu primeiro filho, o César. No ano que era para fazer o exame eu estava com o menino nascendo. De 1961 até 1972 fiquei no Patronato Padre Feitosa, ensinando e dirigindo, continuando o que minha sogra começou.

Casei com Sebastião Feitosa Freitas, no dia 23 de Junho de 1960. Nosso primeiro encontro foi no dia 23 de Março e três meses depois casamos, na capela do Ginásio Antônio Araripe. Sebastião nasceu em Tauá no dia 23 de março de 1925. Fez o curso primário em Tauá, o ginásial no Crato e o científico em Fortaleza. De nosso casamento nasceram quatro filhos: César Setúbal Feitosa Freitas (1961), Sebastião Feitosa Freitas Filho (1962), Francisco Carlos Setúbal Feitosa Freitas (1964) e Maria da Glória Feitosa Freitas

(1966). Em 1973, nós nos mudamos para Fortaleza. Transferi minha cadeira para a Escola Sagrado Coração.

Em Fortaleza trabalhei até me aposentar, trabalhei na Escola Sagrado Coração durante dois anos, localizado no Benfica. Me transferi depois para o Joaquim Albano, que ficava próximo de minha casa, Passei cinco anos lá, mas como não existia sala de aula para mim e estava trabalhando como secretária, pedi para sair e fui para outra escola, o Externato Vicente de Paula, onde, após dois anos me aposentei.

O ensino mudou muito, foi a *velha reforma do ensino*. Na minha época os professores tinham mais domínio sobre os alunos. O ensino foi sendo reformado, acabaram com a Comunicação e Expressão, acabaram com a História da Gramática e eu acho que foi um prejuízo muito grande, porque tem gente que se forma sem saber o Português direito. Naquela época a gente achava que não sabia porque acabaram com o Latim. Eu ouvia meus professores falarem, vocês não sabem Português porque não sabem Latim. Acabou Latim e agora acabaram com a Gramática, com tudo isso, ninguém ensina, ninguém estuda. Verbo, uma coisa tão difícil como é verbo, não se estuda mais verbo, a gente conjugava verbo, ficava conjugando verbo a vida toda até aprender. e ainda não aprendia direito. Quando fazíamos aquelas análises ainda não sabia bem a conjugação do verbo e hoje ninguém aprende mais verbo nem nada, acho que ninguém sabe mais o que é um verbo no texto. Mas, apesar de tudo gostei de ser professora, não sou frustrada por isso não, apesar de ser uma profissão mal remunerada. O salário acabou-se, está se acabando mesmo.

## **Herotildes Helena da Silva Ferreira**

Fui à Iguatu em busca de fontes e de contatos com ex-alunas da Escola Normal Rural Senhora Santana. Vasculhando os arquivos da referida escola, hoje Colégio São José, quase nenhum vestígio sobre a outrora festejada escola normal rural. Como resultado dessa visita, a aquisição de um livreto escrito em comemoração aos cinquenta anos de fundação da Escola, escrito por Antonina Alexandre Batista. Nesta produção, nomes e depoimentos de ex-alunos e professores. Dentre os depoimentos, o de Dona Herotildes Helena da Silva Ferreira, aluna da primeira turma de normalistas rurais. Informando-me sobre o endereço da conhecida professora igatuense, fui ao seu encontro.

Entrevistei Dona Heroltides em sua própria residência, na cidade de Iguatu. No primeiro encontro, muitas informações foram narradas de forma bastante entusiasmada, pois a ex-vereadora e professora igatuense confessou sentir falta da presença de pessoas com quem pudesse dialogar sobre assuntos de cunho mais cultural e intelectual. Sente-se um pouco perdida em uma cidade que não é mais aquela de outrora. Hoje os seus habitantes são de origem desconhecida. Pessoas que foram atraídas pelo fato de Iguatu constituir um centro comercial mais desenvolvido da região. Muito foi dito, descortinando uma história rica, intensamente vivida por uma mulher que demonstrava pensamento e atitudes bastantes avançados para o período em que viveu. Não me preocupei muito com uma sistematização e por isso nessa primeira entrevista poucas referências foram feitas sobre a Escola Normal Rural. No segundo encontro, as informações foram surgindo com detalhes e mais direcionada à formação e impressões sobre a Escola Normal Rural senhora Santana.

Ao retornar pela terceira vez a Iguatu, Dona Herotildes pediu-me que lesse uma pequena autobiografia que fez para apresentar na solenidade em que foi homenageada no SESC de Iguatu, em 2003. Esse documento ajudou na complementação de algumas lacunas deixadas pela entrevista oral. Dona Herotildes é muito conhecida por sua forte presença na vida social e política de Iguatu. Herô, como é chamada por seus conterrâneos, presenteou este trabalho com uma narrativa que demonstra a força da mulher sertaneja e cearense, pois mesmo fazendo parte da elite econômica da região, não deixou de lutar, sonhar e realizar seus ideais.

No ano de 1922, Alfredo e Adelaide, ele com vinte e dois anos, ela com dezesseis, contraíram matrimônio e foram morar no sítio Gaspar, à época pertencente ao município de Iguatu e atualmente à jurisdição de Quixelô. Deus me enviou a este planeta como filha primogênita deste jovem casal e assim nasci em 06 de Outubro de 1923, naquele mesmo sítio. Meu pai, Alfredo Alves da Silva era agricultor e comerciante, minha mãe, Adelaide Alves da Silva, dedicara-se exclusivamente às prendas domésticas, era dona de casa.

Assim, nasci em 1923 fazendo caminho para mais vinte rebentos do casal: Maria Amélia, José Ademar, Adália, Hilda, Rocilda, Zilma, Francisco Osmar, José Valdemar, Eliomar, Irene, Ernando, Francisco Nilo, Maria de Lourdes, Alfredo, Manoel. Os outros quatro faleceram recém-nascidos. Aos cinco anos de idade entrei para a Escola, em nossa própria residência, sob a direção do mestre Vicente de Paulo e Silva. Aos sete anos já sabia de cor e salteado, como diziam antigamente, todos os fatos fundamentais da Aritmética, sabia ler uma carta e escrever outra, resolvia plenamente cálculos aritméticos, alcançando assim os objetivos essenciais exigidos pela Escola nos sítios, àquele tempo. Dessa forma, minha educação, as primeiras

letras foram realizadas no Sítio. Contratavam professores para ensinar lá. Aprendi com a tabuada. Aprendi a ler soletrando. A coordenação motora se desenvolvia com a aprendizagem do alfabeto.

Veio em 1932 a grande Seca no Nordeste e mais terrivelmente no Ceará. Eu tinha oito anos. Nossa família, por força das circunstâncias do momento, mudou-se para a cidade de Iguatu onde meu pai se estabeleceu no comércio com o ramo de compra e venda de cereais. Continuando ainda como produtor rural, tornou-se próspero industrial do ramo de algodão. Ele foi o comerciante mais rico de Iguatu. Maior acionista da Caixa Econômica. Meu pai era analfabeto e eu, mesmo apenas criança de oito anos, que sabia ler e fazer cálculos aritméticos, comecei a trabalhar no comércio, o que considero ter sido de grande importância para toda a minha vida. Em minha formação a influência do meu pai foi muito forte. O seu lema era: "*faça certo que dá certo*".

Minha mãe morreu com 51 anos de idade, deixando 17 filhos órfãos. Após a sua morte passei a cuidar de meus irmãos mais novos, além de ser a mão direita de meu pai em suas atividades comerciais e industriais. Em 1938, estudando e trabalhando concluí o quinto ano primário no Grupo Escolar de Iguatu, com as professoras Rebeca Bizarraria e Iracema de Almeida Freire, ambas de Fortaleza, designadas pela Secretaria de Educação para ensinarem em Iguatu.

Em 1939, graças aos esforços do Dr. Manoel de Gouvêa, aliados aos da sociedade iguatuense e do Bispo diocesano de Crato, diocese a qual Iguatu pertencia, foi fundada a Escola Normal Rural Santana, primeiro colégio de Ensino Secundário desta cidade. Adolescente ainda, já os livros me fascinavam e eram minhas companhias assíduas. Tudo teria parado naquela ocasião se não fora a maravilhosa idéia de fundação de um colégio feminino em Iguatu. A notícia encheu-me de esperanças. O assunto interessava a todos e para as jovens abriam-se novos horizontes. A partir daí fiz parte de



um grupo de estudos onde minhas colegas e eu nos preparamos para o célebre exame de admissão ao curso normal, espécie de vestibular de hoje e foi assim que constituímos a primeira turma de alunas do Colégio Santana de Iguatu, posteriormente Escola Normal Rural Santana.

O colégio iniciou suas atividades em salas de duas residências. A simplicidade das instalações combinavam com a bondade e paciência de nossa primeira diretora, Madre Antonina Vitorino, já com idade bastante avançada. Algum tempo depois, Madre Antonina foi substituída pela dinâmica Madre Josefa Gonçalves, pessoa de presença forte e feita para as nobres realizações. Durante todo o curso tivemos excelentes professores. Entre eles destaco o nome do Padre José Ferreira Lôbo, o *Padim* para todos nós. O Padim exerceu forte influencia na minha vida. Era uma pessoa diferente. Mistura de intelectual e caipira. Velhinho, mas de uma estrutura física e mental admirável. As suas aulas eram à base de exemplificações, experiências e até humorismo. Ele era o meu ideal como professor.

Nunca fui das melhores alunas. Havia entre as colegas mais íntimas, as que se escravizavam à nota doze (elas me perdoarão a expressão pois sabem que as amo muito) e que tinham um trabalho escolar muito organizado. No mesmo ano de 1939 ingressei nessa Escola. Em 1944, conclui com mais 25 colegas, o Curso Normal para Professora Ruralista, primeira turma de formandas da Escola Normal Rural Santana de Iguatu. Nosso curso era, pois, Normal Rural, equiparado ao da Escola Normal Rural de Juazeiro e consistia no ensino de Ciências e Letras, Artes Manuais, Música, Práticas Agrícolas, e outras disciplinas específicas ao Magistério das Escolas Rurais. Era muito divertido sairmos de uma sala de aula portando ferramentas agrícolas em direção a um pequeno campo experimental, onde cultivávamos principalmente hortaliças, em face da dificuldade de expansão de outras culturas. Já se sentia, na época, a necessidade de orientação ao homem do campo.

O método de ensino primava pela instrução e também pela educação. Recebíamos as afamadas aulas de civilidade onde se dava ênfase ao amor e respeito aos pais, ao carinho para com os idosos, ao cultivo de sentimentos de dignidade, justiça e honradez, e ainda aos hábitos de boa educação, atributos fundamentais à formação integral do aluno. Nossa escola, como todo estabelecimento de ensino daquele tempo, dedicava parte de seu currículo às leituras construtivas à elevação moral. Havia grêmios literários, jornalzinhos<sup>33</sup> e outras maneiras de fomentar o hábito de ler. Cânticos e recitativos eram o forte das festinhas escolares. Entre as várias alunas que recitavam, Barreinha Lima Verde, de nossa turma, era exímia declamadora. Conseguia, num recital, o mais absoluto silêncio, no mais alto teor emocional, de qualquer platéia, por mais exigente e numerosa que fosse. Poemas como *O Beijo do Papai*, *Vozes da África*, *As Barcaças* e muitos outros que recitava, eram belíssimas páginas de poesia à altura da apreciação de ouvintes de todos os níveis intelectuais.

Ao concluir o curso normal rural fui selecionada em primeiro lugar para um cargo na então ANCAR<sup>34</sup>, em Recife. Não assumi o cargo porque minha mãe, já com a saúde muito frágil, pediu-me para não ir. A credibilidade da escola era tanta, que o Prefeito municipal Dr. Manuel Carlos de Gouvêa, dirigiu-se à direção para escolher uma de suas alunas, ou seja, a melhor aluna da primeira turma de normalista, para assumir a secretaria da Prefeitura.

Dessa forma, em 1945, assumi o cargo de Secretária da Prefeitura de Iguatu. Em 1948, na ausência do Prefeito Manoel Carlos de Gouvêa, para tratamento de saúde em Salvador-Bahia, assumi,

---

<sup>33</sup> O Jornal fundado na escola denominava-se *Ideal de Aluna*. Dona Herotildes lamenta a falta de consciência histórica das pessoas. Senti na pele tal realidade de desprezo à memória histórica. Na Escola onde funcionou a ENRS, nada mais existe de documentos ou arquivos escolares do período em foco. Tudo foi incinerado por atrapalhar e ocupar os espaços de uma escola, onde as pessoas responsáveis pela gestão educacional atual, não fazem questão de se vincular à sua própria história.

<sup>34</sup> ANCAR era a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural, órgão criado na década de 1950 e que depois passou a denominar-se EMATER-Empresa Assist. Tec. Rural do Ceará

oficialmente o cargo de Prefeita Municipal de Iguatu, cargo ocupado pela primeira vez, por uma mulher. Também, em Iguatu, fui a primeira mulher a tirar a carteira de habilitação para dirigir automóvel, em 1949. Ainda, como primeira mulher iguatense, a ocupar o cargo de Vereadora à Câmara Municipal desse município, fui eleita para o período legislativo de 1948 a 1952, com o maior número de votos, dez por cento da votação e reeleita para o período subsequente de 1953 a 1957. De 1950 a 1952 fui, por eleição, Oradora do Círculo Operário de Iguatu.

Em 1959 foi o ano determinado por Deus, para realização de meu casamento com Zenildo Ferreira Holanda e estamos nesta vivência de 46 anos, que nos legou um casal de filhos, Zinildo Ferreira Holanda Filho e Mônica Adelaide Ferreira Holanda, ambos formados em Engenharia Agrônômica pela Universidade Federal do Ceará. Zenildo é de origem humilde e dez anos mais novo do que eu, fato esse que jamais afetou nossa união e respeito.

No Magistério, lecionei no então Colégio São José, no Colégio Rui Barbosa e no Grupo Escolar Carlos Gouvêa. Fui Fiscal Estadual do Ensino no Colégio São José. Dei curso de Supervisão do Ensino para professoras leigas de Iguatu e de cidades vizinhas.

Em 1967 fiz curso do PABAE<sup>35</sup> (Plano Americano Brasileiro de Assistência ao Ensino), em período intensivo, em Fortaleza, com duração de sete meses. Hoje vejo que foi a partir daquele momento que o nosso ensino iniciou um processo de decadência. Não tínhamos noção de tudo o que aconteceria depois daqueles anos da década de 1960. Foi neste período que, embora de origem católica, tornei-me espírita. Um dos meus irmãos mais novos, presenteou-me com um livro da Doutrina, *Nosso Lar*, de André Luis.

---

<sup>35</sup> Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar

Minha experiência como professora se intensifica quando finda a minha legislatura e, também, com a conclusão do curso do PABAE. Com muitas pessoas do Magistério, do Comércio, Profissionais Liberais, fiz parte da organização social do "Gigante do Bem", o Hospital de Santo Antônio dos Pobres, de Iguatu, o qual infelizmente acaba de tombar para tristeza dos corações sensíveis, amantes do bem.

Conheci e fui amiga do Pe Antonio Vieira, que encomendou-me um discurso para ser lido, na praça, na festa do centenário de Iguatu. Pe. Antonio Vieira desde jovem foi uma pessoa muito irreverente, sempre ocupou os espaços públicos. O seu Poema *O Jumento, nosso amigo* era um verdadeiro tratado de Filosofia. Lembro-me que ao iniciar meu discurso, em vez de seguir o protocolo de saudações às autoridades presentes, o que é comum nessas solenidades, fiz referências em primeiro lugar, ao povo de Iguatu e, por isso, fui efusivamente aplaudida pelos conterrâneos presentes àquele evento tão importante para nossa cidade.

A formação na Escola Normal Rural serviu para minha vida prática. Ser professora para mim é uma responsabilidade diante de Deus, pois estamos formando pessoas. Deus nos entrega uns de seus filhos para que o conduzamos para o bem. É o mesmo privilégio de ser mãe. Assim, ser professora é um privilégio como o de ser mãe. É ajudar na obra divina da criação.

No que fiz nesta vida, nada tenho passível de arrependimento. Como todo ser humano errei muito e muito acertei. Sempre primei pela dignidade, honestidade em todos os meus atos, no desempenho das atividades do serviço público, particular ou familiar. Hoje, aos 82 anos de idade, acredito ter cumprido o dever humano e espiritual nesta vida, de conformidade com os princípios do Cristianismo, segundo a Doutrina Espírita.

### **4.3 Professoras ruralistas: nas narrativas, o encontro de vidas e sentimentos compartilhados em caminhos que se ligam por um ideal educativo**

As narrativas das ex-alunas e professoras ruralistas conduzem a vários aspectos que podem ser destacados e analisados para a compreensão da vida de sujeitos que se imbuíram dos misteres escolares, gozaram plenamente dos *rituais da escola*, em um tempo marcado por mudanças profundas na sociedade brasileira e, principalmente, no cenário da vida educacional do País. Ser professora tinha uma simbologia deveras forte e marcante em uma realidade em que a exclusão escolar ainda era alarmante. O letramento restringia-se a poucos e, por ter a escola esse caráter elitista, adentrar tal espaço trazia em si uma carga de emotividade, marcada por sentimentos permeados de um dever pátrio muito acentuado.

As meninas daqueles tempos idos imprimiram uma maneira de pensar, ser e viver próprios desse contexto de extrema valorização da escolarização. Elas construíram histórias que, embora com suas particularidades, têm seus pontos de convergência e de interseção em trajetórias percorridas em caminhos e espaços diferentes, mas que se encontram na consecução de um ideal educativo.

Assim, para entendermos quem era e o que significava ser professora ruralista, farei a seguir o inventário dessas vidas narradas, já que, ao retratar e destacar a formação docente em um projeto tão específico de perfil profissional, sinto a necessidade de destacar as vidas dessas mulheres como seres históricos e humanos, pessoas que se tornaram profissionais a partir do que foram, de como ocorreram suas formações nos níveis familiar, cultural e ideológico.

### 4.3.1 Infância interiorana e a instrução escolar

O nascimento e os primeiros anos da vida infanta das ex-alunas e professoras ruralistas situam-se entre os anos de 1913 a 1934. Das cinco professoras narradoras, duas vivenciaram os primeiros momentos da infância em meados dos anos 1910 ao início dos anos 1920: três delas, nascendo entre 1923 e 1924, situam seus verdes passos nos inovadores anos da década de 1920, quando a instrução pública experimentava a tão propalada Reforma Lourenço Filho, ou seja, a Reforma Educacional de 1922. Apenas uma nasceu nos efervescentes anos de 1930, momento em que o Ceará fora presenteado com a fundação de sua primeira Escola Normal Rural.

Os espaços que as receberam como cidadãs, seres historicamente situados, foram as cidades de Juazeiro do Norte, Iguatu, Limoeiro do Norte, Quixadá e Crateús, cidades essas que, à época, poderiam ser caracterizadas como de grande ou médio portes. Estas sedes municipais tinham destacada importância socioeconômica e cultural no contexto da região na qual se encontram inseridas.

Apesar de todas terem nascido na zona rural, filhas ou netas de proprietários de terras, cedo o convívio urbano passa a fazer parte de seus cotidianos infanto-juvenis. Essas meninas, que se tornariam alunas das escolas normais rurais, faziam parte de uma minoria que adentrava o espaço da sala de aula em tempos de estruturação e ampliação da instrução pública cearense.

Fazendo parte das famílias mais abastadas de suas respectivas cidades, recebiam instrução desde a mais tenra idade, conduzidas geralmente por preceptores ou professores particulares, contratados por seus familiares. As que nasceram a partir de 1923 já passaram a freqüentar os espaços institucionalizados, à época, os grupos escolares, presentes nas sedes de municípios com população mais numerosa.

A educação familiar se moldava à estrutura da sociedade patriarcal, em que o esmero e os cuidados em relação ao sexo feminino estabeleciam um espaço bem delimitado do papel que a mulher deveria exercer na sociedade. Uma formação essencialmente voltada para os atributos inerentes às meninas, futuras mães e donas de casa, não se desvincularia da formação profissional, pois ser professora significava a ampliação de um dom inerente ao espírito maternal da mulher.

Dessa forma, o currículo do curso de formação da professora ruralista apresentava esse elemento comum aos currículos das escolas normais, surgidas desde o século XIX, qual seja, a presença das disciplinas relacionais à Economia Doméstica, às Prendas do Lar (bordado, pintura, corte-costura...), associadas a um programa de formação humanística, baseado nos valores éticos, morais e de civilidade, caracterizando o perfil desejado de instrução e educação para “moças de família”.

As “meninas-moças”, cujas histórias estão aqui retratadas, apresentam suas recordações com satisfação. Os momentos vividos na infância são

marcantes e, a despeito das dificuldades enfrentadas, sejam de ordem financeira e/ou emocional, suas narrativas não apresentam vestígios de sofrimento ou de qualquer tipo de revolta ou insatisfação daqueles inocentes tempos infanto-juvenis.

Assunção Gonçalves perdeu os pais ainda criança e enfrentou sérias dificuldades, o que a faz se iniciar como professora aos 13 anos. Mesmo relatando esses momentos traumáticos enfrentados nos verdes anos de sua existência, o sorriso constante, harmonizando com o olhar vivo e expressivo, trazem a marca de uma personalidade forte e cheia de contentamento pela convicção de uma vida marcada pela dedicação à causa educativa. Sua fala é permeada da convicção de que cumpriu a importante missão de educadora. Fica nítida em seu discurso a satisfação de ter exercido o papel de mãe extremamente cuidadosa, de muitos filhos e de filhas que encaminhara ao mundo via processo de instrução e educação escolarizadas. Assunção jamais contraiu matrimônio. Fez de sua tarefa educativa um verdadeiro postulado, uma maneira de ver e viver a história de mulher sertaneja, dedicada às coisas e valores da terra, tudo isso aliado à fé religiosa, ao amor e devoção ao Pe. Cícero do Juazeiro.

Carmusina, Elvira e Lourdes tiveram que se separar de seus pais, para, em companhia de avós ou de tios, quebrarem barreiras e as adversidades impostas por um tempo que ainda iniciava o seu despertar para a necessidade de ampliar oportunidades de inserção e da inclusão escolar das mulheres, ainda percebidas como seres que careciam de instrução que atendessem aos seus atributos de mães e donas de casa.



Carmusina retrata tempos intensamente vividos ao lado da avó e dos familiares, que dispunham de uma situação financeira e política bastante destacada na região do Cariri. Freqüentou escolas de renome e se orgulha da educação refinada recebida. O olhar, os gestos, o entusiasmo presente na figura de uma senhora que já atingiu mais de noventa anos, fazem emergir a alegria da criança ainda viva em seu ser, apesar das marcas físicas decorrentes do tempo transcorrido.

Elvira, menina do sertão central, tem como principal referencial infantil a figura materna. Orgulha-se de sua criação guiada pelo olhar austero da mãe professora, satisfação de usufruir da educação daquela mulher reconhecida pela sua dedicação à educação pública de Quixadá, sendo a primeira professora diplomada pela Escola Normal de Fortaleza que aquela gleba recebera. Filha ilustre da terra de Rachel de Queiroz, pertencia à família fundadora da Cidade. Apesar do exemplo da mãe, porém, Elvira não suportara viver na cidade grande, não conseguindo concluir o seu curso normal em Fortaleza. O convívio com os irmãos, as brincadeiras infantis e o aconchego do lar, a vigilância e o controle de todos os passos na casa ou na rua, ressurgiam das lembranças, denotando o prazer de ter vivido tudo aquilo: *“Nós éramos muito felizes, nasci no tempo da obediência...”*.

Maria de Lourdes fala de sua infância rural. Tinha uma família numerosa. Apesar de ter sido criada por uma tia, não perdeu o contato e o convívio com os irmãos. Brincava muito com as irmãs. Daqueles tempos infantis, dá bastante ênfase ao ensino da época, considerado por ela muito bom. Da

fazenda à Vila de Tauá, onde conclui o curso primário, chega a Crateús para prosseguir os estudos, concretizar o seu objetivo de ser professora.

Herotildes, mesmo dedicando-se aos estudos, desde a mais tenra idade, assume responsabilidades de adulto. No sítio de seus pais em Quixelô, então Distrito de Iguatu, os primeiros contatos com as letras, o saber sistematizado. Aos oito anos, já auxiliava o pai analfabeto, mas rico comerciante daquela cidade próspera do centro-sul do Ceará. A infância de Herô é sinônimo de estudo e trabalho. Sua juventude foi marcada pela grandiosa tarefa de assumir os cuidados com os irmãos mais novos, em virtude da morte prematura da mãe. Todas essas experiências são analisadas como essenciais à sua formação como pessoa, profissional e cidadã. Mulher com forte militância política e social, educadora comprometida com o futuro da juventude iguatense.

#### **4.3.2. Ideal de professora: sonhos juvenis, responsabilidades futuras**

Nas cinco histórias aqui retratadas, sonhos comuns, um ideal desde cedo perseguido ou despertado no momento em que surge a grande oportunidade: a fundação de uma escola secundária que abria as portas para o sexo feminino no Ceará rural; escola essa que trazia uma singularidade, um aspecto que a diferenciaria das outras instituições de formação docente presentes no território brasileiro. Era uma escola que formaria o professor para o meio rural.

No primeiro momento, para a juventude feminina contemplada por esse projeto de instrução secundarista, tal empreendimento significava a realização de uma vontade há muito sufocada por muitas jovens que não podiam ou não tinham

o consentimento dos pais para estudar na Capital e/ou cidades com maior estrutura e presença de escolas femininas, pois ser professora era um ideal alimentado pela maioria das moças daqueles tempos de feminização do magistério primário.

Era o tipo de educação também bastante almejado pelas famílias dessas moças, desejosas de dotar suas filhas de educação esmerada, preparando-as, não somente para o exercício profissional, como também mas para o aprimoramento dos dons inerentes às mulheres das “boas famílias” e de “sociedade”.

Nos relatos das cinco narradoras, algumas afirmações comprovam que o dom e a vontade de ser professora estavam latentes. Em algumas, desde cedo se manifestavam até nas brincadeiras infantis e em iniciativas espontâneas. Este foi o caso de Elvira Costa que, talvez influenciada pela mãe professora, reunia a meninada da rua para ensinar. Para ela, a fundação da Escola Normal Rural de Quixadá foi de fundamental importância para que retornasse e permanecesse em sua cidade natal. Representou oportunidades para as moças daquele município, castigado pelo sol inclemente e pelas secas periódicas, ingressarem em uma escola de formação docente. Apesar de ter sido uma iniciativa da Igreja, diz que a sua concretização foi fruto do movimento da população quixadaense em prol do desenvolvimento cultural e educacional da Cidade.

Já a história de Assunção Gonçalves tem um aspecto bem peculiar. A necessidade a conduz ao magistério, mesmo sem alimentar ou supor que um dia

Juazeiro do Norte fundaria a primeira escola normal rural do Brasil. Com esse evento, o desejo de prosseguir os estudos alimenta o seu ser de esperança, da alegria por poder desde então aperfeiçoar uma prática que vinha realizando, forjada pelo amor que a conduzia às descobertas de métodos e processos no exercício do ensinar e aprender. A vontade de acertar associava-se à necessidade de sobreviver. Por isso a sua afirmação, firme e enfática, não deixa dúvidas da importância representada pela ENRJN, pois a essa escola “..*devo tudo: minha formação e o meu sustento...*”.

Para Carmusina, o estudo era tudo em sua vida; sempre foi muito estudiosa, tirava os primeiros lugares. Sempre estudou em bons colégios. Adentrou a Escola Normal Rural de Limoeiro do Norte, fazendo parte da primeira turma de normalistas. Para ela, a importância dessa escola estava no fato de surgir para *ilustrar as mulheres*, pois naquela época só os meninos tinham acesso ao curso ginásial. As meninas não podiam ficar mais para trás. A primeira turma só tinha quatro alunas, pois Limoeiro do Norte e a região não contavam com moças preparadas para ingressarem no curso normal.

Maria de Lourdes, com o intuito de continuar seus estudos, saiu de Tauá em companhia da tia para ingressar na Escola Normal Rural de Crateús. Esgotadas as possibilidades em seu torrão natal, deslocou-se à cidade mais próxima e que era sede de uma escola voltada para a educação de mulheres. Assim realizaria o seu desejo de tornar-se professora.

Heroltides, desde criança, era muito estudiosa. Na adolescência, os livros exerciam grande fascínio e tornar-se-iam seus companheiros constantes. Logo que concluiu o quinto ano primário em 1938, foi presenteada, no ano seguinte, juntamente com a população igatuense, com a fundação da primeira escola secundarista do Município, Escola Normal Rural Santana. Passa a fazer parte da primeira turma de normalistas da escola referida. Em Herotildes não se percebe propriamente o desejo de ser professora. Por outro lado, nesta mulher com pensamentos e ações muito à frente de seu tempo, descortina-se a figura de uma jovem madura, forte em seus propósitos, imbuída da convicção de seu papel político e social.

#### **4.3.3. O ideário ruralista: uma proposta de formação docente para o meio rural**

O que pensam as ex-alunas das escolas normais rurais em relação à formação que recebiam e sobre o papel que deveriam desempenhar a partir do momento em que ostentariam o título de professora ruralista? É importante ressaltar que, ao retratar o cotidiano da escola, as matérias estudadas, a disciplina, a relação professor aluno, a atitude da direção da instituição, há a presença de um discurso único, que se harmoniza no momento em que define um perfil escolar comum às realidades vividas pelas narradoras.

Sendo a ENRJN a pioneira, todas as outras se equiparavam à escola considerada mãe. O ideário ruralista impregnou as mentes das alunas ao ponto de se constituir voz comum nas falas das cinco ex-alunas e professoras. O tempo

reforçou, em vez de amenizar, a concepção e visão advindas de uma educação escolar moldada a uma ideologia que exaltava o ruralismo como caminho mais viável e digno de promoção de uma educação adequada ao homem do campo e ao conseqüente desenvolvimento regional, elevando o nível socioeconômico e cultural das populações rurais.

Enfatizam a importância desse tipo de formação por seu caráter prático, ou seja, por proporcionar a formação para a vida. O currículo do curso tinha como principal diferencial o caráter agrônômico. Esse componente agrário advinha não somente do elenco das disciplinas ou matérias ligadas ao conhecimento e às práticas agrícolas, mas também era reforçado por meio das diversas atividades extensionistas que faziam parte do cotidiano educacional das escolas normais rurais.

Nas próprias falas das narradoras, é possível perceber o quão eram fundamentais a disciplina Agricultura e todos os saberes ligados à terra, para a efetivação de um trabalho que conduzisse a professora/educadora rumo à sua missão de agente de redenção e elevação dos níveis culturais das populações sertanejas, o que implicaria o próprio desenvolvimento econômico das regiões contempladas por essas escolas. Senão vejamos:

A escola formaria os jovens para a vida!!! Ensinaria conhecimentos sobre Agricultura, pequenas indústrias, bordado, artes domésticas[...] Era muito voltada para a prática: cultivo de hortas, criação de galinhas e todo tipo de conhecimento ligado à terra. Dávamos assistência aos agricultores. O Clube Alberto Torres se destinava a isso. Além da instrução, fornecia adubo e inseticida para combater as formigas e outros insetos que prejudicavam as plantações. (ASSUNÇÃO GONÇALVES-ENRJN).

[...]Trabalhei muito em horta, fiz um curso pra poder orientar e tomar conta da horta. Tinha muito gosto por isso, adorava a natureza, as plantas, as flores que sorriam-me! Então D. Gonçalves me escolheu para fazer um curso aqui na escola de Agronomia com o professor... Prata[...] ele me ensinou tudo de Horticultura e coisas camponesas. Fiz esse curso para poder orientar as meninas da escola normal rural. (CARMUSINA ARRAIS- ENRLN)

Em relação a formação da escola, ela se destinava às coisas do campo. Existia a disciplina sobre Agricultura e era dito sempre pelas professoras que a formação da professora da escola normal rural tinha por objetivo formar, educar as pessoas do campo... A matéria mais importante era agricultura Estudávamos pela manhã, era até as 11:00 horas, com aulas de teoria[...]. Nas Quintas-feiras eram as aulas práticas, lá na Lavoura Seca. Nós íamos todas, quase duas léguas a pé, do meio dia pra tarde, com chapeuzinho de palha para enfrentarmos o sol do sertão. (MARIA ELVIRA-ENRSC)

Agricultura... Duas vezes por semana tinha as aulas teóricas e duas vezes por semana tinha as aulas praticas, porque lá tinha um campo atrás, um campo bem grande. Lá fazíamos a parte de jardim da escola. Tinha as hortas bem grandes, o campo, os canteirinhos. No chão plantava e regava sempre. (LOURDES SETÚBAL- ENRC)

Nosso curso era, pois, Normal Rural, equiparado ao da Escola Normal Rural de Juazeiro e consistia no ensino de Ciências e Letras, Artes Manuais, Música, Práticas Agrícolas, e outras disciplinas específicas ao Magistério das Escolas Rurais. Era muito divertido sairmos de uma sala de aula portando ferramentas agrícolas em direção a um pequeno campo experimental, onde cultivávamos principalmente hortaliças, em face da dificuldade de expansão de outras culturas. Já se sentia, na época, a necessidade de orientação ao homem do campo. (HEROTILDES-ENRS)

A partir dos depoimentos ora citados, é notória a incorporação dos ideais ruralistas pelas professoras que se formaram nas escolas normais rurais. A chama do ruralismo pedagógico não se apagou com o tempo, pois, mesmo vivendo experiências posteriores à grande febre do ruralismo pedagógico, cujo período áureo ocorre entre os anos de 1920 a 1950, indelévels são as marcas dessa ideologia no pensar e nas concepções de educação e sociedade expressas por essas ex-alunas.

Traçar o perfil dessas mulheres professoras, fruto do percurso da formação docente, é o objeto primordial a que se propõe esta tese. Nesta tentativa de entender quem era ou como deveria ser a professora ruralista, lancei-me na tarefa de rastrear fontes que possibilitassem a compreensão desse projeto tão peculiar de formação docente e, nele, o papel e o lugar da professora primária naqueles idos.

Além das fontes primárias e jornalísticas, o recurso da oralidade possibilitou a vivificação de caminhos percorridos, histórias constituídas e idéias que se cristalizaram ao longo do tempo. No próximo capítulo, farei uma reflexão mais detalhada sobre o ser professora ruralista nos moldes propostos pelo ruralismo pedagógico que adentrou o ambiente educacional das terras alencarinhas no período em foco.





*Capítulo V*

*Ser Professora Rural no Ceará: mulheres  
letradas, candeeiros ilustrando a escuridão  
dos sertões*

**Álbum de Dona Carmusina Arrais – s/d**

## 5 SER PROFESSORA RURAL NO CEARÁ: MULHERES LETRADAS, CANDEEIROS A ILUSTRAR A ESCURIDÃO DOS SERTÕES



Formandas da ENRJN de 1938 – Álbum de Dona Assunção Gonçalves

Como foi possível constatar, a partir do acervo documental pesquisado e das narrativas das Professoras ruralistas, nas escolas normais rurais efetivou-se práticas educativas pautadas em um ensino rigoroso, voltado para o conhecimento enciclopédico e acrescido de saberes instrumentais concernentes às atividades da terra.

Os indícios dessas práticas, fazendo parte do cotidiano das ex-normalistas rurais, suscitam outros questionamentos, tais quais: a educação para a vida, voltada para as reais condições da vida campesina, ficara restrita aos limites de um ideário apenas formal, do projeto das escolas normais rurais? O que

aconteciam, efetivamente, era a barreira entre o ideal de professora e de ensino rural preconizado por esse modelo de escola profissional e o que se praticava em termos de políticas educacionais e da burocracia estatal, ou seja, o currículo da escola primária, os processos de fiscalização dos inspetores de ensino, as condições materiais das escolas, o planejamento e a lotação dos professores, dentre outros elementos?

Na introdução do livro *História da Escola Normal de Juazeiro do Norte* (1984), Amália Xavier Oliveira afirmou que a referida escola nasceu do idealismo de dois grandes cearenses - Moreira de Sousa e Plácido Castelo. Assim:

Teve sua infância bafejada pelo prestígio dos entendidos e alimentada com o sacrifício dos que ensinaram-lhes a dar os primeiros passos. Da infância à idade adulta, lutou para vencer. Atingiu a meta, a razão de ser de sua existência – beneficiar a juventude, preparando o brasileiro digno do Brasil, o cearense digno de seu nome, o juazeirense para valorizar a sua terra natal..... Até 1973, 66 turmas se sucederam entregando ao Brasil, centenas de professores rurais. ( Op.cit, p.18).

O idealismo das duas autoridades citadas pela ex-diretora da ENRJN tem presença marcante nas narrativas das normalistas rurais do Ceará, conforme o que se observou em seus relatos. Toda essa visão subjacente ao discurso do presente, quando se reportam ao passado, está em sintonia com as concepções de mundo rural, de homem e de educação, contidas nos escritos escolares, nos discursos da época, nos documentos oficiais e em obras que registram a história das instituições de formação da professora rural, como foi o caso do livro de Amália Xavier.

Maria José G. Werebe, em obra intitulada *Grandezas e Misérias do Ensino Brasileiro* (1963), analisando o movimento em prol da ruralização do ensino primário, fala da experiência cearense no campo da formação do professor rural. Citando o exemplo da Escola de Juazeiro do Norte, criada em 1934, emite o seu parecer:

A questão, então aberta, até hoje é objeto de controvérsias entre os educadores brasileiros. A partir daquela data foram criadas outras Escolas Normais Rurais e Cursos Normais Rurais. A experiência, entretanto, ainda não entusiasmou o suficiente para que fosse adotada em larga escala, em nosso país. A realização pioneira, pelo que nos informa Lourenço Filho, malogrou em seus objetivos. Segundo publicação feita em 1942 (citado pelo ilustre educador), mais da metade dos diplomados na escola de Juazeiro estava trabalhando nas escolas urbanas, tendo um terço deles permanecido na própria cidade onde se formaram. Pelo visto, os especializados no ensino rural preferem trabalhar no ensino urbano. (Op.cit, p.221).

As observações feitas por Werebe e Lourenço Filho são, de certa forma, respondidas por detalhada pesquisa feita por Moreira de Sousa (s/d), que ressalta: "tanto a Escola Normal Rural de Juazeiro, como as escolas reconhecidas, fundadas posteriormente, vêm prestando um grande serviço à causa da educação, no Nordeste". (p. 203). Assevera, pois, que o papel desempenhado por estes institutos na formação da mocidade feminina é de grande importância e, ao detalhar a pesquisa realizada, garante que, das 814 diplomadas pelas Escolas Normais do Ceará, até 1957, 49,6% exerciam a função no magistério. Não discrimina, porém, os níveis de ensino por elas ministrados, nem os tipos de escolas nas quais estavam inseridas.

Quanto à situação da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, em balanço feito por ocasião do seu 25º aniversário, expressa que referida escola diplomou, de 1937 a 1958, 22 turmas de professoras, especialmente para as

tarefas do ensino primário, na zona rural do Nordeste. Quanto às atividades profissionais das 484 professoras diplomadas por essa escola, demonstra por meio de uma pesquisa<sup>36</sup>, o detalhamento da atuação dessas professoras por estabelecimentos de ensino, o que comprova que a maioria estava desenvolvendo as atividades do magistério nas escolas de cidades. Desse total de quase quinhentas egressas da ENRJN, apenas 45 estavam atuando em estabelecimentos de ensino primário, na zona rural. ( Cf. SOUSA, s/d, p. 207).

Moreira de Sousa deduz que, apesar dos benefícios proporcionados pela Escola de Juazeiro do Norte, ao meio rural, a pesquisa demonstra: “a) *que quase nula foi a assistência técnica e financeira do Governo, nas três órbitas de poder: federal, estadual e municipal- à Escola; que quase nula foi a assistência às diplomadas, que, na maioria, se viram forçadas a procurar atividades estranhas à carreira...*” (Op Cit., p. 208). A terceira dedução aponta para o grande respaldo da instituição junto à opinião pública, “*de que é prova o seu exercício proveitoso, durante um quarto de século, segundo o testemunho unânime da comunidade a que serve*” (IDEM, p. 209).

Os dados apresentados pelos estudos de Moreira de Sousa fazem emergir outras questões a merecer a devida atenção neste trabalho. Uma delas está associada à asserção de que, para entender o perfil e o papel da professora ruralista para a educação escolar no meio rural cearense, nas décadas de 1930 a 1960, dever-se-á compreender a atuação da professora primária em um espaço repleto de contradições e dificuldades, resultado de políticas educacionais que se

---

40. Conferir em Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Recife, 1958, In SOUSA, s/d, p. 207

restringiam mais ao terreno da retórica e, muito pouco, à concretização de ações e projetos de grande impacto.

Por conseguinte, patenteio a tese de que referido projeto de formação docente, respaldado no escolanovismo e na euforia nacionalista vigentes no Brasil a partir da década de 1930, encontrava-se fortemente influenciado por um ideal pedagógico ancorado na "razão" iluminista, em sua vertente cientificista e remodelada na versão da Escola Nova. Assim, as luzes da instrução chegariam ao campo, cabendo às professoras ruralistas uma função primordial no projeto de interiorização dos saberes e idéias responsáveis pela modernização dos rincões cearenses.

Buscando a síntese que permitirá uma compreensão maior do significado e do papel social das escolas normais rurais do Ceará, lanço-me na tentativa de responder às perguntas norteadoras da pesquisa. Neste sentido, antes de arriscar afirmações mais enfáticas, ou fechar questões que dêem conta da complexidade inerente à problemática da educação rural e, em particular, à proposta de formação de um professorado com o perfil adequado ao meio rural, apresento um pouco da radiografia das regiões sertanejas, da vida campesina na "Terra da Luz", do período aqui retratado.

Recorrendo ao trabalho escrito na década de 1940 por Mário Sobreira de Andrade<sup>37</sup>, é possível vislumbrar a situação do ensino na zona rural do Ceará.

No

---

<sup>37</sup> Este livro de Mário Sobreira de Andrade, cujo título é *Escola Rural*. Ceará: Edições Clã, 1943, compõem-se de uma coletânea de artigos escritos na Gazeta de Notícias, discursos e/ou relatórios

capítulo intitulado “Conversa com professoras”, um tom de denúncia desnuda o real estado da escola primária do campo, como reflexo da precariedade do hostil meio rural:

Reunimo-nos, ontem, em São Luis do Curú, as três professoras das Escolas Reunidas locais e eu, para uma troca de idéias sobre cousas do ensino rural...Eu fora a Curú tratar de negócios da agricultura.

— Ora, dizia-me uma das três educadoras, os pais aqui não querem que se ensine os seus filhos a cuidarem da terra. Querem que eles saibam ler corrente a cartilha e responder depressa a tabuada...

Aí está um velho argumento do professorado sertanejo refletindo a situação intelectual em que ele se colocou, sem o querer. A resposta da professora poderia ser mais ampla. Não são apenas os pais de São Luis do Curú que desejam afastar seus filhos das fainas agrícolas: são os pais do Ceará inteiro[...]

...A nossa legislação urbanista continua despovoando e desprestigiando os campos. É claro que disso outra coisa não poderia resultar senão esse movimento dos pais contra o sacrifício dos filhos...Ensino rural? Escola para garantir a melhoria das condições ambientes, prendendo o homem à terra e evitando a plethora no litoral?...

O sertanejo que conhece bem a terra e ama extremamente os filhos, quer é vê-los distantes. Uma coisa, porém, não exclue a outra: a fixação do homem do campo é uma questão educativa. (ANDRADE, 1943, p.41-42).

Uma década depois, Américo Barreira escreve *A Escola Primária no Ceará* - Ensaio sociopedagógico (1959), no qual focaliza os aspectos do ensino e as questões para a organização em bases ruralistas da escola. Ao descrever a *Fisionomia do Interior Cearense* acentua que

Em torno da cidade vegeta o campo, abandonado, improdutivo, ou pouco rendoso, com seus grupos distintos e perfeitamente organizados de proprietários(...). A grande propriedade vai passando paulatinamente de seus antigos donos para o capitalista dos centros urbanos, enriquecido no lucro fácil da especulação e do câmbio negro. (1949, p.29) .

---

escritos entre 1934 a 1939. Em grande parte desse período, o referido autor exercera a função de inspetor escolar, o que lhe conferia conhecimento sobre a realidade sertaneja. Era chamado de Mário de Andrade do Norte, para não se confundir com o escritor modernista MÁRIO Raul DE MORAIS ANDRADE, célebre autor de *Macunaína*. (informação pessoal do Prof. da UFC e acadêmico Vianney Mesquita).

O latifúndio mudou de dono para ganhar maior força. Neste processo de reconfiguração do “poder dos donos”, a situação dos camponeses permanecia inalterada. Barreira detalha a situação de moradia, vestuário, instalações sanitárias e, principalmente, a condição de extrema dependência do camponês em relação ao proprietário. Senão vejamos:

Este povo, apesar de tudo, é profundamente apegado à terra. Sofre, deixa nas faces o sulco profundo das lágrimas, morre de fome preso ao chão onde mora. Não compreende as causas de seus infortúnios. No seu embotado raciocínio, que vai pouco a pouco despertando, acredita na fatalidade de seu destino e na desigualdade por predestinação. A religião, que a rigor não pratica e, mesmo, não conhece, age sobre ele como certo medo subconsciente. Inculca-lhe este conceito de vida e de propriedade, que o patrão e o padre alimentam. (IDEM, p. 33).

Retrata, pois, a geografia do campo, com todas as suas mazelas, costumes arraigados, apropriação e exploração de almas, vistas como braços úteis à produção econômica. E é neste cenário que Américo Barreira busca analisar a situação das escolas primária nos rincões cearenses: “*A escola primária no Ceará é ministrada em cinco tipos de estabelecimentos: a) Grupo Escolar; b) Escolas Reunidas; c) Escola Isolada; d) Escola Elementar (rural); e) Escola Municipal*”. (Cf. p. 37). Descreve essas escolas de forma minuciosa, abordando aspectos que vão desde a estrutura física e material às de cunho didático-pedagógico e, principalmente, ao perfil de seus professorados. Quanto à Escola elementar ou a dita escola rural, assim a descreve:

Existe em algumas centenas pelos perdidos vilarejos do interior e margens de caminhos. São regidas por professoras absolutamente leigas que não chegam a ter mesmo curso primário.

Percebem vencimentos irrisórios, pelo que o cargo só pode ser aceito por pessoa do lugar. Assim, não é a escola localizada em função da necessidade coletiva, tendo em vista a densidade demográfica, mas em função da conveniência da professora.

É fácil concluir sobre o baixo nível intelectual desse professorado, pelo que é ele responsável por inúmeros e gravíssimos erros no ensino, não só na metodologia como em gravíssimos erros no



ensino, não sé]o em metodologia como em conhecimentos gerais. Aliás, nenhuma responsabilidade póde ser atribuída ao professorado, pois não teve condições para se instruir, por falta de escola, por falta de curso de aperfeiçoamento e por falta de recursos materiais para comparar livros. O Governo o desconhece. (IDEM, p. 43).

Este tratado sobre a realidade escolar do Ceará foi produzido em momento em que ainda ecoava o movimento do ruralismo pedagógico no Estado. Em 1959, a Escola Norma Rural de Juazeiro do Norte já comemorava seu jubileu de 25 anos e as demais que a ela sucederam, como os casos de Limoeiro do Norte, Quixadá e Iguatu, já atingiam seus vinte anos de fundação, o que poderia representar algum diferencial no contexto caótico da realidade das escolas rurais, conforme se apresenta na crítica de Barreira e de outros intelectuais e educadores preocupados com os rumos tomados pela educação cearense.

Diante da situação que se me apresenta, qual realmente foi o papel das escolas normais rurais para uma mudança de mentalidade, de atitude e de ações concretas no meio onde deveriam estar a serviço? Quais os espaços ocupados pelas egressas professoras ruralistas, no palco de cenas tão dramáticas da educação do campo? Quem era a professora ruralista e qual o seu papel socioeducacional em tempos de reformas e da cruzada em prol da educação brasileira/cearense?

À primeira vista, tem-se a impressão de que as professoras formadas pelas escolas normais rurais não chegavam sequer a ocupar cadeiras em escolas primárias rurais. Não posso generalizar, embora com indícios que apontam para a predominância da atuação dessas professoras nas sedes municipais, nos grupos escolares ou em escolas de cursos ginásial e secundarista, já que muitas ex-

alunas ruralistas tornar-se-iam professoras das próprias escolas normais rurais. Há de se concordar, porém, com a perspectiva analítica de Barreira quanto ao desinteresse político para com a educação pública.

Amália Xavier, de uma certa forma, reforça a análise do grande municipalista cearense, Américo Barreira, quando em entrevista realizada pelo NUDOC-UFC, ao ser indagada sobre os resultados concretos do trabalho da ENRJN, em relação à aplicabilidade dos ensinamentos e conhecimentos sobre as atividades rurais, se posiciona da seguinte forma:

“ As professoras saiam, não encontravam meios para aplicar o que tinham aprendido. Iam ensinar numa escola, só tinha sala de aula com poucas carteiras com bancos, com mesa grande. Onde é que está um pedacinho de terra para fazer uma pequena horta? Não existe. Como é que pode criar galinha, deitarem os ovos, tirarem os pintos, fazer a comida dos pintos e tudo o mais que tinha que aprender? Galinha, coelho, abelha, tinha apiário, diversas vezes, colhemos mel; as pequenas indústrias, onde é que elas iam fazer aquelas pequenas indústrias. O que era possível fazer, elas faziam. Os meninos iam fazer os cabinhos dos biros, as meninas iam fazer a renda; os meninos faziam outras coisas... Trabalhinhos de madeira, cadeirinhas, estas coisas todas. As meninas faziam os trabalhos femininos. Aqueles que tinham gosto, continuavam. As que não tinham ficavam mesmo só na sala de aula (NUDOC, 22/09/83)

Uma questão crucial, a merecer análise mais aprofundada, diz respeito ao fato de à professora ruralista ser atribuído o papel de agente a serviço da modernização do campo. Além de ser responsável pela instrução, deveria se incumbir da grandiosa tarefa de agente rural. Tinha que apropriar o futuro agricultor de conhecimentos agroindustriais, com ênfase nos saberes agrônômicos, e, dessa forma, contribuir com a elevação dos níveis econômicos e culturais do meio campesino. Sua missão seria a de redimir o sertão de seu imenso atraso e, dessa forma, otimizar o potencial agrícola, propiciando

desenvolvimento e melhorias nas condições de aproveitamento da terra e de seus produtos, tudo isso associado à necessária melhoria das condições sanitárias daquelas regiões.

A formação da professora ruralista trazia as marcas de um ideário e de um movimento político e institucional que evocava o caráter eminentemente agrícola do Brasil. Segundo Mendonça (1998), “ *o ruralismo é um movimento político complexo organizado das frações da camada dominante agrária no Brasil, além de se constituir em debate de idéias tendo por fulcro as noções de crise/atraso da agricultura e por motor a idéia de modernização.*”

A agricultura deveria está a serviço do progresso do País. O Brasil deveria superar a crise da agricultura a partir da efetivação de uma “agricultura científica, que pressupunha povoamento e colonização/racionalização produtiva e difusão do crédito cooperativo. (Op cit, 1998). Portanto, educar o trabalhador nacional era um dos eixos centrais para soerguer o campo, mantendo os braços da lavoura e contendo o êxodo para as cidades.

Na análise de Calazans (1993), para o “ruralismo pedagógico”, a escola rural deveria ser “um aparelho educativo organizado em função da produção”. Dessa forma, se apoiando em Moreira de Sousa, anota:

Se essa população brasileira só tem oportunidade – quando a tem – de receber a educação nas escolas primárias, e de “viver de seus braços, em fainas manuais, que não podem deixar de ser as que o meio ambiente consente e permite, a única maneira de adquirir hábitos de trabalho e conhecimentos para fazê-lo produtivo será dar à escola primária a feição especializada que consiga valorizar o homem como fator de progresso, pelo aproveitamento de suas energias, conduzidas e disciplinadas com espírito nacional.(Op cit, p.26)

Posso destacar convictamente que a criação das escolas normais rurais, no Ceará dos anos de 1930, constitui em um dos elementos que compõe um cenário da imensa *cruzada* em prol da educação brasileira. A educação naqueles tempos passa a deter uma relevância política muito mais destacada, já que era por quase todos compartilhada a crença “*em que seu poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação*”. (SCHWARTZAN, 200, p.69).

A despeito das divergências políticas e ideológicas reinantes entre os envolvidos na vida educacional e cultural do País: “*A partir da década de 1930, no entanto, os componentes ideológicos passam a ter uma presença cada vez mais forte na vida política, e a educação seria a arena principal em que o combate ideológico se daria.*” (IDEM, p. 69). Ressaltando de forma mais enfática, esse autor explica:

Dada a existência de um sistema organizado de educação pública no país, havia desde a década de 1920 um amplo espaço para um movimento nacional em prol da educação, onde as eventuais diferenças de orientação não tivessem tanta relevância quanto os esforços, de uma forma ou de outra, de levar a educação ao povo [...]. Cedo, porém, as diferenças de opinião iriam se cristalizando, até a polarização que finalmente se estabelece entre representantes do chamado Movimento da Escola Nova e a Igreja Católica. (IDEM, p.70).

A mobilização em torno das questões educacionais do País pressupunha uma ação mais ampla, ou seja, ação cultural, pois a tarefa educativa não deveria visar somente à transmissão de conhecimentos, mas à formação de mentalidades. Assim, as tarefas ministeriais deveriam se ramificar por muitas outras esferas, além da simples reforma do sistema escolar; era imprescindível desenvolver, portanto,

A alta cultura do país, sua arte, sua música, suas letras: era necessário uma ação sobre os jovens e sobre as mulheres que garantisse o compromisso dos primeiros com os valores da nação que se construía, e o lugar das segundas na preservação de suas instituições básicas (Op.cit., p. 97).

Era um tempo de ação. Neste tempo de ação, situo a formação da professora ruralista no Ceará, respaldada no estabelecimento de um ideal de educadora missionária e guardiã das instituições básicas do País: família, escola e pátria; assumindo esse papel de educadora das futuras gerações de um País que iniciava a acelerada marcha desenvolvimentista, ancorada no nacionalismo verde-amarelo-azul, tão cuidadosamente elaborado e conduzido por um ideal educacional/escolar, que se erguia mentalmente enquanto instituição redentora da sociedade.

### 5.1 Mãe, professora e missionária: família, escola e pátria



Desfile Cívico ENRJN, s/d – Álbum de Dona Assunção

No cerne do ideário nacionalista, a mulher tinha papel primordial para esta “nação em marcha”. Ela era, ou deveria ser, a responsável pela proteção do lar e, por isso, receberia uma educação adequada ao seu papel social, qual seja, as funções inerentes à educação dos filhos e aos cuidados e atividades

domésticas que assegurassem a estabilidade e harmonia do lar. E, como professora, tinha a missão de educar as crianças, futuros “soldados a serviço da Pátria”. (Cf. LENHARO, 1986). Neste sentido, na proposta de formação da professora nas escolas normais rurais, encontra-se parte do projeto de unificação territorial e fixação dos sertanejos às suas glebas. De acordo com Alcir Lenharo (1986, p. 56),

Procede do discurso de Vargas a afirmação de que a conquista da brasilidade seria ultimada através da interiorização do país: “O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o Oeste”. Já se encontra manifesta a idéia de oposição ao litoral enquanto evocação da presença estrangeira e espaço simbólico de sua influência desnacionalizadora...

E, em sua análise, prossegue Lenharo:

A nação em marcha redescobre a sua selvageria tropical cromática, a sua qualidade natural própria, força criadora viva, obra-prima divina que o homem não corrompera. O vinco romântico da mistificação naturalista da Nação sugere passar aqui ao largo do pessimismo que tomara conta dos pensadores alemães do século passado, prostrados ante o desencanto do mundo pelo desaparecimento dos deuses e a crescente mecanização... (Op cit, p.57).

A educação passa a ser vista como principal instrumento a serviço da formação de um “cidadão trabalhador”, um indivíduo moldado ao Estado-Nação, patriota ciente de seus deveres para com o engrandecimento de seu país e desenvolvimento de sua gleba. A educação em tal contexto desempenhava o papel de propiciar instrução que desenvolvesse habilidades profissionais com o fito de contribuir com a sustentação de um país industrial emergente.

A sustentabilidade do urbanismo haveria de se ancorar em uma reestruturação do campo, o que pressupunha a permanência do homem no meio rural e a reorientação de suas atividades em bases mais científicas ou de um

saber mais sistematizado via modernização e mecanização do trabalho agropecuário. Como classe responsável pela produção dos bens e produtos essenciais para o suprimento das necessidades básicas da sociedade urbano-industrial, os camponeses receberiam instrução essencial ao atendimento das novas demandas de uma economia de mercado “inovadora”.

Para Maria Helena Capelato, após a “Revolução” de 1930, abriram-se muitas possibilidades de caminhos e vários setores sociais propunham medidas diferentes para solucionar a crise que se abatera sobre o País em 1929. O setor agrário é o mais atingido com a dita crise e, no âmbito desse novo cenário,

Amplio debate se estabelece em torno da questão do desenvolvimento do país e sobre o melhor percurso a ser trilhado para a superação, não só da crise, mas também, do “atraso” em relação aos países capitalistas avançados. Polêmicas foram travadas acerca da questão social e novas formas foram propostas para solucionar os conflitos sociais... (CAPELATO, In FERREIRA E DELGADO, 2003, p. 114).

Com a consolidação do Estado Novo (1937-1942), a política de Vargas direciona suas ações para a execução de um dos seus principais objetivos, ou seja, “a concretização do progresso dentro da ordem”. (CAPELATO, Op. Cit, p.117). Atingir tal meta implicaria, dentre outras ações, estabelecer o controle social em bases novas.

A educação escolar assumiria o papel primordial na difusão de idéias com o objetivo de formar a consciência do “pequeno cidadão”, do futuro grande cidadão trabalhador. Com tal intuito, as propagandas políticas exerciam efeitos surpreendentes na cristalização da ideologia do Estado Novo. Imagens e símbolos utilizados nas propagandas associadas às publicações didáticas

enfaticavam o país novo prometido pelo regime que acabara de se instalar: “O contraste entre o antes e o depois era marcante: o antes era representado pela negatividade total e o depois (Estado Novo) era a expressão do bem e do bom. Havia promessas de um futuro glorioso(...)”. (IDEM, p. 123).

A instrução passa também a ser vista como algo que proporciona a felicidade dos homens. O homem ignorante não podia ser feliz, daí a necessidade de ele saber ler e escrever. Como o governo “era bom”, conseqüentemente, proporcionaria o bem e a felicidade de todos os brasileiros. Almejando esse nobre propósito, a instrução deveria atingir as mais distantes regiões do imenso território brasileiro.

A idéia de modernização, amparada na nacionalização, imposição de um novo tempo e de um novo projeto de política econômica, não conseguia respostas mais concretas no sistema educacional. As práticas educacionais eram travadas pela estrutura arcaica e inoperante de uma política educacional ainda nem tão consistente ao ponto de romper com uma visão de mundo, com uma cultura que resistia ao tempo, perpassando as fronteiras de uma sociedade dita “moderna”. Concordando com Thompson (2002, p. 18), penso também que,

Embora a vida social esteja em permanente mudança e a mobilidade seja considerável, essas mudanças ainda não atingiram o ponto em que se admite que cada geração sucessiva terá um horizonte diferente. E a educação formal, esse motor da aceleração (e do distanciamento) cultural, ainda não se interpôs de forma significativa nesse processo de transmissão de geração para geração.

A educação formal embora assumindo esse papel de motor que acelera as mudanças, não é por si só capaz de promover transformações



individuais e sociais de forma mais radical. A cultura popular precisa ser respeitada e vista como forma de preservação da identidade de um determinado povo, ou de um determinado grupo. Na emergência do projeto de ruralização da educação formal, tinha-se por principal motor a mudança via processo modernizador do campo, o que implicaria não somente em transformações materiais, mas em mudança de mentalidade.

Nas idéias de ruralização do ensino, tão fortemente exaltadas a partir dos anos de 1920, encontra-se a visão dos homens intelectuais, educadores e políticos de vida citadina. O ruralismo pedagógico propunha alternativas para o crescimento do Brasil em uma projeção futura no contexto do mundo capitalista desenvolvido. Neste olhar que se estabelecia da cidade para o campo, identificava-se uma questão crucial a esse crescimento, o ponto nevrálgico em torno do qual se atribuía o atraso desse país continental e essencialmente agrícola: o mundo rural.

A ideologia do ruralismo pedagógico buscava, pois, amenizar a situação de inferioridade brasileira frente as demais nação do mundo desenvolvido. O *ruralismo*, nas vertentes do pensamento de Alberto Torres e de seus seguidores, via no mundo rural o cerne da brasilidade. Tal ideário se fortalece no pensamento de que só com melhoria de condições de vida e produção deste “Brasil real” (meio rural), poder-se-ia alcançar os patamares desejados para o crescimento e destaque de uma nação em plena marcha para o progresso.

No pensar e agir do cotidiano das escolas normais rurais ecoam com intensidade a harmonia sonora de tal ideologia. Nas narrativas das normalistas rurais e nos escritos da época, percebe-se qual era o real papel da escola. Neste sentido, concordando com Alcir Lenharo, vejo esse mister da escola como sendo,

...o espaço social “esquadrinhado de maneira neutralizadora e envolvido por uma redoma defensiva do mundo externo, pleno de tensão e conflito. Lar, Escola e Pátria constituem as únicas referências geográficas utilizadas. Todos esses espaços estão preenchidos de amor e desprovidos de conflito: “Só o amor constrói. O lar é o espaço privilegiado do aconchego. Na escola, o professor desperta sugestões emotivas e exercita para o impulso heróico e para o apostolado cívico. Pais e filhos, professores e alunos não se manifestam hierarquicamente. As relações sociais, do lar à escola e, deles, para o genérico da Pátria, diluem-se gradativamente, sustentadas apenas pelo crivo da moralidade.(IDEM, p.40)

Por conseguinte, na contingência de ser professora ruralista, encontra-se a marca indelével da educadora missionária, repleta de sentimentos de elevado teor moral, de manifesto amor pátrio e indiscutível devoção e respeito à doutrina cristã. No contexto de sua vida escolar, nos vestígios das experiências vivenciadas e no que ficou imaculado na memória e nos registros de seus escritos, são perceptíveis as marcas de uma formação e a concepção de um ideal de professora para o meio rural.

Alguns elementos dessa formação é possível elencar, para o entendimento do que ficou impregnado no modo de pensar e na maneira de ser dessas mestras. A concretização desse perfil desejado para a professora rural ocorre não somente por meio do conteúdo ideológico, mas, também, por meio de estratégias que tinham por objetivo a ordenação e orientação do corpo como forma de se chegar à “integridade do ser humano”. Havia a necessidade de se estabelecer um equilíbrio entre o corpo e o espírito.

Não era sem razão a ênfase imprimida à Educação Física e ao aprendizado da música, ou, mais precisamente, do Canto Orfeônico, no programa curricular das escolas normais rurais. Ao se referir à posição de Cassiano Ricardo, um dos teóricos a serviço do Estado Novo, afirma Lenharo (op.cit, p. 60)“ *não perde tempo para perceber a importância coletiva do canto coral: “cantando juntos todos parecem verificar que tem a mesma alma”*( *Marcha para o Oeste, p 502*). Lenharo assinala que essa idéia presente na obra de Ricardo pode ser justificada pela grande aproximação desse com Villa – Lobos, compositor que grande influência exerceu, por meio de suas músicas, na consolidação do ideário nacionalista, já que se esmera na difusão de um Brasil grande, belo e diversificado por tudo o que representava as suas riquezas naturais e culturais. De uma certa forma, as composições de Vila Lobos promoviam o conhecimento e integração do Brasil, da Amazônia ao sertão nordestino, soavam os ritmos que expressavam sua magestade.

A Educação Física passa a deter importância grandiosa em momento da necessária “militarização dos corpos”. Assim é que o corpo “*fisicamente educado faculta o desenvolvimento das “mais elevadas faculdades morais”*. *O corpo não é mero produtor de moralidade mas é também seu transmissor”* (IDEM, p.507).

A Educação Física e a Música faziam parte do elenco das disciplinas do currículo das escolas normais rurais, sendo muito enfatizadas pelas normalistas rurais entrevistadas, haja vista a importância que tais disciplinas representavam para uma formação integral das futuras professoras. Uma amostra

da influencia exercida por tais componentes curriculares diz respeito ao fato de todas as narradoras demonstrarem habilidades artísticas e manuais. Quanto aos aspectos posturais e de etiqueta, ainda hoje há uma preocupação com a forma de sentar, andar e se dirigir às pessoas.

O fato de terem participado do Canto Orfeônico é motivo de muito orgulho para as senhoras que, quando jovens, usufruíram de uma educação de nível incontestável, tanto no aspecto cognitivo quanto naqueles ligados às habilidades artísticas, culturais e sociais. A formação social aqui entendida como formação de mulheres “civilizadas”, imbuídas das etiquetas sociais que se equiparam às atitudes adotadas nos países mais desenvolvidos culturalmente, como era o caso da França, modelo de civilização a ser imitado.

As escolas normais rurais, no Ceará, preencheram, em algumas cidades do Estado, o vazio existente em relação à falta de ambiente, de um espaço escolar que permitisse à pequena burguesia o fruir de uma educação que dotasse as moças das famílias mais abastadas ou bem-posicionadas na sociedade, em virtude de suas origens aristocratas, de uma cultura geral e profissional e que, principalmente, as moldassem no padrão desejado de moças “bem-educadas”, prendadas e imbuídas de etiquetas que imprimiam uma atitude de verdadeiras damas.

Esse tipo de formação ia além daqueles objetivos tão enfaticamente anunciados pelos defensores da educação rural e da interiorização de saberes necessários à transformação da realidade campesina, ou seja, da instrução que

proporcionasse a “felicidade individual e coletiva” dos futuros agricultores. Neste mister, a intervenção educativa, proporcionada pela professora ruralista, tinha que incutir em seus educandos as consciências agrícola e sanitária, tão essenciais à mudança de mentalidade de uma população envolta em intenso atraso e subdesenvolvimento.

Contraditoriamente a esta missão delegada às futuras professoras ruralistas, com o intuito de romper com um quadro sociocultural caracterizado por práticas tradicionais e totalmente distanciadas do mundo dito civilizado, o perfil pretendido para as moças e a educação por elas recebida atendiam ao papel que elas deveriam desempenhar na sociedade, ou seja:

Nesse quadro social, as mulheres eram avaliadas pela beleza física, pela religiosidade, pelos valores morais e pelas principais prendas domésticas nas quais se destacavam. Alguns lustros de cultura eram desejados e o conhecimento de uma outra língua, arte, poesia e literatura sempre impressionava(...). A mulher que transitava nesse espaço era a mãe de família preocupada com a casa e com os filhos, que aguardava o marido todos os dias para as refeições...Se, para culminar, essas mulheres pudessem ter uma profissão que lhes possibilitasse uma certa independência e um pouco de liberdade, isso poderia significar um grande passo a realização pessoal e profissional... ( ALMEIDA, 1998, p.168 ).

A inserção dessas mulheres no espaço da instituição escolar como alunas para, posteriormente, conquistarem a profissionalização foi deveras significativo em virtude do que isso representaria simbolicamente em suas vidas, ainda limitadas em virtude da representação que se fazia quanto à função familiar e maternal a elas delegada culturalmente. Neste sentido, a mulher que tencionava ser professora procurava, também, estabelecer:

...uma identidade no contexto do simbólico e da cidade, buscava prestígio social e cumpria um dever sagrado, ao mesmo tempo

que alardeava a sua vocação, a qual, por sua vez, justificava o desejo de seguir uma carreira que era comparada a um sacerdócio. Mas, com as alterações econômicas e as transformações nos costumes, algumas dessas mulheres passaram a desejar receber um salário e, com ele, adquirir bens materiais... (IDEM, p. 169)

A asserção apresentada por Jane S. de Almeida (1998) pode ser constatada na realidade retratada por esta pesquisa. Dentre as ex-normalistas rurais, havia aquelas para quem, mais do que a realização pessoal provocada pela oportunidade de prosseguirem suas vidas estudantis, a profissionalização passa a ser imprescindível à complementação e/ou sustentação econômica pessoal ou familiar. Para algumas dessas professoras, era questão de sobrevivência o seu exercício magisterial.

Nas trajetórias de vidas retratadas no capítulo anterior, é fácil perceber a realidade que ora apresento. Enquanto umas professoras ressaltam a necessidade de ajudar no sustento do lar, algo desde cedo inculcado por membros da família, outras demonstram que a profissão não só representara motivo de realização pessoal, mas também se constituía tal tarefa em algo que deveria proporcionar retorno financeiro. Em alguns depoimentos, esse aspecto não é enfocado de forma explícita, ficando nas entrelinhas o que não foi expresso de forma mais categórica. Em sintonia com a pesquisa da autora mencionada anteriormente, no entanto é possível assinalar:

...Nem todas lecionaram ou submeteram-se às difíceis condições do magistério, fosse na cidade ou no meio rural, mas muitas realmente precisavam dar aulas para manter-se e ajudar em casa. Na História da Educação brasileira e nas análises sobre o trabalho feminino no país isso ainda não foi bem explicitado e durante algum tempo acreditou-se na falsa idéia do “ganho para os alfinetes” Para essas mulheres que se tornaram professoras, as escolhas foram realizadas nas fimbrias da vocação e no cerne da necessidade, aliadas à busca de uma identidade profissional feminina e dentro das possibilidades oferecidas... (ID IBDEM, p.169 ).

Nas falas das narradoras são perceptíveis as marcas de uma formação que delegava à professora primária da zona rural o papel de missionária que desbravaria um mundo ainda dominando pela ignorância, por práticas arcaicas e distanciada dos valores, costumes e atitudes assumidos pelos habitantes urbanos. A mestra imbuía-se desse dever cívico e patriótico. Passava a cultivar valores como o amor à natureza, às coisas do campo, à agricultura e demais atividades ligadas ao meio campestre cearense. A este respeito, é muito sugestiva a crônica de uma aluna da ENRJN que estampou à primeira página do jornal *O Lavrador*, de 1939, cujo título era: “*O Que é a Escola Normal Rural de Juazeiro*”.

ENR de Juazeiro, representa não só para o Ceará mas para o Brasil inteiro o marco de uma reforma educacional ou de uma nova época. Porque, esta Escola é o início de uma civilização ou doutrina, que não só melhora as condições econômicas e financeiras do Brasil como corrige a moral, profundamente infectada pelos maus ventos soprados do estrangeiro, principalmente da Europa que começa a enfraquecer ameaçando fatalmente[...]. A E.N.R. de Juazeiro será a nossa salva guarda, será o facho luminoso que guiando inteligências moças, sadias e fortes dentro de uma moral sã mostrar-nos-à também, a senda feliz da grandeza, da riqueza, da ordem e da soberania do Brasil que será um dia a maior nação do mundo... ( Raimunda Cruz, p.1 e 2 ).<sup>38</sup>

O primeiro regulamento a guiar os trabalhos e atividades a serem desenvolvidas pela Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte preconizava ser essa escola responsável pela preparação de mestres para o ensino primário da zona rural. Tal formação tinha o objetivo de “*orientar racionalmente as novas gerações*” de camponeses para que pudessem assumir de forma mais competente e satisfatória as tarefas agrícolas e pastoris, “*dando-lhes a conhecer os meios de defesa da saúde e de incentivo ao progresso*”.

<sup>38</sup> Cf. jornal *O Lavrador*, Ano VI, Julho-Agosto de 1939.

No referido regulamento, dois elementos são ressaltados: saúde e progresso. A Nação brasileira e o Estado cearense, dentro de uma nova realidade que exigia ações concretas para o desenvolvimento econômico, buscavam meios de instruir o seu povo com o propósito de projeção no contexto do mundo capitalista. Um país, para atingir patamares mais elevados nos aspectos econômicos e culturais, deveria voltar suas preocupações para o bem-estar físico da população, corpos fortes e sadios para execução das atividades laboriais, o que, indubitavelmente, refletiria no desenvolvimento econômico no âmbito regional e, por extensão, no plano nacional.

Corpos sadios não eram suficientes para o empreendimento desejado, pois outro aspecto era por demais importante, ou seja, a “orientação racional” do trabalho. A racionalidade instrumental tinha que ser tarefa da educação, ou da sistematização de conhecimentos essenciais ao bom e proveitoso desempenho das atividades econômicas. No caso específico do papel da professora ruralista, dotar o futuro agricultor de conhecimentos relacionados a uma agricultura mais científica seria o caminho mais seguro para promover a modernização do campo e, conseqüentemente, a redenção de uma região ainda submersa na escuridão da ignorância. Partindo dessa visão, Tarcila Cruz Alencar, professora de Português da E.N.R.J.N, escreveu, no transcurso do 20º aniversário da Escola, em 1954, sobre o papel social daquela escola pioneira, expressando-se da seguinte forma:

A finalidade da E.N.R. é formar professores para as suas zonas rurais. É educar os alunos no próprio ambiente em que terão de exercer suas atividades a fim de que mais tarde não sejam desambientados, desajustados no recinto onde terão de viver e trabalhar[... ]. É ensinar ao educando a tirar o máximo daquilo que o cerca, melhorando o seu próprio habitat e concorrendo deste modo,



para a grandeza da terra para o progresso da Pátria estremecida... Não é somente no setor educacional que é desvanecedora a análise...A influência da Escola se faz sentir na vida religiosa, orientando as idéias fornecendo conceitos sãos, retos, imprimindo uma nova diretriz religiosa à cidade que fundada sob as bençãos de Nossa Senhora as Dores, continua como uma das pioneiras na devoção da Rainha do céu. Vai mais além a ação construtiva da nossa Escola Normal Rural... As crianças naquele tempo, se envergonhavam de dizer que eram filhas de agricultores. A profissão era humilde e quase sempre, por ocasião da matrícula os meninos arranjavam outra profissão para dizer, contanto que não proferisse a situação real do pai. Retirar da terra, com o seu próprio suor, o sustento da família, era, para os inocentes motivos de recalques e humilhações. Hoje é bem diversa a maneira de pensar: lavar a terra é contribuir para a grandeza do Brasil, é enriquecer os seus celeiros, é levar a seiva que há de nutrir o organismo da Pátria, é possuir mais legitimidade, mais lídima expressão...(p. 26-27)<sup>39</sup>.

Ao escrever sobre a influência social da E.N.R.J.N, a entusiástica professora Tarcila Alencar traduz um pensamento que orientava as concepções de Educação, sociedade e homem, norteadoras do trabalho desenvolvido nas escolas que se destinariam à formação de professoras plenamente adaptadas ao meio campesino.

O ideal ruralista já estava impregnado nas mentes das pessoas envolvidas neste programa tão específico de formação docente. A escola era vista como *lócus* por excelência da transformação social. Era célula responsável pela geração de um organismo pleno de vitalidade, em cuja essência encontrava-se a razão maior da vida em uma sociedade rural. Portanto, o mundo rural, já atingido pela influência negativa do urbanismo, estaria prestes a sucumbir ante a desvalorização e falta de compreensão sobre a sua importância para o engrandecimento do País.

A relevância do campo para a revitalização do Brasil, país essencialmente agrícola, é exaltado pelos defensores do ruralismo pedagógico,

---

<sup>39</sup> “A Escola Normal de Juazeiro e a sua Influência Social”. In A Escola Normal de *Juazeiro do Norte* - no seu 20º Aniversário - 1934-1954. Juazeiro do Norte do Ceará - Brasil, 13 de junho de 1954.

por constituir questão crucial à garantia não somente do desenvolvimento econômico do Brasil, mas como a forma mais viável de garantir tal desenvolvimento mediante a contenção das populações rurais em suas regiões, motivada pela melhoria de vida ou de melhores condições para o desenvolvimento das atividades agropecuárias pela classe camponesa.

Propiciar melhorias na vida do homem rural era algo estreitamente ligado ao fator educacional. Aos pequenos futuros agricultores deveria ser ministrada instrução que elevasse o nível socioeducacional e cultural e que, principalmente, o instrumentalizasse de saberes e ferramentas indispensáveis ao seu desempenho na produção econômica. Além disso, o fator ideológico constituía peça fundamental na engrenagem do organismo social a que pertencia; era indispensável alimentar o ser do homem do campo quanto a sua importância neste processo de crescimento e desenvolvimento de sua terra. O agricultor não poderia jamais se ver como brasileiro inferior pelo fato de sua ligação à terra. Muito pelo contrário, deveria cultivar e ostentar um orgulho patriótico por ser um cidadão de tal modo imprescindível na tarefa de tornar o Brasil tão grandioso, materialmente, quanto o era em extensão territorial, riquezas e belezas naturais.

Qual então o papel da professora formada nas escolas normais do Ceará naqueles idos de intensa divulgação e efusivos discursos em torno da ruralização do ensino e da escola como uma instituição a serviço da Pátria?

Nos depoimentos das normalistas das escolas normais rurais, sujeitos desta pesquisa, encontrarei a mais lídima convicção do que era ser professora e qual o papel desempenhado pela escola formadora na definição de uma atitude,

de uma maneira de ser, de pensar e agir encetadas em suas trajetórias pessoais e profissionais. A compreensão do ser professora não se desvincula do ser mulher, do ser social, do “eu” constituído nas bases sólidas dos conhecimentos teóricos e práticos que se desenvolviam na própria essência de uma formação destinada às moças, cuja educação escolar era voltada para a formação do cidadão nacional naquele tempo de efervescência nacionalista. Em alguns momentos das narrativas, a percepção de como deveria ser, o que se esperava das moças que saiam da Escola Normal Rural:

Na escola se aprendia de tudo, até a fabricação de produtos industriais, como brilhantina, tinta, etc. Além da confecção de artesanato, principalmente de palha. Assim, as moças saiam com uma formação geral, que ia dos conhecimentos científicos ao desenvolvimento das artes e de trabalhos manuais, da aquisição de atitudes e valores morais. As moças que estudavam na ENRJ eram conhecidas só pelo andar... A postura que tinham... A elegância, A forma de olhar. Elas se tornavam excelentes donas de casa... verdadeiras damas! (Assunção Gonçalves-ENRJN).

Na estreita relação teoria e prática, o objetivo era promover-se uma formação que dotasse a futura professora de saberes sobre o campo, sem retirar-lhe o direito de usufruir de uma formação geral, de uma educação que a moldasse aos padrões de uma sociedade que esperava da mulher atitudes refinadas, sendo ainda portadoras de atributos indispensáveis ao seu desempenho no lar e à sua conduta na sociedade. Assunção Gonçalves enfatiza esse aspecto de educação refinada recebida na ENRJN, ou seja, a formação de uma verdadeira dama, de uma mulher que conseguia associar conhecimentos mais técnicos sobre o campo, para orientação aos agricultores, aos saberes e atitudes inerentes a uma mulher de educação doméstica e social incontestáveis.

Carmusina Arrais reforça a importância refinada que as alunas tinham na Escola Normal Rural de Limoeiro do Norte. Fala de seu tempo de aluna com muito entusiasmo, enfatizando os conhecimentos relacionados a artes e literatura. Escreveu muitas crônicas que resultaram em publicação de dois livros. Associa a habilidade com a escrita literária e o seu jeito extrovertido à formação recebida na Escola que as estimulava para leituras de nomes como Machado de Assis, Euclides da Cunha, seus escritores preferidos, bem como as forçavam para o exercício da oratória. Quanto ao papel da professora, apresenta a concepção da educadora como uma missionária, profissional com a responsabilidade grandiosa e divina de conduzir a luz da instrução às mentes que dela necessitam: *Mesmo assumindo as tarefas do lar continuei em minha caminhada na educação. Pois considero ser um dom divino...*”, afirmou no final de sua narração. Para a ex-aluna da ENRLN, o professor deve iluminar o cego que lhe pede a luz, *porque assim é ser professor, ensinar é dá a luz ao cérebro, é proporcionar conhecimento aos que dele necessitam.*

Ao se referir sobre a profissão de professora, Elvira Costa acentua que a vontade de ser educadora era algo alimentado desde a mais tenra idade. Sempre nutriu a vontade de ser professora, tinha *“um ideal, assim, de alfabetizar, de ser professora”*. Ressalta que:

Lecionei durante trinta e dois anos, no período em que o ensino era melhor e o professor era mais valorizado. Hoje é muito diferente, o professor não tem nem mais direito de reprovar o aluno. Antigamente, até os pais nos respeitavam. Os alunos tinham a gente como mãe. (Elvira Costa-ENRSC).

Novamente a figura da professora é associada a sua função materna. Os atributos inerentes ao papel da mulher na sociedade passaram a ser vistos como elementos essenciais à escola e à formação que esta proporcionaria às

futuras gerações, dentro de um projeto de sociedade que se ajustasse às demandas de uma nação em busca de sua afirmação e consolidação enquanto tal, de um Estado que lutava contra as adversidades advindas de sua posição periférica dentro de um Brasil, caracterizado por diversos brasis existentes. Nesta “Terra da Luz”, referência ao sol inclemente dos sertões, o mesmo que ilumina o esplendor de suas praias, não se dispunha da luz do conhecimento. Com essa analogia, tento a compreensão do tom romântico e otimista presente nas falas das professoras rurais. A Escola Normal Rural nascera, portanto, com essa missão de levar a luz da instrução para as regiões sertanejas, ao mundo ainda repleto de ignorância, desprovido de civilidade, totalmente distanciado do saber científico, da cultura letrada.

Maria de Lourdes Setúbal, tendo se formado na década de 1950 e exercido a profissão em momento de mudanças significativas no setor educacional, nas décadas de 1960 a 1970, bebe da fonte do ruralismo pedagógico quando já se esgotava o vigor de tal ideário, haja vista o prenúncio de novos tempos na vida política e social do País. Reportando-se a sua trajetória como professora, em tempos anteriores à Reforma do Ensino (Lei 5.692/71), queixa-se da desvalorização da profissão de educador:

O ensino mudou muito, foi a *velha reforma do ensino*. Na minha época os professores tinham mais domínio sobre os alunos. O ensino foi sendo reformado, acabaram com a Comunicação e Expressão, acabaram com a História da Gramática e eu acho que foi um prejuízo muito grande, porque tem gente que se forma sem saber o Português direito. Naquela época a gente achava que não sabia porque acabaram com o Latim. Eu ouvia meus professores falarem, vocês não sabem Português porque não sabem Latim. Acabou Latim e agora acabaram com a Gramática, com tudo isso, ninguém ensina, ninguém estuda” (Lourdes Setúbal-ENRC).

Apesar de tudo, porém, Lourdes garante que gostou de ser professora, já que sempre alimentou o desejo de ser professora, por isso *não sou frustrada por isso não, apesar de ser uma profissão mal remunerada*. Neste depoimento, são perceptíveis as marcas de um tempo, de um período dominado pelo otimismo, idealismo e romantismo, guiado principalmente por uma “fé iluminista”, cuja crença levaria à redenção da sociedade via instrução escolar de suas populações. As marcas já desgastadas desse tempo são suplantadas, pouco a pouco, por uma nova ideologia, marcada pela “segurança nacional”, imprimindo novos caminhos para a educação, rumo ao tecnicismo pedagógico que vigorará a partir de então.

Definir o perfil da professora formada nas Escolas Normais do Ceará, em tempos de efervescência da ideologia ruralista e de exaltação do sentimento nacionalista, requer a compreensão de um tempo vivido, repleto de idéias, valores e práticas que direcionavam a vida dos indivíduos na visão de um futuro que se anunciava coroado de vitórias, fartura e desenvolvimento sociocultural. Descrever o ser professora ruralista passa a ser redundante ante as falas de mulheres sábias, convictas do dever cumprido e da missão grandiosa a que foram chamadas, na tarefa “divina”, “patriótica” e cidadã de conduzir a Luz da Instrução às crianças dos sertões ou das cidades interioranas e do litoral. Deixo à professora Herotildes Helena, ex-aluna da Escola Normal de Iguatu, a tarefa de expressar, com a força de sua emoção, o que foi ser professora:

*A formação na Escola Normal Rural serviu para minha vida prática. Ser professora para mim é uma responsabilidade diante de Deus, pois estamos formando pessoas. Deus nos entrega uns de seus filhos para que o conduzamos para o bem. É o mesmo privilégio de ser mãe. Assim, ser professora é um privilégio como o de ser mãe. É ajudar na obra divina da criação.*

## 6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tarefa a que me propus ao enveredar pelos caminhos da história da profissão docente no Ceará durante os anos de 1930 a 1960, conduziu a uma infinidade de questões que tentei analisar para compreender o papel das escolas normais rurais, na efetivação de um projeto social e educacional para o meio rural cearense. Entender a essência desse projeto específico de formação da professora rural, implica, indubitavelmente, situar a mulher no lugar a ela reservado no quadro de mudanças intensas, operadas em um país que marchava rumo ao tão esperado crescimento econômico e, por extensão, à otimização dos indicadores socioculturais.

No período em foco, foi expressiva a atuação dos profissionais de educação, mediante conferências, debates, cursos e publicações nos diversos meios científicos e culturais de divulgação. Estavam em destaque as idéias de escola renovada e formava-se uma nova consciência educacional, *“relativa ao papel do Estado na educação, à necessidade da expansão da escola pública, ao direito de todos à educação, tendo em vista seu alcance político e social, à importância da racionalização da administração escolar.”* (TANURI, 2000, p. 72). Os anos pós-1930 denotam esse momento de muita movimentação em direção às mudanças e atendimento a novas necessidades que se apresentam em um tempo de intensas transformações, ou de tentativas no sentido de avançar no caminho do progresso nacional e na busca de sua projeção internacional.

Ao adentrar no espaço das escolas normais rurais do Ceará, em um tempo demarcado por um ideário tão enfático na propagação de um modelo de sociedade, de homem e de cidadania – moldado aos paradigmas de um “novo estado” – requer a percepção de uma realidade específica, que se apresenta na perspectiva peculiar ao tempo vivido e à realidade do espaço no qual se inseriu essa proposta de formação docente. A formação da professora ruralista, embora sendo verificada em outras regiões ou estados brasileiros, não se apresentou nos mesmos moldes da experiência cearense. A realidade do Ceará é peculiar por dois motivos: primeiro por ser a experiência pioneira no país; segundo por ser a expressão de idéias e de práticas que, imbuídas do *ruralismo pedagógico*, apresentaram-se em um formato que era o retrato do quadro social e educacional de um Estado castigado pelas secas e pela presença ainda marcante da “cerca”, fronteira delimitadora do ter e do poder, do não ter, e do estado de submissão da população sertaneja.

Na delimitação dessas fronteiras uma onda de otimismo, romantismo e idealismo denunciam, mas ao mesmo tempo camuflam a realidade nua e crua da vida sertaneja, do mundo rural e do homem camponês. A educação como redentora e regeneradora da sociedade passa a ser exaltada mediante discursos e formalização de políticas que visavam atingir os pontos nevrálgicos da sociedade, os quais constituíam entraves ao progresso e desenvolvimento local e regional. A “*educação no campo, para o campo e pelo campo*” redimiria esses lugares castigados pela escassez da água e da luz a guiar as mentes ignaras. Neste mister, uma educação para as futuras mestras rurais estaria de acordo com



tudo aquilo que expressasse a própria vida e os meios de sobrevivência dos habitantes rurais.

Delimitei o estudo no período compreendido entre as décadas de 30 e 60 do século XX, por esse tempo representar o auge das idéias ruralistas no Estado do Ceará, como reflexo de um pensamento que vigorara em todo território nacional, tendo nas terras alencarinhas a sua materialização, por meio da efetivação do projeto elaborado pelo pensamento do educador paulista Sud Mennucci.

O período de vigência das escolas normais rurais transpõe os umbrais da década de 1960, adentrando os dois primeiros anos da década posterior, graças à persistência das escolas de Juazeiro e Limoeiro do Norte. Nessas duas escolas percebe-se a influência do *ruralismo pedagógico* de forma mais intensa, haja vista serem exemplos mais acabados de um ideário incutido e absorvido com muita convicção. É, portanto, apresentado com muito orgulho pelo fato de ter sido um projeto educativo deveras inusitado no contexto da educação brasileira. Assim, *Juazeiro do Pe. Cícero* e Limoeiro do Norte se adaptavam às mudanças que se operavam na política educacional brasileira desde os finais dos anos de 1950, resistindo e, dessa forma, continuando na persistência de um propósito de formação da professora rural. Os anos de 1960 assinalam rupturas mais bruscas. O Golpe Militar de 1964 traz em seu bojo uma visão de mundo, sociedade e educação que se rotula em uma filosofia educativa tecnicista.

São dignos de menção os casos das escolas de Juazeiro e Limoeiro do Norte. Juazeiro foi modelo para o Brasil, exemplo e inspiração para a criação das demais escolas no Ceará, como confirma Lima (2002, p. 123): “*Exemplo edificante, sincero e elevado, por certo proporcionou Juazeiro, no Ceará, aos demais municípios, criando a instituição educacional a que nos referimos, para encampar, como encampou, a Escola Normal do Estado.*”. A grandiosidade de tal projeto ainda hoje é enaltecida pelas alunas que usufruíram dos tempos áureos, bem como por aquelas que viveram seus momentos finais e os que a conheceram por meio dos relatos saudosistas de ex-alunos, ex-professores e juazeirenses que direta ou indiretamente participaram de sua história. Os mais antigos se indignam com a transformação dessa escola de formação docente para o meio rural, em escola de “curso pedagógico comum”. Assim, em março de 1972, “*ficou iniciado o Curso Normal Pedagógico, atendendo a Reforma do Ensino, que extinguiu o Curso Normal Rural, na Escola Oficial do Estado, curso que foi a razão de ser do Estabelecimento.*” (OLIVEIRA, 1984, p. 387).

Quanto à Escola Normal Rural de Limoeiro do Norte (ENRLN), sua denominação se imortalizou, continuando para o limoeirenses pelo menos no nome, como normal rural, a despeito de nada existir da essência daquele festejado projeto de formação docente. A história da ENRLN é repleta de controvérsias e foi palco de acirradas disputas políticas. Lauro de Oliveira Lima (1984) afirma que para analisar o impacto sócio-educacional produzido pela criação da Escola Normal Rural e o seu caráter comunitário, conciliando, num projeto comum, velhas desavenças políticas da sociedade limoeirense, teria que se fazer capítulo especial. Em seu livro “*Sistema Escolar de*

*Limoeiro do Norte: da Colônia à escola que revolucionou o município*”, ressalta o referido autor que “*Três integralistas, à sombra de uma parreira, fundam uma escola...*” (Idem, p. 130). Dessa forma, a ENRLN nasce sob os auspícios do movimento integralista. No discurso de Franklin Chaves como paraninfo das diplomadas de 1946, é explicitada tal orientação ideológica. Conforme relata Oliveira Lima, referido orador,

Lembra o clima de euforia suscitado pela Revolução de 1930, gerando o ruralismo soprado de São Paulo e o nacionalismo exacerbado e a Legião Cearense do Trabalho de Severino Sombra, fenômenos a que Limoeiro aderiu. Franklin falava que Pe Helder era o líder vibrante do movimento integralista, no Ceará, e ele, Franklin, o chefe regional dos camisas-verdes, no Vale do Jaguaribe, comandando mais de trezentos integralistas, só em Limoeiro. Maria Gonçalves era uma ativista mais discreta (em vista da função que passaria a exercer), mas sempre ligada a integralistas como Pe. Aloísio, Hamilton Nogueira, Negreiros Bessa, amiga de Franklin Chaves, mesmo depois do fechamento da A.I.B. (IBIDEM, p.131)

Nas idéias subjacentes à filosofia educacional das escolas normais rurais é perceptível a presença da orientação integralista – fato explicado pela proliferação e impregnação desse movimento na sociedade cearense. Nas narrativas das normalistas rurais, sujeitos dessa pesquisa, estão implicitamente as marcas de uma ideologia que as percebia com determinadas funções, dentre outras, a de “*dedicar-se às suas famílias e lares, propiciar e educar crianças cristãs e patrióticas, proteger os lares contra o comunismo e cultivar valores ‘femininos’ como obediência, amor, sacrifício, pureza e espiritualidade.*” (MAIO; CYTRYNOWICZ, 2003, *apud* FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 52). Assim, “*crer, obedecer e preservar*” era o lema que definia o que deveria ser a mulher na sociedade daqueles idos.

Avançando no tempo que corresponde à trajetória das professoras diplomadas pelas escolas normais rurais, adentro na década de 1950 – período em cujo desenvolvimentismo ainda vigorava a euforia escolanovista – para analisar como se deu a “modernização” do ensino em todos os níveis de escola, atingindo também a formação dos professores primários. Assim, merece destaque:

A atuação desenvolvida pelo Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PBAEE), de 1957 a 1965 – resultante do acordo MEC/INEP e a USAID –, cujo objetivo prioritário foi inicialmente a instrução de professores das escolas normais, no âmbito das metodologias do ensino, e com base na psicologia, objetivo esse que se estende também ao campo da supervisão e do currículo. (TANURI, 2000, p. 78).

Uma significativa parcela de ex-alunas participaram do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PBAEE), e ao ingressarem na própria escola normal como professoras, ficavam aptas ao magistério das matérias que lecionavam no curso normal rural. Em seus relatos ressaltam, ainda, os cursos feitos na escola de Agronomia, onde recebiam habilitação para lecionarem disciplinas da área agrônômica. Assim, a preocupação com as metodologias de ensino e psicologia eram indissociáveis dos saberes científicos de conteúdos essenciais ao conhecimento que deveria ser apropriado pelas professoras primárias.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, não provocou mudanças significativas para o ensino normal, já que as reformas estaduais tiveram seus objetivos voltados praticamente para alterações curriculares, como forma de ajustar o ensino de

suas escolas normais à nova lei. Na conjuntura histórica pós-64, de acordo com Tanuri (2000, p.79):

As preocupações da literatura educacional, dos conteúdos curriculares e dos treinamentos dos professores deslocam-se principalmente para os aspectos internos da escola, para os “meios” destinados a “modernizar” a prática docente, para a “operacionalização” dos objetivos instrucionais e comportamentais, para o planejamento, e coordenação e o controle das atividades, para os métodos e técnicas de avaliação, para a utilização de novas tecnologias de ensino, então referentes sobretudo a “recursos audiovisuais. Tratava-se de tornar a escola eficiente e produtiva, ou seja, de torná-la operacional com vistas à preparação para o trabalho, para o desenvolvimento econômico do país, para a segurança nacional. O referencial que passa a embasar parte significativa da produção pedagógica, principalmente durante os anos 70 (SILVA, 1991), é o da Teoria do Capital Humano. Dentro dessa visão tecnicista, acentua-se a divisão do trabalho pedagógico, desenvolvem-se os serviços de supervisão, iniciando-se nos cursos de Pedagogia, a partir da implementação do Parecer 252/1969, a formação dos especialistas

Diante dessas mudanças, onde se situou a formação docente e, em particular, a do professorado rural no Ceará? Os ventos de um período caracterizado por intensas modificações e pela exaltação da ideologia da Segurança Nacional, haveria de suplantar o ideal de formação da professora que atuaria no campo? Qual lugar foi reservado ao mundo rural em tempo de exaltação de um Brasil de “futuro promissor”, em uma marcha pra *frente*, pra *frente*? Como se vislumbrara o futuro da nação e qual o papel reservado à educação e à escola de formação docente? Como passou a ser vista a professora primária, em particular, a professora para o meio rural, dentro de uma visão tão simplificada e reducionista de formação na perspectiva do tecnicismo pedagógico? Eis as questões que procuro entender, para situar o papel social da professora ruralista enquanto missionária e candeiro a ilustrar as crianças do campo, futuros trabalhadores da labuta do meio rural.

Como resultado do estudo que constitui objeto da presente tese, posso afirmar o quanto esse tipo de formação docente foi festejado pelas suas peculiaridades e pelo propósito de adaptar a educação do meio rural às suas reais necessidades e aos valores inerentes à vida e à própria essência do homem do campo. Olhar preconceituoso? Puro idealismo ou utopia? Visão ingênua e piegas incutida nas mentes de estudantes que, no afã de suas vidas juvenis, se imbuiriam de um dever cívico e patriótico, tornando-se agentes a serviço de um projeto político que visava a efetivação de uma dada sociedade? A professora rural desempenharia, também, o papel de ajustar ou reforçar os interesses de um país envolto na obsessão do nacional-desenvolvimentismo, na consecução da edificação de um Estado fortalecido política e economicamente?

Minha pretensão não é assumir uma posição romântica quanto ao projeto de formação nas escolas normais rurais do Ceará, porém, gostaria de ressaltar uma questão que considero de muita relevância frente à realidade que se vive hoje, marcada pela precariedade ou fragilidade do sistema educacional brasileiro. Ao conhecer a proposta e os caminhos percorridos pelas escolas de formação da professora ruralista fica nítido – por intermédio dos relatos da ex-alunas e professoras ruralistas – a força de um ideal de educadora cristalizado em suas mentes, o qual procuraram efetivar plenamente em suas práticas pedagógicas.

Assim, o *ruralismo pedagógico* dos anos posteriores à década de 1930, vinculado ao nacional-desenvolvimentismo e à filosofia escolanovista, cristalizou-se no pensar e agir das professoras formadas nas escolas normais rurais

cearenses. Dentro do que foi possível, essas mestras buscaram fazer o que podiam para realizarem a missão educativa da qual se sentiam portadoras, a despeito das adversidades e contradições das políticas educacionais vigentes.

Neste sentido, o ser professora ruralista, dentro do que propunha formalmente o projeto de formação docente nas escolas normais rurais, se concretiza muito mais pela presença de sua ideologia e toda carga de emotividade e idealismo dela decorrentes. Na prática, a educação no campo em quase nada foi alterada, já que o extremo descaso para com a vida camponesa permanecia, não permitindo à escola e à professora acesso aos meios e instrumentos necessários ao bom encaminhamento das atividades de ensino e aprendizagem. O retrato desenhado por Américo Barreira, na década de 1950, constitui a realidade que foi se arrastando nas décadas posteriores, culminando com a inauguração de um período de imensa obscuridade na vida brasileira, a partir do Golpe Militar de 1964. Desde então, os novos rumos da política educacional promoveram não somente rupturas, mas retrocessos em um percurso cujos passos ainda eram tímidos e incertos, na reformulação de nosso sistema educacional.

Assim, por mais que a proposta de formação da professora rural ficasse restrita a um ideal, que não conseguira se efetivar numa prática efetiva de educação para o meio campesino, há de se reconhecer o quanto era consistente e aprofundada a formação intelectual, profissional e pessoal das futuras professoras. A despeito do conteúdo político e ideológico intrínseca e extrinsecamente a norteá-lo, em virtude da importância que a educação passa a

deter na formatação de uma sociedade anunciada como “nova”, as professoras egressas das escolas normais rurais são possuidoras de saberes e competências teóricas, artísticas e práticas incontestáveis, que nem as marcas implacáveis do tempo conseguiram apagar.

Sem condições de generalizar, mas tomando por exemplo as narradoras desta pesquisa, constatei que todas elas apresentam alguma habilidade artística que vai desde a música e as artes plásticas ao artesanato. Outra característica que se percebe como resultado da educação recebida na escola de formação docente, é a tendência para a escrita literária: dona Carmusina escreveu dois livros e várias crônicas para os jornais “Correio do Ceará” e “Unitário” e para a Rádio Educadora Jaguaribana; Dona Lourdes Setúbal escreveu sua autobiografia em um diário que guarda como um verdadeiro tesouro; Dona Herotildes, além de exímia oradora, escreveu a biografia de sua mãe, uma breve autobiografia e continua escrevendo sobre filosofia e espiritualidade, acabou de produzir um livro sobre a Doutrina Espírita, porém não demonstra interesse em publicá-lo. As demais professoras, mesmo não sendo detentoras de produções literárias, têm profundo conhecimento humanístico e são possuidoras de dons artísticos, como é o caso de Maria Assunção, grande artista plástica da região caririense.

Por conseguinte, as professoras ruralistas recebiam, como já foi enfatizado, educação primorosa e, ao mesmo tempo muito rigorosa, e que tinha o objetivo de formá-las de acordo com a representação que se fazia da mulher e do seu papel no contexto da sociedade de então. Quanto à sua preparação para os



misteres da vida rural, apesar de toda a idealização que povoava e ainda permanece em suas mentes, é necessário que se abra um parêntese a fim de apresentar duas questões que considero esclarecedoras para entender qual o verdadeiro papel da professora/educadora em qualquer tempo ou lugar de nossa história educacional.

Primeiramente, levanto a polêmica quanto ao fato de ser delegada à professora, tarefa tão específica e ao mesmo tempo sem as devidas condições para a sua concretização no processo ensino-aprendizagem, ou seja: a sua função de “agente rural” ou de técnica responsável pelo aprendizado da criança sobre seus afazeres no campo. Assim, um papel educativo que deveria ser mais secundário no que diz respeito à formação da criança para a vida e dentro de suas condições peculiares de vida, passa a ser tarefa principal da professora, ou seja, o ensinamento de coisas concernentes ao trabalho no campo. Indiretamente, ou fazendo parte de uma verdadeira cruzada nacionalista em prol da educação e do desenvolvimento do meio rural, havia a participação do Ministério da Agricultura e de entidades como A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, como co-participes nas atividades escolares, uma amostra disso era o apoio e a realização das Semanas Ruralistas. Portanto, era tarefa da professora, essa função instrumental na perspectiva de preparar tecnicamente os futuros trabalhadores do campo?

Uma segunda questão diz respeito ao fato de que poucas professoras atuaram nas escolas rurais, além do currículo da escola primária não contemplar os conteúdos que faziam parte do programa das escolas normais rurais, como

forma de capacitá-las na orientação científica dos futuros agricultores. Nesse caso, não defendo que tal tarefa ficasse sob a responsabilidade da professora – até porque acredito na escola como um *lócus* de aquisição, elaboração e reelaboração dos saberes necessários à formação integral do ser humano – neste contexto, a profissionalização é deveras importante como forma de preparação para a vida e, principalmente, como promoção da auto-estima e dignidade do ser individual e social. Porém, é necessário se reconhecer que a professora por si só não poderia resolver problemáticas tão complexas e que fazem parte de políticas públicas mais amplas.

Defendo que o papel a ser desempenhado pela professora/educadora é primordialmente a formação e preparação das crianças como um todo, desenvolvendo-as nos aspectos cognitivos, social e cultural, sem perder de vista e tendo por ponto de partida a realidade por elas vivida. A função da escola e a tarefa do professor é a de, por meio da apropriação dos saberes sistematizados, fazer com que as crianças passem a compreender o seu papel histórico e a importância de sua intervenção no meio em que vivem, independente de ser rural ou urbano. No que diz respeito à educação do homem do campo, o fundamental é garantir o conhecimento de sua realidade, a apropriação de saberes que o aprimore e o illustre, mas principalmente que o dignifique como homem e trabalhador, sem provocar o distanciamento de suas raízes culturais.

Estas análises que tentam a difícil tarefa de apresentar considerações incisivas para responder às questões propostas por essa pesquisa historiográfica, exige um exercício intelectual por demais complicado, haja vista a infinidade de

pontos de interrogação a povoar pensamentos que se conturbam ante a complexidade e, principalmente, a responsabilidade em emitir uma interpretação sobre o papel das escolas normais rurais do Ceará e a sua contribuição para a formação de uma educadora responsável pela ilustração do homem sertanejo. Antes de qualquer pretensão de finalizar e apresentar conclusões fechadas sobre o ser professora ruralista nos idos de 1930 a 1960, uma infinidades de questões, interrogações e possibilidades se apresentam em decorrência de todas as fontes coletadas e da riqueza das narrações que, com certeza, suscitarão a abertura de novos caminhos para a pesquisa e produção na área da historiografia educacional cearense.

Assim, amplitude da temática em foco trouxe a certeza de que apenas iniciei uma caminhada nos escaninhos da história da educação rural no Ceará. Muito ainda precisa ser estudado, analisado, (re)contado, escrito e/ou reescrito. É apenas o início de uma irresistível paixão na busca do entendimento de nossas muitas histórias ainda não ditas, a serem descobertas, discutidas.

## **BIBLIOGRAFIA E FONTES**

### **Fonte Oral**

Entrevistas realizadas pelo Núcleo de Documentação Cultural - NUDOC/UFC:

- Dona Amália Oliveira Xavier, em 1983.
- Franklin Chaves, 1984.

### **Depoimentos**

- Prof.<sup>a</sup> Terezinha de Almeida Lavor de Lima – Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte.
- Prof.<sup>a</sup> Maria Elvira Costa de Lima, Escola Normal Rural Sagrado Coração, de Quixadá.
- Prof.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Setulba Feitosa Freitas, Escola Normal Rural de Crateús.
- Prof.<sup>a</sup> Ivanira Castro. Escola Normal Rural de Limoeiro do Norte
- Prof.<sup>a</sup> Ana Zélia Viana Camelo. Escola Normal Rural de Crateús.
- Prof.<sup>a</sup> Carmusina Arrais Freire. Escola Normal Rural de Limoeiro do Norte.
- Prof.<sup>a</sup> Valba Gondim de Sousa. Escola Normal Rural de Juazeiro do norte.
- Prof.<sup>a</sup> Maria Assunção Gonçalves. Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte.
- Prof.<sup>a</sup> Maria Neli da Silva Ferreira. Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte.
- Prof.<sup>a</sup> Herotildes Helena Silva Ferreira. Escola Normal Rural Senhora Santana, de Iguatu.

### **Fontes Hemerográficas**

**CORREIO DO CEARÁ**, Fortaleza-CE, 9 de fevereiro de 1934.

**GAZETA DO CENTRO-OESTE**, Crateús-CE, 13 de março de 2003.

**JORNAL O LAVRADOR** – Órgão do Clube Agrícola da Escola Norma Rural. Fundado em 14 de junho de 1934.

Exemplares consultados: 14/06/1934; 26/11/1934; 27/07/1934; 29/02/1935; 07/07/1935; 15/11/1935; 12/12/1935; 19/03/1936; Julho/agosto de 1939.

## **JORNAL O POVO**

16 de novembro de 1933; 22 de dezembro. de 1933; 03 de fevereiro de 1934; 24 de fevereiro de 1934; 27 de fevereiro. de 1934; 21 de junho de 1934; 30 de novembro de 1934; 04 de dezembro de 1934; 05 de dezembro de 1934; 14 de dezembro de 1934;

**REVISTA DOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ.** Editores: Américo Barreira e Lauro Maciel Severiano. N° 4, Ano III, Março de 1953.

## **Documentos Consultados**

**Ata da 2ª Reunião da Congregação da Escola Normal de Juazeiro do Norte, ocorrida no dia 19 de outubro do ano de 1964.** Arquivos do Centro Educacional Prof. Moreira de Sousa, antiga Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte.

**Ata da Reunião da Congregação da Escola Normal de Juazeiro do Norte, ocorrida aos 13 dias do mês de março do ano de 1966.** Arquivos do Centro Educacional Prof. Moreira de Sousa, antiga Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte.

**Anais da Semana Ruralista de Juazeiro do Norte.** Instalada por iniciativa da “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”, na cidade de Juazeiro, do Ceará, em 22 de julho de 1935. Publicação autorizada pelo Governo do Estado do Ceará. Fortaleza-Ceará: Imprensa Oficial, 1938.

**A Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte,** no seu 20º aniversário \_\_ **1934 – 1954.** Juazeiro do Norte - Estado do Ceará-Brasil, 13 de junho de 1954.

**Boletim Informativo** –Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais- MEC/INEP- Nº. 126- Janeiro de 1968.

**Decreto nº. 1218, de 10 de janeiro de 1934**, fundando uma Escola Normal Rural no Estado. Diário Oficial de 1934. Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.

**Decreto nº. 1.278, de 11 de junho de 1934**, tornando Oficial a Escola Normal Rural, mantida parcialmente pelo Instituto Educacional de Juazeiro do Norte. Diário Oficial de 12 de Junho de 1934. Arquivos do Centro Educacional Moreira de Sousa, antiga ENRJN.

**Lei Federal nº. 8.530, de 02 de janeiro de 1946**. Dispõe sobre o Ensino Normal Rural e dá outras providências. Arquivos do Centro Educacional Moreira de Sousa.

**Discurso proferido por Dona Amália Xavier, na abertura da Semana Ruralista de Juazeiro do Norte**, em julho de 1935- Manuscrito (Arquivo particular de Prof.<sup>a</sup> Assunção)

**Discurso- Pronunciamento por Sud Menucci** para a cerimônia de Colação de Grau das primeiras professoras Ruralistas do Brasil- Juazeiro do Norte, 1937(arquivo particular da Prof.<sup>a</sup> Assunção Gonçalves)

**Discurso proferido por Nelse Silva, ex-aluna da ENRJ**, em comemoração do jubileu de 50 anos de conclusão da 2<sup>a</sup> turma de professoras ruralistas- Mimeo, novembro de 1988 (arquivos particular da Prof.<sup>a</sup> Assunção Gonçalves).

**Discurso proferido por Monsenhor Murilo**, em homenagem à Amália Xavier de Oliveira – Solenidade em comemoração do centenário de nascimento da referida Educadora. Gravação em HVS, arquivo da Câmara Municipal de Juazeiro de Norte, 2004.

**Discurso de Plácido Aderaldo Castelo**, como paraninfo à turma de professorandas da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, em 1938. In: CASTELO, 1951.

**Efetivação de Professor Ruralista** – Secretaria de Educação e Saúde, 1955. Livro nº. 156, Arquivo Público do Ceará;

**Escola Normal Rural de Crateús**. Ex-alunas expressam seu reconhecimento e saudades. Organização de Rosa F. de Moraes et al. Crateús, 2 de julho de 2002. MIMEO.

**Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado do Ceará à Assembléia Legislativa** e lida na abertura da 2ª Sessão Ordinária da Décima Legislatura. Fortaleza/Ceará. Typografia Gadelha, 1937.

**Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, pelo Governo do Estado do Ceará- Dr Menezes Pimentel-** Fortaleza-CE. Imprensa Oficial, 1936.

**Por uma Escola Melhor- Relatório** apresentado por Joaquim Moreira de Sousa, por ocasião do 6º Congresso Nacional de Educação, em 1934.

**Relação Nominal das alunas diplomadas em 1951-** Escolas Normais Rurais de Juazeiro do Norte, Iguatu e Ipu - Livro nº 36, Arquivo Público do Ceará.

**Regimento da Escola Normal Rural de Juazeiro do ano de 1966.** Arquivos do Centro Educacional Prof. Moreira de Sousa- Juazeiro do Norte-CE.

**Relatório apresentado ao Exmo SNR. Presidente da República pelo Interventor Federal, Capitão Roberto Carneiro de Mendonça-** 22 de setembro de 1931- 5 de setembro de 1934. Ceará-Fortaleza: Imprensa Oficial, 1936 - Obras raras da Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

**Trabalho de conclusão de Curso dos alunos do 2º Complementar da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte- ano de 1938-** Manuscritos (arquivo particular de Dona Assunção- Juazeiro do Norte)

**Uma Fazenda Modelo: Tese das Professorandas de 1938.** 2ª Turma de Professores Rurais. Manuscrito. Juazeiro do Norte - Ceará, 1938. (arquivo particular de Dona Assunção- Juazeiro do norte)

## **BIBLIOGRAFIA**

**ALMEIDA**, Jane Soares de. **Mulher e educação:** a paixão pelo possível. São Paulo: UNESP, 1998.

**ALVES**, Joaquim. O Ensino Primário na Primeira Metade do Século XX. In.: MARTINS, A . e GIRÃO, R. **O Ceará.** Fortaleza: editora do Instituto do Ceará, s/d.

**ANDRADE**, Mário Sobreira de. **Escola Rural.** Fortaleza-Ceará: Edições Clã, 1943.

**ARIÈS**, Phillippe. **O tempo da história.** Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Atropos/Relógio D' Água, 1992.

**BARREIRA**, Américo. **A Escola Primária no Ceará -** ensaio sócio pedagógico. Fortaleza: Edições Clã, 1949.

**BATISTA**, Antonnina Alexandre. **Colégio São José:** Sua História, Suas Lutas - 50 anos. Iguatu: Tipografia da Diocese de Iguatu, 1988.

**BENJAMIN**, W. "O Narrador- Considerações sobre a obra de Nicolau Leskov". In **Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e a história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas, v. I)

**BOSI**, Ecléa. **Memória e sociedade.** Lembranças de velhos. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

**BOTO**. Carlota. **A Escola do homem novo:** Entre o iluminismo e a Revolução Francesa. São Paulo: UNESP, 1996.



**BRANDÃO**, Maria de Lourdes Peixoto. **Pelos Caminhos Rurais: cenários curriculares**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os Saberes Agrário- Agrícola No Projeto Formativo Da Escola Rural** “o currículo como política cultural”. Tese de Doutorado em Educação. Fortaleza-CE: UFC, dezembro de 1997.

**BURKE**, Peter (Org.) **A Escrita da História**. Novas Perspectivas. Tradução de Magna Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1992.

**CALAZANS**, Maria Julieta Costa. Para Compreender a Educação do Estado no Meio Rural – Traços de Uma Trajetória. In THERRIEN, Jacques & DAMASCENO, M. Nobre (Coords). **Educação e Escola no Campo**. Campinas: Papyrus, 1993. (Coleção magistério. Formação e trabalho pedagógico).

**CALAZANS [ et al]**. Questões e Contradições da Educação Rural no Brasil, In: WERTHEIM e BORDENAVE. **Educação Rural no Terceiro Mundo: Experiências e novas alternativas**. Prefacio de Paulo Freire. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

**CAMPOS**, Francisco. **A Escola Ativa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1941.

**CARDOSO**, Ciro Flamarion S. **Uma Introdução à História**. 10 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

**CARDOSO**, Ciro F. e **VAINFAS**, R. (Org.) **Domínios da História**. Ensaio de Teoria e Metodologia. 14ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier/ Ed. Campus, 1997.

**CARVALHO**, Marta Maria C. A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, Marcos César (org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

**CASTRO**, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro:Elsevier/ Ed. Campus, 1997.

**CASTELO**, Plácido Aderaldo. **O ensino rural no Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1951.

\_\_\_\_\_ **História do Ceará**. Monografia N.º 22. História do Ensino do Ceará. Coleção do Instituto do Ceará. Fortaleza: departamento de Imprensa Oficial, 1970.

**CATANI, Denise B. [ et al ]. Docência, Memória e Gênero - Estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

**CATANI**, Denise Barbosa. Estudos de história da profissão docente. in: LOPES e et al. **500 anos de educação no Brasil**, 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

**CAVACO**, Maria Helena. Ofício do Professor: o tempo e as mudanças, in: NÓVOA (org.) Antônio. **Profissão Professor**. 2. ed. Porto. Portugal: Porto, 1995.

**CAVALCANTE**, Maria Juraci Maia. **João Hippolyto de Azevedo Sá: o espírito da Reforma Educacional de 1922 no Ceará**. Fortaleza: EUFC, 2000.

\_\_\_\_\_ **Alguma Indagações Sobre** o Silêncio em Torno da 6ª Conferência Nacional de Educação. In Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação. Nº 8. Setembro de 2000, Pelotas: Editora da UFPEL, 245p.

\_\_\_\_\_ “ O Jornal Como Fonte Privilegiada de Pesquisa Histórica no Campo Educacional”. **Anais do Congresso de História da Educação**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002.

**CERTEAU**, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Petrópoles, RJ: Vozes, 1994.

**COSTA**, João Eudes Cavalcante. **Retalhos da História de Quixadá**. Rio-São Paulo-Fortaleza: ABC Editora, 2002.

**CRAVEIRO**, Newton. **João Pergunta ou Brasil Sêcco**: Leitura para as crianças do Nordeste brasileiro adotada oficialmente nas escolas primárias do Ceará. Fortaleza: Typografia Progresso, 1925.

**FERREIRA, J. e DELGADO, L.** de A. ( Orgs.). **O Brasil Republicano** - o tempo do nacional-estatismo (do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo). Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

**FERREIRA**, Marieta de Moraes e **AMADO**, Janaína (Orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getulio Vargas, 1998.

**FONSECA**, Selva Guimarães. **Ser professor no Brasil**. História oral de vida. Campinas: Papyrus, 1997.

**FONTANA**, Roseli A. C., **Como nos tornamos professoras?** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

**FREIRE**, CARMUSINA Monte Arrais. **O Grande Ausente** -1964. Fortaleza: Premius, 2003.

\_\_\_\_\_. **Fagulhas de Luz**. Fortaleza: Premius, 2003.

**FORJAZ**, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

**HOBBSAWN**, Eric. **Era dos extremos**: O breve século XX (1914-1991), 2 ed. São Paulo: companhia das letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Sobre História**. Tradução: Cid Knipel Moreira - São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

**JOUTARD**, Phillippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA et al. (orgs.) **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

**JUCÁ**, Gisafran N. Mota. **A Oralidade dos Velhos na Polifonia Urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

**LE GOFF**, Jacques. **História e Memória**. 3ª ed. Campinas SP: Editora da UNICAMP, 1994.

**LEITE**, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro - História de uma Ideologia**. São Paulo: Livraria Pioneira Ed., 1969.

**LEITE**, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999 - (Coleção questões da nossa época; v. 70).

**LENHARO**, Alcir. **Sacralização da Política**. 2ª edição. Campinas - São Paulo: Papirus, 1986.

**LIMA**, Lauro de Oliveira. **Sistema Escolar de Limoeiro do Norte ( Da colônia à escola que revolucionou o município)** Fortaleza: Premium Editora, 2002.

**LOURO**, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

**LOURENÇO FILHO**, Bergström. **Introdução ao Estudo da Escola Nova: Bases, sistemas e diretrizes da Pedagogia contemporânea**. 12 edição. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

\_\_\_\_\_ **A Formação de Professores: da Escola Normal à Escola de Educação**. Coleção Lourenço Filho 4. Organização Ruy Lourenço Filho. Brasília-DF: Inep/MEC, 2001.

\_\_\_\_\_ **Juazeiro do Padre Cícero**. 4 ed. aumentada. Coleção Lourenço Filho 5. Brasília-DF: Inep/MEC, 2002.

**MATOS, ISABEL** Cristina Rossi. **A Concepção de Educação em Sud Mennucci**. Dissertação de Mestrado. Campinas-SP: Faculdade de Educação/Universidade Estadual de Campinas, 2004.

**MCLAREN, Peter**. **Rituais na Escola**. Tradução de Juracy C. Marques e Ângela M.B.Biaggio. Petrópolis: Vozes, 1992.

**MENDONÇA, Sônia Regina**. **O ruralismo brasileiro ( 1888- 1931 )**. São Paulo, Hucitec, 1998.

**MENEZES, Djacir**. A Educação no Ceará – Repasse histórico-social( das origens coloniais a 1930). In.: MARTINS e GIRÃO, R. **O Ceará**. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, s/d.

**MENEZES, Djacir**. **Diretrizes da Educação Nacional** - significação sociológica de Educação: seus fundamentos biológicos. Fortaleza – Ceará: Tipografia Gadêlha, 1932.

**NAGLE, Jorge**. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

**NOGUEIRA, Raimundo Frota de Sá**. **A Prática Pedagógica de Lourenço Filho no Estado do Ceará**. Fortaleza-CE: Edições UFC, 2001.

**NÓVOA, Antônio**. **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1995.

\_\_\_\_\_ (org.) **Vidas de Professores**. 2ª edição. Coleção Ciências da Educação. Porto-Portugal: Porto Editora, s/d.

**OLIVEIRA, Amália Xavier de**. **História da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte**. Edição comemorativa do 50º aniversário de sua fundação, 1934\_\_1984. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

**OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de**. **Formar Cidadãos Úteis: Os Patronatos Agrícolas e a Infância Pobre na Primeira República**. Bragança Paulista - São

Paulo: Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (Estudos CDAPH. Série historiografia ), 2003.

**PERROT, Michelle. Mulheres Públicas.** Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação da Editora UNESP, 1998.

**PINHO, Silvana de S.** O Movimento da Reforma Educacional de 1922 na Imprensa Cearense. In: **CAVALCANTE, Juraci M.** (Organizadora). **História e Memória da Educação no Ceará.** Fortaleza:Imprensa Universitária,2002.

**PORTELLI.** Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. in: FERREIRA et al. (orgs.) **História oral: desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

**QUEIROZ.** Maria Isaura Pereira de. Relatos orais. Do indizível ao dizível. In VON SIMON, Olga de Moraes (org.) **Experimentos com história de vida: Itália-Brasil.** São Paulo: Vértice, 1988.

**RODRIGUES, José Honório. Teoria da História do Brasil - Introdução Metodológica.** 5 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

**SACRISTÁN, J. Gimeno.** O que move a ação educativa? A racionalidade possível na pós-modernidade e a relação teoria-prática. In.: SACRISTÁN, J.G. **Poderes Instáveis em Educação.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

**SAMUEL, Raphael.** História Local e História Oral. In: História em Quadro-Negro. **Revista Brasileira de História.** N. 19. São Paulo: ANPUH, 1990.

**SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, J. C., SANFELICE, J. L.** (orgs.) **História e história de educação.** O debate teórico metodológico atual. Campinas: Autores associados/Histedbr (Coleção educação contemporânea), 2000.

**SCHAFF, Adam. História e Verdade.** 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

**SOUZA**, Ricardo Luiz. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 7, nº.13 – jan/junho de 2005, p. 302 a 323.

**SCHWARTZMAN**, Simon et al. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Editora Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

**SOUSA**, Joaquim Moreira de. **Por uma Escola Melhor**. Relatório apresentado por ocasião do 6º Congresso Nacional de Educação. Fortaleza- Ceará: Imprensa Oficial, 1934.

TANURI, Leonor M. História da Formação de Professores [online].In: Revista Brasileira de Educação, maio-agosto, nº. 014. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação: São Paulo-Brasil, 2000. Red AL e C. La Hemeroteca científica em línea em Ciencias Sociales, www.redalyc.

\_\_\_\_\_ **Sistema Educacional Cearense**. MEC-INEP- Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, s/d.

**TARDIF**, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

**TORRES**, Aberto. **O Problema Nacional Brasileiro**: Introdução a um programa de organização nacional. Coleção Temas Brasileiros. 4 ed. São Paulo: Editora Nacional/ Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

**TEIXEIRA**, Anísio. **Educação não é privilégio**. 6. ed. Comentada por Marisa Cassim. Rio de Janeiro: UFRJ. 1994.

**TERRIEN**, Jacques & **DAMASCENO**, M. Nobre( Coords). **Educação e Escola no Campo**. Campinas: Papirus, 1993. (Coleção magistério. Formação e trabalho pedagógico).

\_\_\_\_\_ **Artesãos de Outro Ofício**: múltiplos saberes e práticas no cotidiano escolar. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

**THOMPSON, E. P. A Miséria da teoria ou um planetário de erros.** Uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução Waltensir Dutra. Rio Janeiro: Cachar, 1981.

**THOMPSON, E. P. As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos.** Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. - Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2001

[

**THOMPSON, E. P. Costumes em Comum.** Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

**THOMPSON, Paul. A Voz do Passado – História Oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

**VIANA, Oliveira. Problemas de Política Objetiva.** 2 edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

**VIDAL, Diana Gonçalves , SOUZA, Maria Cecília. A Memória e a sombra.** A escola brasileira entre o Império e a República. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

**VIEIRA, Sofia Lerche. História da educação no Ceará:** sobre promessas, fatos e feitos. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

**VILELA, Heloisa de O. S. O Mestre escola e a professora.** in: LOPES e et .al. **500 anos de educação no Brasil**, 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

**WEREBE, Maria José Garcia. Grandezas e Misérias do Ensino Brasileiro.** “Corpo e Alma do Brasil”. São Paulo: Difusão Epopéia do Livro, 1963.



**ANEXO**

## **Anexo A:**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EX-ALUNAS DAS ESCOLAS NORMAIS RURAIS DO CEARÁ.**

#### DADOS DA DEPOENTE:

Nome:

Ano do nascimento/local:

Nome dos pais:

Escola Normal Rural:

Ano de Conclusão do Curso:

Estado civil:

Endereço

Data(s) das entrevista(s):

#### 1ª Parte:

Trajatória de vida: Família, infância, atividades econômica da família, meio social, ideologias políticas, religiosas, sociedade...

Escola primária;

Juventude, casamento? Filhos? Outros...

#### 2ª.Parte: A Formação na Escola Normal Rural:

Ingresso: quando, porque, expectativas e perspectivas futuras;

A Escola Normal Rural: características físicas e materiais, estrutura organizacional e administrativa, a clientela de moças/alunas, o cotidiano escolar (tarefas, atividades escolares e extra-escolares, normas, disciplinas...), relação professores/alunas, direção/alunas, direção/professores, alunas/alunas. O currículo ( matérias e metodologias, teoria e prática...); concepção de educação, sociedade e política; o papel da mulher professora, filosofia pedagógica, concepção de sociedade rural, de homem do meio rural, de educação rural; concepção/visão sobre a professora rural...

### 3ª Parte: Prática Pedagógica:

Início: quando, onde, com se deu;

A Escola Primária (currículo, perfil da clientela, políticas educacionais..) o papel da professora e sua função nas visões do Estado, sociedade, família, escola;

Metodologias: processo ensino/aprendizagem, e relação professor/aluno, relação teoria e prática;

Avaliação do percurso profissional: realizações e decepções, contribuições do ensino para mudanças efetivas no meio rural; relação formação docente/prática pedagógica;

Ser professora ruralista: definição, saberes desenvolvidos na prática; concepções de educação, homem e sociedade, a importância da ENR na vida pessoal, social e profissional.

Considerações finais ou outras observações importantes.